



PROTEGER PESSOAS PROTEGER O PAÍS

GOVERNO DE
**CABO
VERDE**
A TRABALHAR PARA TODOS.

MENSAGEM DO PRIMEIRO MINISTRO

Desde 2017, para fazer face a secas severas, a grave crise económica mundial provocada pela pandemia da COVID 19 e à escalada inflacionista provocada pela guerra na Ucrânia, concebemos e implementámos medidas intervindo em várias frentes ao mesmo tempo:

Mitigação dos impactos de sucessivos maus anos agrícolas para proteger agricultores, criadores de animais e famílias rurais;

Proteção sanitária para salvar vidas;

Proteção do emprego, do rendimento e das empresas para evitar que milhares de empresas fechassem as portas e milhares de pessoas fossem para o desemprego;

Proteção das famílias mais pobres, das crianças e dos idosos através da disponibilização de rendimentos e cuidados;

Apoios e incentivos fiscais e financeiros às empresas para recuperar e relançar a economia;

Realização de reformas e investimentos para tornar o país mais resiliente e para atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Protegemos as pessoas e protegemos o país com medidas que tiveram um forte impacto no aumento das despesas públicas, quer pela despesa direta, quer pela despesa indireta fiscal e financeira.

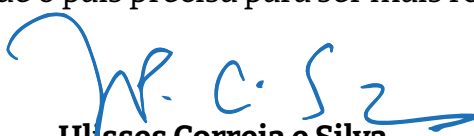
Como resultado das medidas, em dois anos mais do que recuperámos a contração económica registada em 2020, com o desemprego e a pobreza a diminuírem e o PIB per capita a aumentar de 3.737 dólares em 2016 para 5.248 dólares em 2023.

As graves crises e as respostas que juntos construímos, demonstram que temos razões para continuar a lutar pelo desenvolvimento do nosso país e a fazer o bom combate com confiança.

Existem problemas e situações difíceis, mas estamos aqui para fazê-los frente com determinação juntando os esforços do governo, dos municípios, das empresas, das organizações da sociedade civil e dos cidadãos.

Temos uma estratégia de desenvolvimento incorporada pelo PEDS em execução para realizar as transformações estruturais que o país precisa para ser mais resiliente e atingir o desenvolvimento sustentável.




Ulisses Correia e Silva
- Dezembro de 2023 -

ÍNDICE

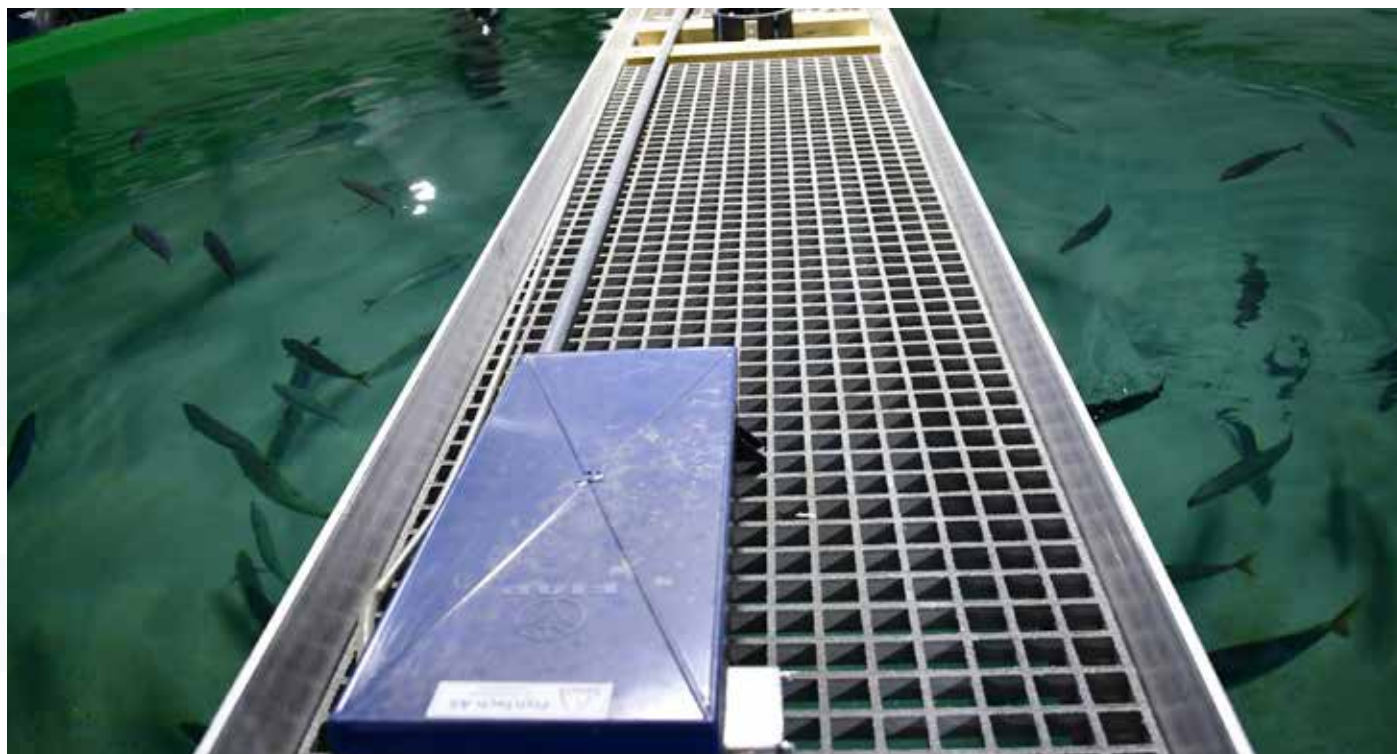
Desempenho Económico	04
Emprego e Empregabilidade	07
Rendimentos e Preços	11
Fomento e Desenvolvimento Empresarial	16
Reforma Fiscal	23
Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável	29
Turismo e Cultura	31
Conectividades, Acessibilidades e Mobilidade	38
Ação Climática e Economia Verde	44
Economia Azul	67
Economia Digital e Transformação Digital	74
Indústria	81
Coesão Territorial	84
Inclusão e Proteção Social	87
Educação	102
Saúde	114
Desporto	120
Justiça	125
Segurança e Defesa Nacional	135
Comunidades Emigradas	147
Relações Externas	151
Boa Governança e Transparência	158



DESEMPENHO ECONÓMICO

Estimular e incentivar o crescimento económico sustentável.

Garantir a consolidação orçamental e reduzir os riscos macro fiscais.



No período 2009 a 2015, a economia do país cresceu a taxa média anual de 1,1%, demonstrando uma dificuldade real em recuperar dos efeitos da crise mundial despoletada pela crise do *subprime* em julho de 2007.

No período 2016 a 2019 (antes da pandemia da COVID 19), o crescimento médio anual foi de 4,9%, com 6,9% em 2019, acompanhado de redução da dívida pública em trajetória descendente, não obstante o país ter registado anos seguidos de secas severas que provocaram forte quebra da produção agrícola.

Os anos de 2016 a 2019, foram demonstrativos da aceleração do crescimento económico invertendo o crescimento anémico registado consecutivamente durante nove anos (2009 a 2015).

A crise económica mundial provocada pela pandemia da COVID 19 afetou fortemente Cabo Verde com uma contração económica de 20,8% em 2020, quebra de receitas fiscais e de receitas do turismo e despesas excecionais para proteger o emprego, os rendimentos e as empresas.

Em dois anos (2021 e 2022), mais do que recuperamos a contração de 2020, com o crescimento económico a situar-se em 6,8% em 2021 e 17,7% em 2022.

Registou-se a retoma do percurso da consolidação orçamental e a retoma da trajetória descendente da dívida, com o saldo global a passar de -9,1% do PIB em 2020 para -7,6% em 2021 e -3,4% em 2022 e, segundo a previsão orçamental, deverá situar-se em -3,5% do PIB no corrente ano de 2023. O rácio da dívida pública que atingiu 141,9% do PIB em 2020 e 146,9% em 2021, passou para 122,8% do PIB em 2022, com estimativa de 115,3% para 2023 e previsão de 110,2% para 2024

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (p)	2024 (p)
Taxa crescimento do PIB	0,9	4,3	4,6	3,7	7,6	-20,8	6,8	17,7	5,7	4,7
Taxa inflação	0,1	-1,4	0,8	1,3	1,1	0,6	1,9	7,9	3,7	2,8
Dívida Pública (% do PIB)	123	115	112	112	109	142	147	123	115	110

Fonte: INE, MF, BCV

p - previsão

O Setor Público Empresarial (SPE) confirma a tendência contínua de recuperação da economia cabo-verdiana em 2022, com o crescimento do volume de negócios em cerca de 34,9% em relação ao ano de 2021. Apesar de ainda se manter no campo negativo, o resultado líquido registou uma melhoria de 72,9%, fruto do bom desempenho do resultado operacional das empresas do SPE, que apresentou uma dinâmica positiva na ordem dos 190,7%, passando de cerca de 1,9 milhões de contos negativos, em 2021, para 1,7 milhões de contos positivos, em 2022.

O nível de confiança dos operadores e o crescimento económico no 1º trimestre do corrente ano de 2023, sugerem o relançamento da economia com a dinâmica que se vinha assistindo antes da pandemia. Estima-se um crescimento económico de 5,7% para 2023 e prevê-se 4,7% em 2024, com uma previsão da inflação de 2,8% para 2024.

No 2º trimestre de 2023, as exportações alcançaram 1,7 milhões de contos, um aumento de 32,3% em comparação ao mesmo período em 2022, representados por preparados e conservas com 75,5% do total (crescimento de 4,5 pontos percentuais em relação ao ano anterior), vestuários com peso de 9,5% das exportações e calçados com um peso de 5,1%.

O défice da balança comercial diminuiu em 4,5%, indicando uma melhoria nas contas externas do país.

O stock das reservas internacionais líquidas do país aumentou em 2022, permitindo garantir seis meses das importações de bens e serviços.

O setor financeiro registou uma performance muito favorável em 2022, com crescimento do crédito e dos depósitos e bons indicadores de solidez do setor bancário. O mercado de capitais registou um aumento de dinâmica de financiamento à economia. A atividade seguradora também evoluiu favoravelmente.

O Governo cumpriu com sucesso a primeira, a segunda e a terceira avaliação do Acordo de Facilidade de Crédito Alargada, celebrado em junho de 2022, considerando o FMI que “o desempenho de Cabo Verde no âmbito do Programa, é forte”.



EMPREGO E EMPREGABILIDADE

Reforçar a oferta e o investimento na formação profissional, estágios profissionais, re-conversão profissional e capacitação e inserção dos desempregados de longa duração no mercado de trabalho.

Formalizar e valorizar as profissões e certificação de qualificação profissional.

Utilizar a formação profissional como instrumento de promoção da inclusão produtiva de jovens e mulheres em situação de pobreza.

Fomentar o empreendedorismo, micro, pequenas e médias empresas e start ups.

Políticas ativas de emprego e de empregabilidade em vigor desde 2017, têm sido executadas e reforçadas:

- **Incentivos fiscais à contratação de jovens** através de isenção à entidade patronal do pagamento da contribuição para a segurança social pela contratação de jovens e majoração para 150% dos gastos salariais com cada jovem contratado.
- **Dedução à coleta de 20.000\$00 por contratação de cada desempregado inscrito nos Centros de Emprego e Formação Profissional** do IEFP, por um período mínimo de 12 meses.
- **Dedução à coleta de 26, 30 e 35 mil escudos, por cada posto de trabalho criado** nos concelhos da Praia, Sal e Boa Vista, demais concelhos e para trabalhadores portadores de deficiência, respetivamente (3 exercícios desde que não haja destruição líquida de emprego).
- **Regime de estágios profissionais remunerados em empresas** e subsidiação e incentivos fiscais às empresas contratantes de jovens estagiários (dedução à coleta de 20 mil escudos por contratação de cada estagiário, com o período mínimo de 6 meses).
- **Investimentos em formação profissional e estágios profissionais** com adequação das ofertas de formação ao mercado de trabalho (desde 6º de escolaridade até à formação de jovens licenciados e à reconversão profissional), cobertura regional abarcando todos os concelhos do país, criação e reabilitação de Centros de Emprego e Formação Profissional e acreditação de novas entidades formadoras.
- **Carteiras profissionais** para a regulação do acesso e exercício de profissões de rececionista de hotel, cozinheiro, empregado de mesa e bar, pasteleiro, guia turístico.
- **Ecossistema de Fomento Empresarial (1)** com quadro institucional integrado: ProEmpresa (assistência técnica e orientação no acesso ao crédito, aconselhamento e seguimento); ProGarante (concessão de garantias); ProCapital (capital de risco); e Casa do Empreendedor (balcão único de apoio ao empreendedor); **(2)** instrumentos integrados: assistência técnica, linhas de crédito bancário, bonificação de taxas de juro, garantias bancárias, incentivos fiscais e financeiros, Programa Start up Jovem, Programa Fomento de Micro Empreendedorismo e Ecossistema de Inovação e Empreendedorismo digital.

Um conjunto de medidas de reforço do sistema de formação profissional foi aprovado:

- **Programa Integrado de Desenvolvimento de Competências (PIDC)**, com o objetivo de maximizar a capacidade de empregabilidade e empreendedora e incrementar o acesso a oportunidades de emprego digno para jovens, mulheres e de grupos expostos à exclusão e contribuir para reduzir o número de jovens NEET.
- **Revisão do Regime Jurídico de Financiamento da Formação Profissional.**
- **Regulamentação do Sistema de Informação das Carteiras Profissionais** que introduz o uso do digital para simplificação dos processos e procedimentos.

- **Atualização do Manual de Acreditação de Entidades de Formação Profissional** e criação de Plataforma de Acreditação de Entidades Formadoras, garantido maior celeridade, universalidade e reduzindo o tempo de resposta.
- **Criação de um Referencial de Seguimento e Autoavaliação**, ferramenta complementar ao Manual de Procedimentos de Acreditação de Entidades Formadoras que delinea os requisitos, critérios, procedimentos e fontes de verificação para os processos de acreditação, manutenção de alvarás e renovação de acreditação das entidades formadoras em Cabo Verde.

Milhares de jovens têm sido formados, com elevado nível de empregabilidade.

Beneficiários Formação Profissional Nacional

Entidade	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023*	Total
Total	3 694	3 051	5 248	7 474	7 508	7 448	5 712	4 957	45 092
Entidades Privadas	455	220	975	797	797	1 280		550	5 074
Entidades Publicas	3 239	2 831	4 273	6 677	6 711	6 168	5 712	4 407	40 018
CERMI	27	79	625	527	194	497	397	150	2 496
EHTCV	662	667	672	922	771	1 197	702	550	6 143
EMAR							445	585	1 030
IEFP	2 550	2 085	2 976	5 228	5 746	4 474	4 168	3 122	30 349

Fonte: IEFP

*de Jan. até Set. 2023

Beneficiarios Estagios Profissionais

Cabo Verde	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023*	Total
Total		484	668	2 723	3 075	2 682	2 013	2 278	13 923

Fonte: IEFP

*de Jan. até Set. 2023

Beneficiarios Empreendedorismo

Programas	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023*	Total
Kits - IEFP		0	175	269	97	160	324	4	1 029
Start-up Jovem		184	134	210	127	169	246	137	1 207
Fomento Empreendedorismo		0	0	0	17	901	604	490	2 012
Start-up Challenge		0	0	0	0	0	467	287	754
Total		184	309	479	241	1 230	1 641	918	5 002

Fonte: IEFP

*de Jan. até Set. 2023

A evolução do desemprego e em especial do desemprego jovem reflete o efeito das políticas ativas de emprego implementadas especialmente desde 2019.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2022
Taxa de desemprego	12,4	15,0	12,2	12,2	11,3	14,5	12,1
Taxa de desemprego jovem 15-24 anos	28,6	41,0	32,4	27,8	25,0	32,5	27,3
Emprego informal	61,7	59,6	55,3	54,9	53,7	51,6	53,8
NEET	68.120	62.028	64.884	64.424	57.605	77.480	51.654
Taxa NEET	32,5	29,1	31,1	31,4	27,8	35,4	29,2

Fonte: INE, MF, BCV

A **taxa de desemprego** vem registando uma redução progressiva: passou de 15,0% em 2016 para 12,1% em 2022. A previsão é de 8,2% para 2024.

A **taxa de desemprego jovem** (15-24 anos) reduziu para 27,3% em 2022, menos 5,2 pontos percentuais em relação ao ano 2020. Em 2016, situava-se em 41%.

O **número de jovens dos 15-35 anos fora da educação, da formação e do emprego (NEET) reduziu consideravelmente** passando de cerca 77.480 em 2020 para 51.654 em finais de 2022. Para 2026, pretende-se reduzir o NEET para 20 mil e o desemprego jovem para metade.

A **população com emprego informal** continua elevada, mas baixou quando comparada com 2016, de 59,6% para 53,8% em 2022. Uma atuação incisiva sobre este segmento que ocupa um número elevado de mulheres com nível médio baixo de rendimento é prioridade através da melhoria das condições de organização, apresentação e higiene nos mercados municipais, estruturação e qualificação da venda em espaços públicos através de lugares e condições apropriados e formação ajustada ao perfil e necessidades dos agentes desse tipo de negócios. Para além disso, a inclusão produtiva de mulheres e a certificação de profissões como instrumento para sua qualificação, desempenham um papel importante na transição do negócio informal precário e de baixo rendimento, para negócio mais estruturado, organizado e de maior rendimento.





RENDIMENTOS E PREÇOS

Proteger o emprego e o rendimento.

Reduzir os impactos da inflação sobre as famílias e as empresas.

A política de rendimentos e preços não foi determinada apenas para aqueles que trabalham na administração pública e nas empresas, mas também orientada para as pessoas e para as famílias que mais sofrem os impactos das crises, os mais pobres e vulneráveis.

Proteção de rendimentos e do emprego

- **Programas de Mitigação dos efeitos das secas e dos maus anos agrícolas**, com particular incidência de 2017 a 2021: cinquenta e três mil empregos temporários criados através de trabalhos públicos; bonificação de ração com mais de 32 mil criadores abrangidos; apoio a atividades geradoras de rendimento com 486 famílias beneficiadas; ação social junto das famílias mais afetadas pela seca, com mais de 2.000 famílias beneficiadas.
- **Investimentos públicos geradores de empregos** de alta intensidade de mão de obra.
- **Criação de Rendimento Social de Inclusão (RSI)** para as famílias mais pobres. *Número de beneficiários do RSI passará de 2.166 famílias em 2023 para 9.229 famílias em 2024.*
- **Aumento do número de beneficiários da pensão social** de 21.236 pensionistas em 2016 para 25.788 pensionistas em 2023.
- **Gratuidade de pagamento de propinas no ensino** básico e secundário que beneficia 114.000 alunos (ano letivo 2023/2024) e que alivia encargos das famílias.
- **Isenção da taxa moderadora de saúde** beneficiando cerca de 60.000 pessoas (dados de 2022) e que alivia encargos das pessoas.
- **Reforço da abrangência do RSI durante a pandemia (RSI Emergencial) e criação do Rendimento Social Solidário (RSO)** que beneficiou 20.186 trabalhadores do setor informal e do regime REMPE durante a fase de estado de emergência da pandemia da COVID 19.
- **Lay-off simplificado** que impediu que 25.000 trabalhadores fossem para o desemprego durante a crise da pandemia da COVID 19.
- **Flexibilização do subsídio desemprego** com 2.251 trabalhadores abrangidos em 2020 e 1.283 trabalhadores em 2021.
- **Medidas de proteção às empresas** como moratórias financeiras e fiscais e linhas de crédito COVID, impediram que empresas fechassem as portas e mantiveram milhares empregos.

Mitigação dos impactos inflacionistas

Subvenções e medidas fiscais para estabilizar os preços de energia e os preços de produtos de primeira necessidade e mitigar os impactos inflacionistas da guerra na Ucrânia:

- **Redução da taxa do IVA sobre eletricidade** de 15 para 8%.

- **Criação da tarifa social de água e energia e reforço descontos da tarifa social de eletricidade** de 30% para 50%.
- **Fixação preços máximos** do gás butano e dos combustíveis para produção de eletricidade e fixação de limite máximo de 5% de ajustamento nos demais combustíveis
- **Compensação às petrolíferas.**
- **Alteração da taxa de direitos de importação:** gasolina - passou de 20% para 10%; fuel 380 - passou de 5% para 0%.
- **Alteração no imposto sobre consumo especial de gasóleo e gasolina:** taxa ad valorem 10% passou para valor fixo de 6\$00/litro.
- **Suspensão temporária da taxa de manutenção rodoviária** sobre gasóleo.
- **Manutenção níveis de preços de milho, trigo, óleos alimentares** mediante compensação financeira aos importadores.
- **Reforço da capacidade de stock de cereais**, aumento da reserva de segurança e do período de cobertura das importações.
- **Apoio institucional aos importadores para a realização de compras agrupadas** de produtos alimentares de primeira necessidade.
- **Reforço das refeições nas cantinas escolares.**
- **Bonificação de preço de ração animal** produzida no país.
- **Mobilização de ajuda alimentar** junto de parceiros.
- **Trabalho público** para o reforço da renda familiar.

Aumento do salário mínimo nacional

Aumento do salário mínimo de **11.000\$00** em 2016 para **16.000\$00** em 2024 (**15.000\$00** para o setor privado).

Atualização salarial

Aumentos salariais concedidos pelos governos do PAICV:

2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
2,5%	2,5%	1%	2 %	3,5%	1%	2,5%	2,5%

O ultimo aumento salarial concedido pelos governos do PAICV foi em 2009, apesar de a inflação acumulada no período 2010 a 2016 ter atingido 9,1%.

Atualização salarial concedidos pelos governos do MpD:

- Atualização salarial de **2,2%** para o quadro comum da administração pública, com o OE para 2019; superior à inflação acumulada de 1,8% no período 2016 a 2019.
- Atualização salarial entre **1 a 3,5%** com o OE para 2023.
- Atualização salarial de **3%** para os funcionários que integram as carreiras do regime geral na Administração Pública, com o OE para 2024.

Atualização das pensões do regime contributivo

- Atualização de **2,2%** com o OE para 2019.
- Atualização entre **1 a 3,5%** com o OE para 2023, com percentagens mais elevadas para os escalões de pensões mais baixas.
- Atualização de **1% a 2,8%**, com percentagens mais elevadas para os escalões de pensões mais baixas, com OE para 2024.

Resolução de pendências laborais

Regularização de pendentes de reclassificações, progressões, promoções e subsídios.

Implementação de estatutos profissionais

A partir de 2017, implementação de estatutos profissionais, com impacto em aumento das remunerações: carreira médica e de enfermagem; carreiras de PJ, PN, pessoal de Segurança Prisional e pessoal Militar; carreiras de Oficiais de Justiça e RNI; carreira de Inspetor das Pescas; Diplomatas e contratados locais; Direção Nacional de Receitas e IEFP.

Plano de Carreiras, Funções e Remunerações (PCFR)

Aprovado o PCFR que entrará em vigor e será implementado em 2024.

Estatuto Pessoal Dirigente

Um novo Estatuto do Pessoal Dirigente vai ser implementado em 2024.

Programa de Regularização de Vínculos Precários

Em 2024, será implementado um segundo Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública Central e o primeiro Programa de Regularização de Vínculos Precários

Resultados

Como resultados do crescimento económico, das políticas de rendimento e preços e das políticas de proteção social, registamos (1) aumento do rendimento per capita; (2) aumento da massa salarial; (3) aumento do salário médio; (4) aumento da cobertura da proteção social; (5) aumento da cobertura da segurança social.

Aumento do rendimento per capita

Unid: USD

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
PIB per capita	3 539	3 737	3 941	4 140	4 440	3 605	3 817	4 767	5 248

Fonte: INE 2015 a 2022

2023 - Fonte DNP (estimativa)

Aumento da massa salarial

2015/2022 = **28,9%** (crescimento médio anual = 3,7%).

2022/2023 = **8,8%**.

2023/2024 = **10,4%** (previsto).

Aumento do salário médio

2015/2022 = **36,5%** muito superior à inflação acumulada de 12,3%.

Salário médio da Administração Pública: (2015) = **41.428\$00**; (2022) = **56.527\$00**.

Aumento cobertura da Proteção Social

39,6% em 2016 para **55,3%** em 2022.

Aumento cobertura da Segurança Social

40% em 2016 para **65%** em 2022.



FOMENTO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

Assegurar a retoma da economia e as iniciativas de financiamento da recuperação das empresas e de promoção do investimento.

Fomentar o empreendedorismo e o desenvolvimento de micro, pequenas, médias e grandes empresas.

Atrair Investimento Direto Estrangeiro e das Comunidades Emigradas.

Melhorar o ambiente de negócios.

Dinamizar a mercado financeiro.

Retoma Económica

A crise da Covid-19 resultou numa diminuição significativa do nível de atividade das empresas com impacto na perda de empregos e na quebra de volume de negócios.

Perante este quadro era importante adotar novas medidas para a retoma da economia, pela simplificação do acesso ao financiamento, criação de condições de dinamização do investimento privado e manutenção dos investimentos públicos, programa de melhoria do ambiente de negócios e das políticas de atração e retenção do investimento externo.

Dotamos o País de um Plano de Retoma Económica assente em:

- **Restabelecimento da atividade de empresas** dos setores mais afetados pela pandemia.
- **Alargamento do leque de instrumentos financeiros e não financeiros para promoção de investimentos** do setor privado e de empresas de todas as dimensões (micro, pequenas, médias e grandes empresas).
- **Aposta no crescimento sustentável** com redução da vulnerabilidade da economia a choques externos e reforço da resiliência económica pela diversificação e transformação da economia através da inovação e do empreendedorismo digital.
- **Criação de um quadro institucional de diálogo e articulação** com os diversos atores de fomento empresarial.

As linhas de crédito do Plano de Retoma Económica, operacionalizadas em abril de 2022, ascendem a 9 milhões de contos, dos quais, seis milhões e trezentos mil contos (70%) é destinado ao investimento e dois milhões e setecentos mil (30%) à tesouraria. Linhas de crédito específicas foram criadas para Start Ups, Economia Agrária, Pescas e Microfinanças.

Ecosistema de Fomento Empresarial

Do início do ecossistema de financiamento em 2019 ao presente, são cerca de 5.000 empresas e promotores apoiados e beneficiados, 7 milhões e 300 mil contos garantidos pelo Estado, dum total de 13 milhões de contos de investimentos realizados e cerca de 24.000 postos de trabalhos criados, salvaguardados e ou protegidos.

Foram financiados, ao abrigo do ecossistema de financiamento, 660 projetos com garantias da Pró Garante no valor 2,2 milhões de contos.

De 2019 ao presente, 6 projetos foram financiados com Capital de Risco da Pro Capital no valor global de 73,2 mil contos.

Reforço da Pró Capital, da Pró Garante e Fundo de Impacto: realizado em 100% o reforço do capital da Pró Capital e o aumento de capital da Pró Garante; criado o Fundo de Impacto com 3 milhões de contos.

Implementado o Fundo Soberano de Garantia ao Investimento Privado, com o respetivo Conselho de Administração em atividade e já com projetos em carteira.

Tecido Empresarial

Em 2021 comparativamente a 2015, regista-se um crescimento do número de empresas ativas de 22%.

Tipo de Empresa (PME)	Número de Empresas					Taxa Variação (2017/2021)
	2017	2018	2019	2020	2021	
Micro	7 290	7 611	7 550	8 280	8 426	2,9%
Pequenas	1 011	1 099	1 296	1 110	1 261	4,5%
Média	1 360	1 383	1 984	1 459	1 440	1,1%
Grande	271	298	344	266	277	0,4%
Total	9 932	10 390	11 174	11 115	11 404	2,8%

Ilha	Número de Empresas Ativas							Taxa Variação (2015/2021)
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Santo Antão	770	765	764	829	827	862	852	10,65%
São Vicente	1 833	1 838	1 999	2 071	2 200	2 125	2 180	18,93%
São Nicolau	354	393	284	139	356	270	278	-21,47%
Sal	903	957	1 148	1 247	1 297	1 332	1 375	52,27%
Boa Vista	350	353	599	591	510	601	631	80,29%
Região de Barlavento	4 210	4 306	4 794	4 877	5 190	5 190	5 316	26,27%
Maio	233	220	123	137	82	117	121	-48,07%
Santiago	4 233	4 244	4 379	4 476	5 008	5 020	5 149	21,64%
Fogo	537	543	535	725	640	595	612	13,97%
Brava	144	130	101	176	254	193	206	43,06%
Região de Sotavento	5 147	5 137	5 138	5 514	5 984	5 925	6 088	18,28%
Total	9 357	9 443	9 932	10 391	11 174	11 115	11 404	21,88%

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

Desde 2021, foram aprovados 54 projetos de Investimento Direto Estrangeiro. O valor acumulado ascende a cerca de 5,2 mil milhões de euros, dos quais, cerca de 3,5 mil milhões em 2022.

Condições estruturais estão a ser realizadas para aumentar a celeridade na resposta aos investidores externos.

Melhoria da Plataforma do BUI (Balcão Único do Investidor) com redefinição do fluxo de tramitação para integrar os procedimentos de execução das tarefas de cada interveniente no processo de aprovação dos projetos, assim como a introdução dos respetivos prazos de resposta. Está concluída a primeira fase da nova Plataforma do BUI e aguarda-se a segunda tranche de financiamento do Banco Mundial para a segunda fase.

Investimentos da Diáspora

As remessas de emigrantes em divisas cresceram, passando de 18 milhões de contos em 2019 para 30 milhões de contos em 2022.

Investimento Direto da Diáspora atingiu em 2021, os 4 milhões de contos.

Empreendedorismo social e a solidariedade das Comunidades emigradas representam 7% das despesas familiares em Cabo Verde (INE).

Contribuições económicas e sociais diretas e indiretas da Diáspora para o país, representam um valor superior a 34% do PIB (INE, BCV).

Ambiente de negócios

O Governo assumiu em sede do PEDS II, até 2026, posicionar o score global do ambiente negócios entre 65 a 70 pontos, em 100 possíveis. Com os novos procedimentos para obtenção de eletricidade já publicados pela ELECTRA, dois procedimentos são eliminados e reduzidos 15 dias para obtenção de eletricidade, permitindo o indicador “obtenção de eletricidade” passar da pontuação 54,7 para 67,8. Implementado também o plano para melhoria do índice de qualidade de fornecimento de eletricidade e um novo manual de procedimentos de obtenção de eletricidade e pedidos de obtenção de eletricidade online.

Em processo, a redução de um dia do tempo de obtenção do registo de propriedade e em consequência uma melhoria do Indicador “Registo de Propriedade” de 68,8 para 70,5 pontos com a implementação de planos de melhoria de procedimentos e tempo para Registo de Propriedade, melhoria do índice de gestão de terra e registo de propriedade imóvel e pagamento de registo de propriedade e do IUP de forma eletrónica.

Em processo, a melhoria do indicador de “obtenção de crédito”, da pontuação 35 para 40, com o desenvolvimento e implementação da plataforma de registo de bens moveis, os planos de melhoria dos índices de eficiência dos direitos legais, e dos índices de profundidade de informações



de crédito. Está concluída a plataforma digital de registo RGM, publicada a resolução e entrará em funcionamento com a publicação da Portaria.

Em processo, a melhoria do indicador de “proteção a investidores minoritários”, que deverá passar da pontuação 32 para 40,7 devido à implementação do plano de melhoria do índice de regulação de conflito de interesses entre empresa e administração e o plano melhoria do índice de governação dos acionistas. O Novo Código Sociedade Comerciais de 2019 estabeleceu normas legais de melhoria regulação de conflito de interesses entre empresa e administração, e estabeleceu normas legais de melhoria na governação dos acionistas.

Uma nova metodologia e abordagem de avaliação do Ambiente de Negócios denominada *Business Ready (B – Ready)*, passou a vigorar e será aplicado a Cabo Verde em 2025.

O objetivo definido no quando do *Doing Business* continua verdadeiro. No entanto, a metodologia do *Doing Business* (DB) foi interrompida em 2020, por iniciativa do Banco Mundial.

A nova metodologia B-Ready, contempla dez temas que caracterizam o Ambiente de Negócios e que acompanham o ciclo de vida das empresas: (1) abertura de empresa; (2) localização/implantação; (3) serviços utilitários (eletricidade, água e internet); (4) trabalho; (5) serviços financeiros e financiamento; (6) comércio internacional; (7) tributação; (8) resolução de litígios comerciais; (9) mercado e concorrência; (10) insolvência e recuperação de empresas.

Cada um dos temas é avaliado segundo tres pilares: pilar 1- Qualidade do quadro juridico; pilar 2 - Qualidade dos serviços públicos prestados; pilar 3 – Eficiência dos serviços.

A nova metodologia disponibiliza as melhores praticas internacionais para cada tema e para cada um dos pilares. A avaliação consiste em comparar, numa escala entre [0 a 100], como é que está o país que está a ser avaliado em relação à melhores praticas disponibilizadas.

Os trabalhos para a adoção da nova metodologia B – Ready começaram a ser executados com realização de ações de avaliação interna e divulgação da metodologia junto dos diversos setores.

Um Plano de Ação B - Ready CV para o horizonte 2024 a 2026 vai ser elaborado.

Capacitação e organização empresarial

Estão sendo promovidos incentivos e parcerias com organizações empresariais para a organização das empresas com programas de contabilidade e adequação de modelo de governação.

As Câmaras de Comércio, a Câmara do Turismo de Cabo Verde e a UASE estão a conduzir o processo de privatização da FIC (Feira Internacional de Cabo Verde) e promoção de feiras temáticas.

Estão sendo ultimadas as negociações e revisões com o Banco Mundial para o arranque do Programa de Aceleração da Transição Informal a Formal que conta também com suporte técnico e financeiro da OIT.

A criação de uma linha de crédito para financiamento municipal de reabilitação, construção, equipamentos e requalificação de mercados municipais e espaços organizados de venda (atividades que concentram o grosso dos negócios informais e de baixo rendimento) está em fase de negociação com MIOH e Instituições Financeiras.

Estratégia de fomento empresarial está a ser implementada por setor ou áreas de negócios pela via da assistência técnica garantida pela PROEMPRESA, de kits distribuídos pelo IEF, de medidas de incentivos fiscais no Orçamento de Estado e das linhas de crédito do Plano de Retoma.

Dinamização do mercado financeiro

Crédito ao setor privado cresceu 6,4% em 2021, desacelerou em 2022 para 4,8% e deverá, até finais de 2023, crescer cerca de 3,9%, segundo o BCV.

O crédito á economia pela via do mercado de capitais está a acelerar: cresceu 14,1% em 2021, o dobro do ano anterior e 14,2% em 2022.

Mercado de capitais com valorização do preço das ações das sociedades cotadas (BCA, CECV, ENA e SCT).

A emissão de obrigações ascendeu a 48 milhões de euros em 2022. O valor emitido das obriga-

ções empresarias foi em mais de 10 vezes superior ao de 2021.

A Bolsa de Valores de Cabo Verde reforçou o engajamento no Projeto WACMIC e está construindo parcerias com entidades congêneres, sendo assinaláveis, as parcerias estratégicas com Luxemburgo (LGX/LuxSE), Portugal (Euronext Lisbon), Angola (BODIVA) e Moçambique (BVM). A nível da sub-região da CEDEAO, Cabo Verde aderiu ao Projeto WACMIC em 2016 e no âmbito do novo Plano Estratégico a BVC reforçou junto dos demais membros a vontade do país em fazer parte deste mercado transfronteiriço. A BVC foi, pela 1ª vez, nomeada para assumir a Presidência da WACMIC.

Banco de Empreendedorismo Jovem: o Governo já iniciou as negociações com o BAD visando a criação de um banco de empreendedorismo jovem.

Refinanciamento das instituições de micro-finanças: os mecanismos de refinanciamento das instituições de micro-finanças estão reforçados com linhas de crédito específicas. A nova lei orgânica do BCV permitirá o refinanciamento das IMF's junto do BCV.

Garantia de Bens Moveis: a implementação da Lei de Garantia de Bens Moveis e da Plataforma de Registo está em curso com a conclusão do desenvolvimento da plataforma de registo, a publicação da Resolução. A plataforma digital de registo RGM iniciará o funcionamento com a publicação da Portaria.

Criação Sociedade de Gestão de Ativos Tóxicos: o Governo mantém a aposta na criação da Criação Sociedade de Gestão de Ativos tóxicos de bancos comerciais, estando em negociação com IFC para a respetiva criação.

Crowdfunding: concluída a Regulamentação do Crowdfunding. Prevista campanha para divulgação e promoção de uso deste como meio alternativo de captação de financiamento.

Plataforma de serviços financeiros dos Correios de Cabo Verde: promovidos Money Gram e IFS. Realizado estudo de viabilidade económico-financeira para criação de um Banco Postal dos Correios.



REFORMA FISCAL

Melhorar a competitividade e a eficiência fiscal.

Estimular o investimento e a atividade das empresas.

Um conjunto de medidas de alívio fiscal e de incentivos fiscais e financeiros ao investimento no Turismo, na Indústria, na Economia Digital, na Transição Energética, na Agricultura e Pecuária, nos Transportes Rodoviários de Passageiros e ao Micro Crédito, foram sendo criados e implementados e continuam a vigorar.

Medidas de alívio fiscal

- **Eliminação da obrigatoriedade do pagamento do Tributo Especial Único (TEU)** mínimo, que obrigava as mercearias, as lojas e outras pequenas unidades de negócios familiares a pagarem 30 contos de imposto, independentemente das vendas.
- **Isenção de TEU às Micro e Pequenas Empresas** com volume de negócio inferior a mil contos.
- **Redução do TEU** nos dois primeiros anos, de 30% para as Micro Empresas e 30 e 20% para as Pequenas Empresas, no primeiro e segundo ano respetivamente.
- **Alterações na tributação autónoma e no pagamento fracionado do imposto.**
- **Redução da taxa estatística aduaneira.**
- **Eliminação da dupla tributação económica.**
- **Redução do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC).** Com o OE 2019, o IRPC passou de 25% para 22%. Com o OE 2024, o IRPC reduzirá para 21%, devendo em 2025 ficar nos 20%.

Incentivos ao investimento

- **Incentivos ao abrigo do Estatuto de Utilidade Turística.**
- **Incentivos ao abrigo do Estatuto Industrial.**
- **Incentivos ao abrigo do Estatuto do Investidor Emigrante.**
- **Incentivos ao abrigo de Convenções de Estabelecimento.**
- **Regime fiscal favorável para as entidades licenciadas no Centro Internacional de Negócios.** Beneficiam de taxas reduzidas de IRPC (de 2,5% a 5% em função de posto de trabalho).
- **Redução do montante de investimento mínimo para a obtenção de incentivos fiscais contratuais,** que passou de 3 milhões de contos para 500 mil contos.
- **Alargamento do prazo da dedução de crédito ao investimento,** de dez para quinze anos.
- **Redução do limite mínimo para a obtenção de benefício em expansão ou remodelação,** que passa de 25 para 15% de investimento inicial.

-
- **Alargamento do conceito de investimento relevante** para as áreas das TIC's e da exploração hoteleira.
 - **Alargamento de sectores estratégicos para o efeito da obtenção do crédito de investimento** de 30%, à saúde, agricultura, indústria criativa e ambiente.
 - **Melhoria dos benefícios do Centro Internacional de Negócios** de Cabo Verde.
 - **Introdução do regime de shipping na tributação aplicável a empresas licenciadas no CIN**, tornando mais atrativa a localização em Cabo Verde de empresas de transportes internacionais marítimos.
 - **Assinatura de vários acordos para evitar a dupla tributação** em sede de rendimentos.
 - **Isenção de imposto de selo pela utilização de crédito na obtenção de empréstimos.**
 - **Incentivos fiscais à obtenção ou extensão da acreditação ou certificação** de sistemas de gestão da qualidade, produtos, processos e serviços.
 - **Benefícios fiscais à capitalização de empresas e incentivos fiscais à atividade bancária e seguradora.**
 - **Regimes fiscais mais favoráveis para a atração de investimentos nos concelhos com reduzida atividade económica** através de Projetos de Mérito Diferenciado.
 - **Isenção de tributação sobre rendimentos provenientes de obrigações ou produtos de natureza análoga, detidos ou subscritos por emigrantes cabo-verdianos** em operações através da Bolsa de Valores de Cabo Verde.

Incentivos à economia digital

- **Regime fiscal favorável para startups:** (1) taxa reduzida de IUR_PC (5% e 2,5% no caso das TIC e I&D); (2) incentivos fiscais e aduaneiros na importação de materiais, equipamentos e viaturas destinadas à exploração da empresa e isenções de custos de registos e de contratos.
- **Incentivos fiscais às empresas que procedam a entradas de capital em dinheiro em startups** e em micro e pequenas empresas.
- **Isenção de IRPC, os lucros reinvestidos pelas empresas de base tecnológica** autorizadas a operar na Zona Económica Especial para Tecnologias (ZEET).

Incentivos à transição energética e ao ambiente

- **Incentivos fiscais e financeiros à mobilidade elétrica.**
- **Incentivos fiscais e financeiros à microprodução de energias renováveis.**

-
- **Incentivos fiscais à produção de energia renováveis.**
 - **Incentivos à reciclagem de resíduos** e à promoção de produtos alternativos a objetos de plástico de uso único.
 - **Incentivos à produção industrial de inertes.**

Incentivos à agricultura e pecuária

- **Incentivos à dessalinização de água para uso na agricultura e materiais de irrigação** (isenção aduaneira e de IVA nas importações de máquinas e equipamentos).
- **Incentivos à importação de animais, alimentos, medicamentos, materiais de irrigação, estufas, equipamentos de transportes de alimentos e alfaías agrícolas.**
- **Benefícios aos agricultores e criadores de gado individuais ou coletivos** no âmbito da regularização de prédios rústicos e criação de empresa de logística agrícola.

Incentivos à pequena indústria

- **Isenção de direitos na importação de matérias-primas e subsidiárias, materiais e produtos acabados e semi-acabados** para as micro e pequenas empresas certificadas e inscritas no Cadastro Industrial.

Incentivos à atividade de transportes rodoviários

- **Isenções aduaneiras e de IVA na importação de veículos de automóveis** de mercadorias, de transportes coletivos de passageiros; para transportes executivos, para transporte escolar e para transporte de turistas.
- **Isenção aos proprietários de táxis** do pagamento de direitos nas alfândegas pela importação de viaturas para táxis e alargamento da isenção a importação de taxímetros, centrais de rádio-táxis e radiotelefonos.

Incentivos ao micro crédito

- **Incentivos às cooperativas de poupança e de crédito micro**, bancos orientados para a prestação de serviços financeiros a populações de baixa renda.
- **Incentivos fiscais e reforço da capacidade institucional e de gestão das Instituições de Micro Finanças.**

Acordos para Evitar a Dupla Tributação

O Governo tem a ambição de, até 2026, celebrar Acordos para Evitar a Dupla Tributação (ADT) com os principais países emissores de capitais para Cabo Verde, visando assegurar a previsibilidade do quadro fiscal cabo-verdiano, atrair o investimento direto estrangeiro, promover a internacionalização das empresas e dos negócios e melhorar a competitividade fiscal do país.

Até então, nove Acordos para Evitar a Dupla Tributação foram publicados, dos quais três no presente ciclo governativo, designadamente com Angola, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe. Desde o início deste mandato foram realizadas negociações com os Emirados Árabes Unidos e assinados acordos com Luxemburgo, Singapura e CEDEAO.



Fatura Eletrónica, revisão do código do IVA e outras reformas

A implementação da Fatura Eletrónica é uma das mais importantes medidas no âmbito da reforma para a melhoria da eficácia e da eficiência da Administração Tributária. Prevê-se alcançar, até Junho de 2023, cerca de 60% dos contribuintes ativos do IVA e generalizar até Dezembro. A implementação da fatura eletrónica teve como impacto o aumento das receitas fiscais em 31%, em 2022.

A digitalização e a informatização dos processos da DNRE – Direção Nacional das Receitas do Estado estão em execução.

A revisão do processo de tramitação aduaneira vai avançar, estando em fase de contratação, os serviços para a implementação da Janela Única do Comércio Externo e da Revisão do Código Aduaneiro.

A arbitragem de conflitos já é realidade, estando o Tribunal Arbitral em operação e a DNRE notifica os contribuintes desta alternativa de resolução de conflitos.

A Revisão do Código do IVA está em curso.

Embora não tenham iniciado, o Governo mantém como prioridades, a revisão dos códigos de impostos sobre o rendimento, a revisão da tributação de capitais com vista à sua harmonização, a melhoria da distribuição da carga tributária sobre as várias categorias de rendimento e

de estratos sociais, a introdução do regime de tributação de grupo de sociedades, a redução das taxas e do peso da tributação direta de rendimentos e a introdução do sistema de reavaliação de ativos.

O Sistema Automatizado de Cobrança de Impostos que está em pleno funcionamento, contribuindo também para o aumento receitas fiscais em 2022.

O Sistema Automatizado de Análise de Divergências no IVA Liquidado está em funcionamento desde novembro de 2022. O projeto está em revisão visando a simplificação.

O SAFT Colby está concluído e contribuirá para a melhoria da eficácia e eficiência da Administração Tributária.

O Governo reafirma o compromisso com a melhoria dos níveis de eficiência e eficácia da administração tributária e prevê para o próximo ano a instituição de um modelo de agência ou autoridade tributária com autonomia necessária para exercer as suas atribuições com elevados níveis da eficiência e eficácia operacionais.

Reafirma também o compromisso com a instituição de um conselho consultivo amplamente representativo dos principais intervenientes no processo tributário, a elaboração de um código de ética e conduta que confere um elevado nível de profissionalismo aos funcionários tributários, a revisão do estatuto do pessoal de modo a que seja uma instituição de referência na atração/captação, motivação e manutenção dos principais talentos do país em matéria fiscal.

Iniciado o processo de racionalização dos incentivos fiscais com a alteração do Código de Benefícios Fiscais em 2020 e sua entrada em vigor em 2021. O processo irá continuar com implementação gradual.

No âmbito da tributação ambiental e de saúde, atenção especial está a ser dada aos produtos nocivos tanto para saúde, como para o ambiente, começando pelos produtos de tabaco e bebidas alcoólicas. Pretende-se alargar, no próximo ano, aos produtos salgados, engordurados e açucarados e abordar a problemática da tributação do carbono. Está em processo a contratação de consultoria sobre a tributação ambiental.



PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Assegurar recursos para o financiamento do PEDS II.

Através do Sistema Nacional de Planeamento, foi elaborado o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 (PEDS II) que operacionaliza o Programa do Governo da Xª Legislatura e é assim o instrumento do Estado para impulsionar mudanças e acelerar o desenvolvimento, para cumprir o primeiro ciclo da Ambição 2030.

O PEDS II visa cumprir os seguintes objetivos estratégicos de Cabo Verde:

- Garantir a recuperação económica, a consolidação orçamental e o crescimento sustentável, promover a diversificação e fazer de Cabo Verde uma economia de circulação localizada no Atlântico Médio.
- Promover o desenvolvimento do capital humano: educação, formação, emprego, saúde, inclusão social e produtiva, redução das desigualdades, erradicação da pobreza extrema e igualdade de género.
- Promover a descentralização, o desenvolvimento regional e a convergência com coesão territorial, qualidade e sustentabilidade urbanas, a sustentabilidade ambiental, a ação climática e a resiliência e valorizar a biodiversidade e a geodiversidade.
- Consolidar a soberania nacional, aprofundar a valorização da democracia, da Diáspora e do prestígio internacional de Cabo Verde.
- Promover a integração regional e a inserção dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial.

A Conferência Internacional de Parceiros realizada na Boavista nos dias 27 e 28 de Abril de 2023, validou as orientações do PEDS II e fixou o compromisso do Governo de Cabo Verde e dos Parceiros de Desenvolvimento para os eixos prioritários desse plano estratégico.

Os Parceiros de desenvolvimento congratularam-se com a visão estratégica de desenvolvimento delineada pelo Governo de Cabo Verde, muito bem espelhada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 (PEDS II) e demonstraram firme comprometimento e engajamento na sua implementação afim de ajudar o País a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030. A abordagem dos parceiros de desenvolvimento terá sequência com conferências temáticas visando a efetivação dos compromissos e o financiamento do PEDS II orçamento em cerca de 555 mil milhões de escudos.



TURISMO E CULTURA

Aumentar e descentralizar a procura turística.

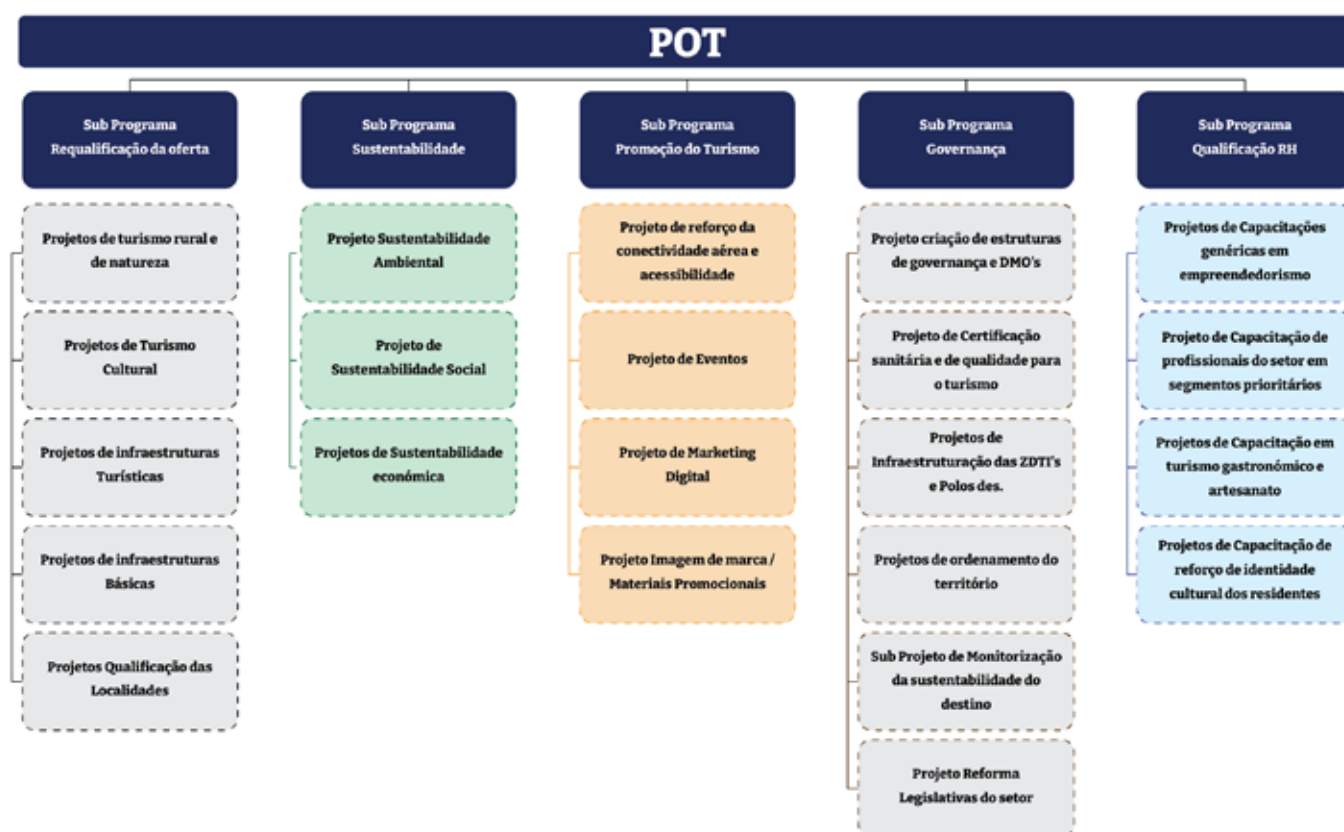
Diversificar os mercados emissores, operadores turísticos e a oferta turística.

Promover a cultura cabo-verdiana e aumentar a contribuição das indústrias criativas na economia do país.

Depois de uma quebra significativa em 2020 por causa da pandemia da COVID 19, o turismo setor mais atingido pela crise, foi o que mais rapidamente recuperou.

A meta é atingir 1,2 milhões de turistas em 2026.

O Plano Operacional do Turismo (POT 2022/2026), prevê investimentos em 200 milhões de euros centrados na requalificação da oferta, sustentabilidade, promoção, governança e qualificação profissional.



Um grande objetivo que associa as indústrias criativas e o turismo, é promover o desenvolvimento e fortalecer a marca-país “Cabo Verde Criativo” a partir do património cultural, artístico e criativo com a ambição de os bens e serviços culturais poderem representar 3% do PIB.

Reformas e políticas

Um conjunto de reformas foram empreendidas e estão a ser implementadas para permitir atingir os objetivos de um turismo sustentável, com ofertas diferenciadas em todas as ilhas conforme as suas especificidades e aumentar o efeito multiplicador do turismo sobre outros setores de atividade:

- **Grandes Opções do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo 2018/2030 e Master Plans por Ilha**, instrumentos enquadramentos que permitiram a elaboração do POT.

- **Novo Regime do Estatuto de Utilidade Turística** que estabelece um conjunto de requisitos para facilitar a oferta dos produtos nacionais no mercado turístico e determina que as unidades de alojamento devem ter dispositivos e equipamentos que evidenciam a utilização económica e eficiente de água e energia e garantam a separação dos resíduos sólidos e tratamento dos resíduos líquidos.
- **Regime jurídico de instalação, gestão e funcionamento dos empreendimentos turísticos** com a finalidade de fomentar uma oferta turística de qualidade que reforce e consolide Cabo Verde como território de acolhimento de vários mercados turísticos, eliminando a clandestinidade e a concorrência desleal.
- **Regime jurídico de exercício de turismo no espaço rural** que visa o desenvolvimento rural com a implantação do turismo em espaços rurais (zonas não urbanas, de baixa intensidade populacional, onde as atividades do setor primário são predominantes), associada à elevação da qualidade de vida das comunidades locais, valorização do património natural, cultural e histórico e dos produtos locais.
- **Criação do Programa das Aldeias Rurais Turísticas** que corporiza através de investimentos previstos no POT, a aplicação do regime jurídico de exercício de turismo no espaço rural com a valorização turística e ambiental das aldeias rurais.

Desenvolvimento de conectividades

Estudo da Conectividade está a ser elaborado para melhorar as ligações de transporte a nível nacional (entre as ilhas) e internacional, promovendo ao mesmo tempo a coordenação entre os vários meios de transporte (aéreos, marítimos e terrestres).

Esforços estão a ser envidados para a operação de companhias aéreas *low cost* em Cabo Verde, com impacto na redução de custos das viagens e no aumento do número de turistas.

Tornar as cidades, vilas e aldeias lugares atrativas para o turismo

Fortes investimentos realizados na requalificação urbana e ambiental, desencravamentos e requalificação, restauro e reabilitação de património histórico, cultural e religioso contribuem para a criação de condições básicas para o desenvolvimento do turismo em todas as ilhas.

Investimentos para tornar as cidades e as localidades mais atrativas para o turismo irão continuar através das diretivas de investimentos turístico e do ambiente e do programa PRRA.

Importantes investimentos em requalificação e valorização de orlas marítimas foram realizados, estão em curso e previstos:

Santo Antão

- Orla marítima Porto Novo (executado; previsto 2ª fase).

-
- Praia de Curraletes, Porto Novo (1ª fase executado e 2ª fase em execução).
 - Orla marítima Tarrafal de Monte Trigo, Porto Novo (em curso).
 - Praia de Gi, Paúl (executado).
 - Programa estruturante de proteção marítima em Coice das Pombas, Paúl (previsto).
 - Projeto Integrado Pontinha de Janela/Penedo (em curso).

S. Vicente

- Orla marítima Baía das Gatas (executado 1ª fase).

S. Nicolau

- Requalificação estância turística de Lagoa em Juncalinho, Rª Brava (executado).
- Orla marítima Boka Aberto, Ribeira Brava (em curso).
- Orla marítima de Tarrafal (previsto).

Sal

- Calçada de Santa Maria, Sal (executado).
- Reabilitação do Pontão de Santa Maria (em curso).

Santiago

- Orla marítima Cidade Velha (executado).
- Orla marítima de Ribeira da Barca, Sta Catarina (executado).
- Orla marítima Calheta de S. Miguel (executado).
- Requalificação Praia Veneza e Achada Monte (executado).
- Orla marítima Tarrafal de Santiago (executado).

Maio

- Orla marítima da cidade de Porto Inglês, Maio (executado).

Fogo

- Requalificação de estância Turística de Salinas em S. Jorge, S. Filipe (em curso).
- Requalificação praia Fonte Bila (previsto POT).
- Requalificação Praia de Beco, Mosteiros (previsto POT).
- Orla Marítima Queimada Guincho, Mosteiros (previsto).

Nas ilhas mais turísticas do Sal e da Boavista, destaques para a modernização da estrada Espargos / Santa Maria (em processo), o complemento Palmeira / Espargo (previsto), reabilitação do Pontão de Santa Maria (em curso) e requalificação do Largo Santa Isabel, na Boavista (em execução).

A construção da estrada de acesso à ZDTI de Alto Mira, a requalificação e construção da ponte de acesso à praia balnear, irão valorizar o destino turístico de Tarrafal de Santiago e criar condições para a operacionalização de importantes investimentos na ZDTI.

Turismo seguro do ponto de vista da segurança pública e da segurança sanitária é um objetivo a prosseguir constantemente. Para além dos investimentos no sistema de segurança a cargo da Polícia Nacional, a autoridade municipal para o cumprimento das posturas municipais e a boa organização das cidades é importante. As ilhas do Sal e de S. Vicente iniciaram o processo de criação da Polícia Municipal.

O programa Cabo Verde Turismo Seguro foi implementado com sucesso durante a pandemia da COVID 19 com atribuição de selos de segurança BioSafe. Deve continuar a ser implementado.

A IGAE – Inspeção Geral da Atividade Económica vai ser reestruturada para integrar a fiscalização das atividades relacionadas com a segurança alimentar e atividades de incidência ambiental, impondo as medidas que previnam ou eliminem situações de perigo grave para a saúde pública, segurança das pessoas, dos bens e do ambiente.

Valorização do património histórico e dinamização da oferta cultural

Patrimónios da Humanidade

- Elevação da Morna a Património da Humanidade (executado).
- Valorização da Cidade Velha, património mundial da humanidade: restauro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e da Capela Gótica, requalificação via Sé Catedral / Forte Real de S. Filipe, 1ª fase do Projeto de Valorização da Catedral, elaboração do Conceito Científico do Projeto Feira Quinhentista na Cidade Velha (executados).
- Melhoria da Sinalização direcional e interpretativa na Cidade Velha no quadro da valorização do património da humanidade (previsto).

Património histórico e religioso.

Quadro valorização do património histórico, 2017/2023

Sto Antão	Rª Grande	Reabilitação da Capela de São Miguel Arcanjo	Executado
	Rª Grande	Reabilitação Estrutural da Ponte de Canal	Em curso
	Rª Grande	Construção Capela dos Pastorinhos, Xoxô	Executado
	Paúl	Reabilitação da Antiga Casa das Finanças	Executado
S. Vic.	S. Vicente	Reabilitação do edifício antigo do CNAD e construção de novo edifício moderno	Executado
S. Nic.	Rª Brava	Reabilitação ex-Alfândega Preguiça	Em execução
	Tarrafal	Reabilitação e Criação da Casa Museu da Morna	Executado
	Tarrafal	Restauro Museu da Pesca	Executado

Boa Vista	Boa Vista	Reabilitação Capela de N ^a Sr ^a da Conceição	Executado
	Boa Vista	Reabilitação Alfândega Velha / Museu e Centro Cultural, Sal Rei	Executado
	Boa Vista	Reabilitação Forte Duque de Bragança	Executado
Santiago	Sta Catarina	Reabilitação Igreja de Nha Santa Catarina	Executado
	Sta Catarina	Restauro Monumento da Revolta de Ribeirão Manuel	Executado
	Sta Catarina	Reabilitação Capela Nhagar da Igreja do Nazareno	Executado
	Sta Catarina	Reabilitação Capela Achada Lém da Igreja do Nazareno	Executado
	Sta Cruz	Restauro da Igreja Nhô Santiago Maior	Executado
	S. Doming.	Restauro da Igreja Nossa Senhora da Luz	Executado
	R ^a Grande	Restauro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Executado
	R ^a Grande	Requalificação via Sé Catedral / Forte Real de S. Filipe	Executado
	S. Miguel	Reabilitação Capela de Flamengos (N.Sra. da Conceição)	Executado
	S. Miguel	Reabilitação da Capela de Nossa Senhora do Socorro	Executado
	Tarrafal	Reabilitação e Museologização do ex-Campo de Concentração	Executado
	Praia	Reabilitação do edifício do Arquivo Histórico Nacional	Executado
	Praia	Requalificação do Centro Histórico Plateau	Executado
Maio	Maio	Reabilitação da Capela de Morrinho	Executado
	Maio	Reabilitação Igreja N ^a Sr ^a da Luz	Executado
Fogo	S. Filipe	Reabilitação da Praça 4 de Setembro	Executado
	S. Filipe	Reabilitação de Casa de Morgado	Previsto POT
Brava	Brava	Reabilitação da Casa Eugénio Tavares e projeto museológico	Executado
	Brava	Reabilitação da Casa de Eugénio Tavares em Caleijão	Previsto POT

Investimentos irão continuar para a candidatura do ex-campo de concentração do Tarrafal a património imaterial da humanidade e para a valorização e potenciação dos patrimónios mundiais da humanidade, Cidade Velha e Morna.

Património imaterial nacional

Classificação a património imaterial nacional da Tabanca, Língua cabo-Verdiana, Festividades de São João Baptista, complexo histórico e arqueológico de Trindade (Praia).

Salvaguarda e gestão de paisagens culturais

Distinção com o prémio internacional *Mélina Mercouri* da UNESCO para salvaguarda e gestão de

paisagens culturais (em 2019).

Dinamização do artesanato. A dinamização do artesanato com a criação do Projeto LEAD – Laboratório Experimental de Artesanato Nacional e o Projeto Rede de *Lojas Created in Cabo Verde*, aumenta a capacidade da oferta cultural ao turismo numa área – o artesanato – com bom potencial de crescimento e de geração de rendimentos.

Eventos culturais de referência internacional. Atlantic Music Expo – AME, Kriol Jazz Festival e Carnaval do Mindelo são marcas nacionais que promovem o país através de eventos culturais de bom nível.

Dinamização do turismo rural e de natureza

- Trilhas mapeadas e sinalizadas.
- Realização de provas de trekking.
- Restauro de caminhos vicinais.
- Construção de miradouros.
- Valorização Turística e Ambiental das Aldeias Rurais.
- Centros de Valorização de Produtos Locais.
- Programa Artesanato *Created In Cabo Verde*.

Dinamização do turismo de desporto náutico

Eventos internacionais com forte impacto de promoção turística como Ocean Race em Mindelo e etapas de campeonatos mundiais de windsurf e kitsurf no Sal foram realizados com sucesso.

O investimento consistente no posicionamento de Cabo Verde em eventos náuticos internacionais de referência abre perspectivas para o desenvolvimento de um turismo que projeta o país no mundo e gera rendimento para a economia nacional.

Dinamização do turismo de conferências

O turismo de conferências associado a eventos culturais, é um segmento onde o potencial de desenvolvimento é grande.

Desenvolver turismo de alto standing

Promover a atração de investimentos em projetos de alto standing em ZDTI's como o golfe e ofertas integradas de alta qualidade para clientes de rendimentos elevados.



CONECTIVIDADES, ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE

Dotar o país de sistemas eficientes de transportes e infraestruturas de transportes (aéreos, marítimos e rodoviários) para a unificação do mercado nacional, a coesão territorial, a redução de assimetrias, a inserção na economia mundial e o desenvolvimento das ilhas.

Estudo da Conectividade

Um estudo da Conectividade está a ser elaborado. Pretende-se tornar o mercado aéreo doméstico sustentável e alinhado com a procura através do desenvolvimento de políticas adequadas; assegurar uma forte conectividade marítima inter-ilhas, tanto para passageiros como para cargas; assegurar que os principais países de residência da diáspora sejam cobertos por rotas aéreas que ofereçam uma forte conectividade com todas as ilhas cabo-verdianas, e orientar as partes interessadas ligadas ao transporte aéreo e marítimo e os atores do sector do turismo.

Transportes aéreos

Consolidação do processo de reestruturação e redimensionamento da TACV. TACV passa a contar com mais um aparelho, B737-Max 8, através de contrato de leasing operacional. Retoma de ligações a Paris. Brasil e Boston estão previstos.

Criação do Regime Legal de Obrigação de Serviço Público para os transportes aéreos inter-ilhas. Aprovado Decreto-Lei que cria as bases de concessão de serviço público nos transportes domésticos de passageiros e cargas. Será aprovada a Resolução que fixa critérios mínimos de obrigação de serviço público. Irá permitir fixar rotas e frequências mínimas que um operador deverá cumprir mediante contrato.

Promoção de condições para a operação de aviões de lotação adaptada aos mercados de ilhas com pouco fluxo de passageiros. Está em curso a avaliação sobre o melhor tipo de avião, que poderá, em termos de custo benefício, complementar a operação atual e se adaptar melhor às rotas de com fluxo de passageiros reduzido.

Privatização da CV Handling. Aprovado e publicado o decreto-lei 31/2020 de 23 de março, com vista a alienação de 61% do capital social da CV Handling. O processo foi interrompido, devido ao período de pandemia e está neste momento em curso a atualização do estudo da avaliação do valor da CV Handling, para efeito de privatização.

Criação da Zona Económica Especial Aérea no Sal. Elaborados os Termos de Referencia para a elaboração do estudo e está em curso o processo de mobilização de recursos financeiros para a contratação da consultoria especializada.

Requalificação de quadros aeronáuticos e criação de capacidade endógena de formação em aviação civil. Em curso o processo de instalação e funcionamento do Instituto Superior do Turismo e Aeronáutica. Em funcionamento uma escola privada da aviação civil do Sal e está em curso o estabelecimento em Cabo Verde de uma representação da Airways Aviation (Escola Internacional de Aviação Civil) que tem como objetivo administrar cursos e criar uma escola de aviação civil.

Revisão do Quadro Legal e Regulamentar da Aviação Civil. Concluído o estudo, que recomenda um conjunto de propostas para a revisão do quadro legal e regulamentar da aviação civil. Elaborado os Termos de Referencia para elaboração de diplomas legais e regulamentares, que

visam tornar mais competitivo o sistema regulatório da aviação civil cabo-verdiana. Em curso o processo de contratação de consultoria técnico-jurídica para elaboração dos diplomas, que respondem às recomendações da revisão do quadro regulatório.

Modernização e expansão do terminal do aeródromo de S. Filipe, em curso.

Implementação do projeto de iluminação da pista do aeródromo de S. Filipe. ASA avançou com parte do estudo sobre a navegação aérea. Relativamente a restante parte do estudo que tem a ver com a pista para a instalação de iluminação é da responsabilidade da Vinci, no âmbito do contrato de concessão.

Realização de investimentos em infraestruturas aeroportuárias no quadro do contrato de concessão. Arranque da concessão iniciada no dia 24 de Julho de 2023 com a gestão dos aeroportos e aeródromos por parte da Cabo Verde Vinci Airports.

Previsto no contrato de concessão investimentos na remodelação dos aeródromos, extensão da pista do Aeroporto da Boa Vista, melhoria dos terminais, melhoria da imagem dos aeroportos e redução do impacte ambiental.

Maior fluxo de aeronaves e passageiros, maior rendimento comercial dos aeroportos, maior promoção de Cabo Verde enquanto destino turístico e destino de investimento, irão ter um impacto positivo no crescimento da economia e no emprego.

Construção do aeroporto de Santo Antão. Estudos de localização e Plano Diretor elaborados.



Transportes marítimos

Revisão do Código Marítimo realizada. Três pontos importantes da revisão: (1) diferenciação de requisitos exigidos a tripulantes de navios de ligações domésticas (certificado nacional) relativamente a tripulantes de navios de ligações internacionais (certificado internacional); (2) regulamentação da atividade realizada por operadores fora da concessão e; (3) regulamentação da

atividade marítima turística.

Revisão do Contrato de Concessão de Transportes Marítimos Inter-ilhas. As alterações efetuadas no contrato, admitidas por lei, através da Resolução nº32/2023, possibilitaram melhorias várias, nomeadamente:

- **Garantia de manutenção dos armadores nacionais que se encontram no mercado**, sendo-lhes exigido que obtenham as condições de navegabilidade e segurança dos seus navios.
- **Princípio de reserva do transporte marítimo inter-ilhas aos armadores nacionais**, tal como advém da regra do Código Marítimo que determina que o transporte interno é realizado por navios nacionais de cabotagem.
- **Participação do Estado através de concessão de garantias necessárias à realização de operações de crédito por parte da concessionária**, numa lógica de Parceria Público-Privada, com respaldo legal no Regime dos Avals.
- **Reforço do exercício da fiscalização e controlo do Concedente** ao abrigo do Regime dos Contratos Administrativos mediante avaliação do desempenho da Concessionária de determinados indicadores, com penalização pelo não cumprimento.
- **Consagração de um valor fixo indemnizatório** em respeito dos critérios do Regime das Subvenções Públicas.
- **Reforço da auditoria por auditor externo** no quadro do procedimento de acerto final de contas para efeitos de pagamento da indemnização compensatória.
- **Reposição do equilíbrio económico-financeiro à Concessionária**, em respeito dos critérios do Regime dos Contratos Administrativos.
- **Penalizações com sanções** em caso de incumprimento de obrigações contratuais pela Concessionária.
- **Eliminação da possibilidade de suspensão da concessão pelo não pagamento integral da indemnização compensatória.**
- **Adequação da exploração das linhas e frequências a um novo modelo operacional** que garante a universalidade, qualidade, previsibilidade e intermodalidade de acesso.
- **Renovação e reforço da frota**, com impacto no reforço do serviço público de transporte marítimo.

Aprovação de novo modelo tarifário de transportes marítimos inter ilhas. Executado.

Construção de gares marítimas nos portos da Praia, do Sal, da Boavista, de Tarrafal de S. Nicolau e do Maio. Processo em curso.

Concessão das operações e serviços portuários. Processo em curso.

Mobilidade, acessibilidades e desencravamento de localidades

Santo Antão:

- Estrada Chã de Escudela/Tarrafal de Monte Trigo - Porto Novo (executado).
- Estrada Ribeira da Cruz/Martiene – Porto Novo (executado).
- Estrada Esponjeiro – Lagoa (Porto Novo/R^a Grande) (executado).
- Estrada de acesso a Figueiral (Paúl) (executado).
- Estrada Chã d'Igreja – Cruzinha (R^a Grande de Sto Antão) (executado).
- Estrada Ribeira da Cruz - Chã de Branquinho (Porto Novo) (em execução).

S. Vicente:

- Estrada Mindelo/Baía das Gatas e acesso a Salamansa - S. Vicente (executado).

S. Nicolau:

- Estrada Ribeira Prata – Fragata (Tarrafal de S. Nicolau) (executado).

Boavista:

- Estrada de acesso a Rabil – Boavista (executado).
- Estrada Via Estruturante (2^a fase) e acesso à Povoação Velha – Boavista (executado).

Sal:

- Estrada Espargos / Sta Maria (em fase de arranque).
- Estrada Palmeira / Espargos (previsto).

Santiago:

- Estrada Cidade Velha/Salineiro/Santana – Ribeira Grande de Santiago (executado).
- Estrada Santa Marta/Cidade Velha – Ribeira Grande de Santiago (executado).
- Estrada Nacional Nazaré - Praia Baixo, S. Domingos (em execução).
- Estrada Cutelo/Fundura – S. Lourenço dos Órgãos (executado).
- Estrada Salina/Ribeira dos Picos – Santa Cruz (executado).
- Estrada Chã de Tanque/Palha Carga/Entre Picos de Reda/Lagoa – Santa Catarina de Santiago (executado).
- Estrada Bolanha/Gil Bispo/Boa Entradinha/Chã de Formoso/Cruz de Picos – Santa Catarina/S. Salvador do Mundo (executado).
- Estrada Chão Bom/Cidade – Tarrafal de Santiago (executado).
- Estrada Cabeça Carreira/Trás os Montes/Ponta Furna/Fazenda – Tarrafal de Santiago

(executado).

- Estrada de Acesso a ZDTI de Alto Mira (Tarrafal) (executado).

Maio:

- Circular do porto Inglês (1ª e 2ª fase) – Maio (executado).
- Estrada de acesso ao Porto Inglês – Maio (executado).

Fogo:

- Estrada Bangaeira/Monte Velha – Santa Catarina do Fogo (executado).
- Estrada Cova Tina/Portela/Bangaeira – Santa Catarina Fogo (executado).
- Troço Fajanzinha/Corvo/Relva – Mosteiros (executado).
- Estrada Campanas de Cima - Piorno - Monte Velha (Mosteiros) (em execução).
- Estrada S. Filipe - Porto Vale Cavaleiros (em execução).

Brava:

- Estrada Nova Sintra/Nª Srª do Monte – Brava (executado).

Previstos no âmbito do Projeto de Melhoria da Conectividade e das Infraestruturas Urbanas:

- Construção da estrada Ribeira Fria/Ribeira dos Bodes, Porto Novo.
- Estrada de penetração na Ribeira Caibros, Ribeira Grande, Santo Antão.
- Construção da estrada Ribeira Brava/Água das Patas, S. Nicolau.
- Construção da estrada Ribeirão Chiqueiro/Fontes Almeida, S. Domingos.
- Construção da estrada Pingo Chuva/Saltos/Arribada, Santa Catarina.
- Asfaltagem da estrada Fundura/Ribeira Barca, Santa Catarina.
- Construção estrada Cutelo Gomes, S. Miguel.
- Conclusão dos estudos sobre a Via Rápida Praia/Tarrafal.
- Requalificação urbana e ambiental de Fernando Pó, Covada de Bruxa, do Centro Urbano de Achada Igreja, do Centro Urbano de João Teves, das Orlas Marítimas de Queimada Guincho, Praia Baixo, de Tarrafal de São Nicolau e a requalificação Centro Histórico da Ribeira Brava.



AÇÃO CLIMÁTICA E ECONOMIA VERDE

“Cabo Verde está entre os países com melhor desempenho no Índice de Crescimento Verde no continente africano, com um índice médio de 56,7% em relação a 2010/2021, em comparação com 48,65 em Africa. Apesar destes progressos, o país está cada vez mais exposto a choques climáticos extremos que têm um forte impacto no crescimento económico e no bem-estar da população” (in Relatório do Foco do País (CFR) 2023, Mobilização do Financiamento do Sector Privado para as Alterações Climáticas e o Crescimento Verde em Cabo Verde – BAD).

Segundo o WorldRiskReport de 2020, **Cabo Verde está na 11ª posição no mundo, em termos de risco de desastres**. Faz parte de um número de 10 SIDS que se encontram entre os 15 países com maior risco de desastres a nível global.

Segundo o Índice ND-Gain¹ (Notre Dame Global Adaptation Initiative), **Cabo Verde é o 88.º país mais vulnerável e o 76.º país mais preparado para lidar com as mudanças climáticas numa lista de 185 países**. Isto demonstra que, apesar de grande vulnerabilidade, o nosso país está bem posicionado para se adaptar aos efeitos das mudanças climáticas.

Objetivos da Ação Climática

- Reduzir as emissões em 38% até 2030.
- Atingir a neutralidade carbónica em 2050.

Políticas e Agenda Climática e Ambiental

Cumprindo com as suas obrigações em matéria de redução das emissões, o Governo coloca maior foco na adaptação e resiliência, em consonância com as fragilidades do país e os riscos e ameaças a que o país está sujeito. Esta política está espelhada em vários instrumentos de planeamento do país, dos quais se destacam:

- **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS)** - alinha as políticas de desenvolvimento do país com os ODS, integrando a adaptação e a mitigação das mudanças climáticas, a conservação da biodiversidade, a gestão sustentável dos recursos naturais e a redução da pobreza e das desigualdades como prioridades.
- **Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC)** - compromete o país com metas voluntárias e formas de a redução das emissões de gases de efeito estufa.
- **Plano Nacional de Adaptação (NAP)** - define as linhas de intervenção prioritárias para aumentar a resiliência dos ecossistemas, das pessoas e dos seus meios de subsistência às mudanças climáticas.
- **Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética (PNSE)** - fomenta a transição para uma matriz energética mais limpa e renovável e menos dependente de combustíveis fósseis.
- **Programa de Mobilidade Elétrica (PME)** - promove o uso de veículos elétricos.
- **Plano de Ação para a Redução das Emissões de CO₂ da Aviação Civil Internacional** - define um conjunto de medidas de mitigação adaptadas ao contexto nacional para acelerar a redução das emissões de CO₂ da aviação internacional.
- **Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento (PLENAS)** - com o objetivo de garantir o direito à água e ao saneamento para todos, com sustentabilidade, equidade e dignidade.

1 <https://gain.nd.edu/our-work/country-index/rankings/>

- **Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Conservação da Biodiversidade** - para proteger e conservar a biodiversidade e ecossistemas únicos do país.
- **Carta Nacional para a Promoção da Economia Azul e Observatório Nacional da Economia Azul** – define o modelo para o desenvolvimento e resiliência das atividades económicas ligadas ao mar, de modo a contribuir mais para o crescimento do país, aceder mais aos mercados e integrar cadeias de valor globais.
- **Estratégia Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes** - com finalidade de proteger Cabo Verde dos riscos e desastres, através da prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.
- **Estratégia para o Desenvolvimento de um Sistema de Saúde Ecologicamente Sustentável** - identifica, de entre outros, os impactos das mudanças climáticas sobre a saúde e o bem-estar das pessoas tendo em vista o seu alinhamento com as estratégias de proteção da saúde ambiental e os cuidados básicos de saúde.
- **Plano de Comunicação do Programa de Ação Climática** - para aumentar a literacia climática e o conhecimento sobre as formas de resposta às mudanças climáticas, impulsionando a alteração positiva de atitudes e práticas; e promover maior participação dos cidadãos e das instituições nos programas, projetos e outras iniciativas ligadas a esta temática.

Reforço da governança climática

O Governo tem um pacote de medidas em curso para a consolidação da governança climática para melhorar a capacidade do país na mobilização do financiamento climático e na realização da ação climática:

- **Estruturação do quadro de governança climática**, que incluirá um secretariado nacional de ação climática, um comité interministerial sobre a problemática, liderada pelo Primeiro Ministro.
- **Lei que estabelece as bases da política do clima** para aprovação na Assembleia Nacional.
- **Aprovação da estratégia climática de longo prazo.**
- **Criação e operacionalização do Fundo Climático e Ambiental.**
- **Fiscalidade climática e ambiental** (fiscalidade verde).
- **Portal do clima.**
- **Publicação do 4º relatório do país sobre o inventário de gases de efeito de estufa.**
- **Elaboração do índice de vulnerabilidade climática de Cabo Verde**, incluindo o mapa de vulnerabilidade e riscos climáticos.
- **Institucionalização da elaboração dos relatórios bianuais de transparência climática.**
- **Institucionalização do observatório de desastres climáticos.**

-
- **1º Relatório Anual sobre o Estado do Ambiente** (que inclui o clima).

Com a conclusão e implementação destas medidas, Cabo Verde estará a dar um salto qualitativo muito grande em matéria de governança climática, posicionando-se como uma referência na região e no seio dos SIDS.

Financiamento climático e ambiental

Fundo do Ambiente

Sessenta por cento dos recursos do Fundo do Ambiente são destinados ao financiamento de projetos de âmbito municipal para a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, drenagem de águas pluviais e requalificação ambiental e urbana com impacto na melhoria da qualidade ambiental e sanitária das cidades, vilas e localidades e informação, sensibilização e educação ambiental. Os restantes 40% são aplicados em projetos da administração central, empresas e ONG's nas áreas do saneamento básico, gestão integrada de resíduos e produtos perigosos, prevenção da poluição ambiental e da degradação do meio envolvente, restauração de ecossistemas.

De 2017 a 2021, o Fundo do Ambiente orçamentou e programou projetos no montante global de 3,6 milhões de contos.

Para 2021/2025, estão programados e afetados 4,1 milhões de contos, sendo 2,4 milhões destinados ao financiamento de projetos municipais.

Fundo Nacional de Emergências (FNE)

Para fazer face às catástrofes naturais e aumentar a capacidade operacional do país. O FNE é alimentado com 0,5% das receitas tributárias não consignadas do Orçamento do Estado do ano anterior, mais os rendimentos provenientes da aplicação financeira, comparticipações das entidades públicas e privadas, e comparticipações de entidades internacionais.

Fundo Soberano de Emergência (FSE)

Fundo off shore do Estado de Cabo Verde. Foi criado com a finalidade de financiar ações de reparação de danos provocados por catástrofes naturais e ambientais e programas para mitigar os efeitos dos choques económicos externos na economia nacional, incluindo os de natureza financeira, energética, cambial e de preços.

Fundo Climático e Ambiental (FCA)

Em processo a criação do Fundo Climático e Ambiental com estudos apoiados por uma equipa do Banco Mundial, para catalisar o financiamento para projetos da economia verde e da econo-

mia azul; mobilizar financiamento misto para investimentos resilientes às alterações climáticas e positivos para a natureza; e reforçar a capacidade/liderança em matéria de financiamento do clima e da natureza e de soluções baseadas nos oceanos.

Um acordo com o governo português foi celebrado em Junho de 2023 para contribuir para o FCA através do mecanismo de reconversão da dívida (*debt swap*).

Fundo para a Resiliência e Sustentabilidade (RST)

FMI aprovou, no dia 11 de Dezembro de 2023, um financiamento concessional no montante de 31,7 milhões de dólares, no âmbito do Fundo Fiduciário para a Resiliência e Sustentabilidade para a implementação de reformas e investimentos na ação climática.

Fundo Pandémico

Cabo Verde é um dos primeiros 37 países de seis regiões que vão receber financiamento do Banco Mundial, no âmbito do Fundo Pandémico para aumentar a capacidade de resistência a futuras pandemias (reforçar a vigilância das doenças e o alerta precoce, os sistemas laboratoriais e os recursos humanos, no âmbito da abordagem “Uma Saúde”).

Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF)

Celebrado Acordo de Financiamento de projetos no valor de 14 milhões de dólares, sendo um dos projetos focado na criação de sistemas agro-alimentares sustentáveis e outro para a mudança climática e o impacto na transformação para uma economia verde e azul. Dependendo do bom desempenho o financiamento poderá ascender a 42 milhões de dólares.

Blue bonds e Green bonds

Uma primeira emissão de *blue bonds* foi feita em Janeiro/Fevereiro de 2023 pela Bolsa de Valores de Cabo Verde, com cerca de 20% da subscrição feita por cabo-verdianos da diáspora.

Realizada, em Agosto de 2023, a primeira emissão de *green bonds* pela Bolsa de Valores de Cabo Verde no valor de 500 mil contos, realizada pela APP - Águas de Ponta Preta, destinada a financiar projeto de desenvolvimento de uma central fotovoltaica de 5 megawatts em Salamansa, na Ilha de São Vicente.

Acelerar a Transição Energética

Atingir 30% de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis até 2025.

Ultrapassar 50% de eletricidade produzida a partir de fontes renováveis até 2030, e quase 100% em 2040.

Atingir 100% no acesso domiciliário a eletricidade até 2026.

Criar condições para, até 2026, ¼ da nova aquisição da frota nacional seja veículos Elétricos, incluindo transportes passageiros, escolares, minibus e táxis.

Atingir 100% de veículos movidos a motor elétrico em 2050, com a meta intermédia de 25% em 2030.

Aumentar a eficiência energética: melhorar a eficiência no fornecimento e no consumo de energia para reduzir a fatura energética em 25%; reduzir Índice da intensidade energética em 10%, até 2026 (eficiência energética através de soluções tecnológicas).

Abordagem integrada da transição energética (objetivos/impactos)

- **Redução da dependência de combustíveis fósseis** com impacto na balança de pagamentos e na emissão de carbono;
- **Redução da exposição a choques** de aumentos de preços internacionais de combustíveis com impactos na balança de pagamentos, na inflação e nas finanças públicas;
- **Criação de oportunidades para a valorização económica de recursos naturais** como o sol, o vento, o mar e os recursos hídricos para a produção de energia limpa segura, a preços acessíveis;
- **Melhoria da eficiência energética e hídrica;**
- **Massificação do acesso à energia** às famílias a preços acessíveis;
- **Massificação do nexo entre a produção e a distribuição da água e as energias renováveis** com impacto na redução dos custos da água;
- **Desenvolvimento de competências profissionais** na atividade de energias renováveis e eficiência energética;
- **Desenvolvimento de investigação aplicada** para o melhor aproveitamento e adaptação das tecnologias;
- **Criação de oportunidades de investimento e de mercado** para o setor privado.
- **Criação de oportunidades de emprego e de empreendedorismo** para os jovens;

Reformas realizadas e em curso para atingir os objetivos

Promoção de Energias Renováveis:

- **Plano Diretor do Setor Elétrico 2018-2040.**
- **Programa Nacional de Sustentabilidade Energética.**
- **Processos transparentes e competitivos na contratação de novas capacidades** de pro-

dução renovável.

- **Criação da figura de operador nacional do sistema elétrico e comprador universal** da energia produzida por produtores independentes.
- **Estabelecimento de novas condições para o exercício da atividade de produção independente e de auto-produção** de energia elétrica, com base em fontes de energia renováveis (acesso, licenciamento e exploração).
- **Criação de incentivos fiscais e financeiros às energias renováveis:** (1) isenção de direitos aduaneiros na importação de equipamentos de produção de energias renováveis; (2) bonificação de 50% dos Juros de créditos contratualizados para as famílias, micro e pequenas empresas para aquisição de equipamentos de microprodução renovável.
- **Operacionalização das Empresas de Serviço Energético.**

Reforço da Eficiência Energética:

- **Operacionalização do Sistema Nacional de Etiquetagem e Requisitos dos Equipamentos Elétricos:** contribuiu para escolhas eficientes e amigas do ambiente.
- **Operacionalização do Código de Eficiência Energética nos Edifícios.** promove a construção de edifícios energeticamente eficientes, com redução na procura de uso de energia elétrica e garantia das condições de salubridade e do conforto termo higrométrico.
- **Regime de Consumidores Intensivos de Energia:** objetivo de promover a eficiência energética e a produção local de energia nas instalações dos consumidores finais (pessoas coletivas públicas e privadas) que apresentam consumos energéticos significativos na estrutura de consumo final, através de Contrato de Desempenho Energético.
- **Criação da figura de Auditores Energéticos**, profissional credenciado e registrado no Sistema de Gestão de Serviços Energéticos (SIGSE), como tecnicamente apto para realizar Auditorias Energéticas.

Implementação da Mobilidade Elétrica:

- **Carta de Política de Mobilidade Elétrica,**
- **Plano de Ação para a Mobilidade Elétrica.**
- **Programa de Promoção da Mobilidade Elétrica** com incentivos fiscais e financeiros (isenção dos direitos aduaneiros e IVA na importação de Veículo Elétricos e equipamentos de recarga).
- **Regulamento relativo aos Operadores Públicos e Privados de Postos de Carregamento de veículos elétricos (VE).**

Investimentos em curso e previstos para atingir os objetivos

Reforço da capacidade de produção e de armazenamento de energias renováveis:

- **Implementação de projetos de instalação de parques fotovoltaicos (produção e armazenamento)** em Santo Antão (1,2 MW), Fogo (1,3 MW), Maio (0,4 MW), S. Nicolau (0,4 MW), Brava (1,3 MW). Previsão operação: II Sem. 2024.
- **Concurso internacional para contratação capacidades de produção Energia Renovável em regime IPP:** Boavista (5 MW), S. Vicente (5 MW), Sal (5 MW), Praia (10 MW). Previsão operação: 2024 e 2025.
- **Aumento da capacidade de produção de energia eólica** na Praia (de 11 MW para 24 MW, mais instalação de 5 MWh de capacidade de armazenagem) e no Sal (5 Mwh de capacidade de armazenagem) através da Cabeólica. Entrada em funcionamento: finais de 2024.
- **Substituição dos painéis do parque solar de Palmarejo** por outros mais eficientes (Re-powering): aumentará a capacidade de produção de 4,5 MW para 10 MW. Integrado no MoU de financiamento climático e ambiental com Portugal (10 M Eur de investimento).
- **Aumento da capacidade de penetração de energias renováveis e de armazenagem através da Central de Bombagem Hídrica de Santiago (Pumped Storage)**, a instalar em localidade Chã Gonçalves, Ribeira Grande de Santiago. Confirmado no pacote de 246 milhões de euros disponibilizado pela Global Gateway / UE.
- **Reforço da segurança da rede de transporte de alta tensão em Santiago** através do fecho do anel. Projeto conexo a *Pumped Storage*.
- **Aumento da micro e auto produção renovável.** Cerca de 12 MW foram instalados na micro e auto produção renovável nos últimos 7 anos, quase dobro da capacidade global (7 Mw) dos parques solares de Palmarejo e Sal.
- **Em curso:** (1) reformulação e reforço do programa de incentivos para aquisição de sistemas de microprodução e eficiência energética com pacote focalizando também o setor produtivo; (2) massificação da geração distribuída nos edifícios públicos (micro produção para auto consumo); (3) implementação do projeto de instalação de painéis solares em todas as infraestruturas de saúde, escolas secundárias e vários edifícios públicos.

Reforço do nexo água/Energias Renováveis:

- **Dessalinização da água para a agricultura** (7 milhões de m³/ano, até 2026) e reutilização das águas residuais na agricultura (3 milhões de m³/ano, até 2026). Em execução em Achada Baleia (S. Domingos) e Achada Ponta (Sta Cruz).
- **Equipar 100% dos furos de água para rega com sistemas fotovoltaicos.** Integrado no projeto constante da Adenda do MoU celebrado com Portugal (4 milhões de euros de investimento).

Implementação de Sistemas de Gestão e Tecnologias Eficientes:

- **Alargamento do Sistema SCADA.** Permite reduzir cortes de fornecimento do serviço de eletricidade. Iniciou em 2020. Em operação nas ilhas de Santiago, São Vicente e Sal. Previsão para as outras ilhas.
- **Implantação de contadores inteligentes.** Permite a concessionária monitorizar em tempo real o consumo dos clientes. Mais de 2.500 contadores inteligentes instalados com prioridade para os grandes clientes. Vai ser massificada.

Redução das perdas técnicas e comerciais de energia elétrica:

- Atualmente cada 1% de perdas representa um volume de energia não faturado de 1,7 milhões de euros/ano.
- **Investimentos em curso e previstos para reduzir as perdas:** (1) intervenções nas redes de distribuição; (2) melhorias para aumentar a eficiência da gestão comercial; (3) instalação de mais contadores inteligentes; (4) sistema de informação, reforço das ações de fiscalização, comunicação e sensibilização; (5) reforço de medidas punitivas no combate ao furto e fraude de eletricidade.

--- Perdas de eletricidade (Nacional) ---

2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
27,3%	25,7%	25,5%	24,8%	26,1%	25,5%	24,4%

Eficiência Energética na Iluminação Pública:

- **Substituição de lâmpadas convencionais por LED** em todos os pontos de iluminação pública no país. Cerca de 27% dos 76 mil pontos de iluminação no país já foram substituídos por LED (em Praia e Sta Maria).
- **Iluminação pública (IP) 100% LED.** Com o sistema de IP 100% LED, o consumo anual de energia na Iluminação Pública reduz de 14,5 GWh atual para 9,1 GWh. Essa redução de 5,4 GWh representa uma poupança anual 1.190 toneladas de combustível na produção de eletricidade.

Melhoria da qualidade de serviço de eletricidade:

Melhorar o Índice de duração média de interrupção do sistema (SAIDI) e o Índice de frequência média de interrupção do sistema (SAIF).

Indicadores de Qualidade de Serviço

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
SAIDI (horas)	59,5	49,9	53	54	45,2	48,5	48,4
SAIFI (nº)	36,5	29	29,3	31	24,7	28,7	24,2

SAIDI – Índice de duração média de interrupção do sistema

SAIFI – Índice frequência média de interrupção do sistema

Em 2016: em média, uma pessoa ficou sem acesso ao serviço de eletricidade **36 vezes** e durante **59 horas**.

Em 2022 foi em média **24 vezes** e durante **48 horas**.

Desenvolvimento de competências

Foram realizadas de 2016 a 2022 no CERMI: **(1)** um total de 126 ações de formação profissional que beneficiaram 2.312 jovens; **(2)** formação dirigida à inclusão social de mais de 100 jovens; **(3)** formação para jovens de todos os 22 municípios.

Novas ações estão direcionadas para: **(1)** formulação, em articulação com CERMI e Pró Empresa, do Programa de Massificação de Sistema de Micro Produção das Energias Renováveis Solar nas PME's; **(2)** fomento empresarial, pesquisa & desenvolvimento para a exploração do potencial do setor dos serviços ligados à transição energética. Assistência técnica a 50 projetos, contribuindo para instalação de mais de 100 kw de micro produção; 10 empresas incubadas.

Ambiente, Biodiversidade e Geodiversidade

Aumentar a superfície terrestre protegida e a superfície marinha protegida com implementação de 75% dos instrumentos de gestão para as áreas protegidas.

Até 2026, aumentar para 7 os grupos de espécies prioritárias monitorizados e preservados.

Até 2026, aumentar para 50% as auditorias e inspeções ambientais conformes.

Até 2026, atingir 90% do País com informação sismológica e vulcanológica e 50% de sítios com interesse geológico conservados e valorizados.

Áreas protegidas

Atualmente a Rede Nacional de Áreas Protegidas é constituída por 47 áreas, sendo 15 % predominantemente marinhas, 30% áreas com parte marinha e terrestre e 55% predominantemente

terrestres: 19 Reservas Naturais, 12 Parques Naturais, 10 na categoria de Paisagem Protegida e 6 Monumento Natural. Duas Reservas de Biosfera, uma na ilha do Maio e outra no Fogo.

Conservação da biodiversidade

O Governo tem realizado diferentes ações de conservação para proteger o processo de desova das tartarugas, tendo passado de 31 mil ninhos em 2016 para valores superiores a 297 mil ninhos em 2021).

Em fase de aprovação, o Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves Marinhas.

Encontra-se em finalização uma Plataforma onde se prevê a disponibilização dos dados sobre a biodiversidade do país.

No âmbito do Projeto Cabo Verde - Becoming a Future Island Nation, foi realizado o levantamento da biodiversidade para atualização da Lista Vermelha e está em curso o processo que culmina com a instalação do Air Station e elaborado o estudo prévio.

Aprovado o regime jurídico a que fica sujeita a avaliação ambiental e social estratégica dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente. Incidem sobre reservas naturais, parques nacionais, parques naturais, monumentos naturais, paisagens protegidas, sítios de interesse científico que integram a Rede Nacional de Áreas Protegidas, sítios de interesse para a conservação da biodiversidade e geodiversidade classificados pelas Convenções Internacionais de que Cabo Verde tenha aderido, monumentos históricos e naturais, Zonas Desenvolvimento Turístico Integral (ZDTI) e as Zonas de Reserva de Proteção Turística (ZRPT).

Exploração de massas minerais e inertes

Em curso, elaboração da Estratégia Nacional de Aproveitamento de Massas Minerais, que tem por objetivo fazer o diagnóstico da situação de extração de Inertes e exploração de massas Minerais.

Valorização Turística e Ambiental das Aldeias Rurais

Programa em execução em parceria MTT, MAA e Câmaras Municipais. Visa a diversificação da oferta turística, a melhoria do saneamento básico e o aumento do rendimento e da qualidade de vida da população no meio rural. Abrange 18 aldeias rurais nas ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Maio, Santiago, Fogo e Brava.

Diretivas de Investimentos do Ambiente

Diretrizes de Investimento do Ambiente- DIA 2021/2025 - tem previsto um orçamento total de 3,5 milhões de contos, com prioridade de financiamento de projetos municipais e da adminis-

tração central para o Reforço da Segurança Sanitária (saneamento sólido e água).

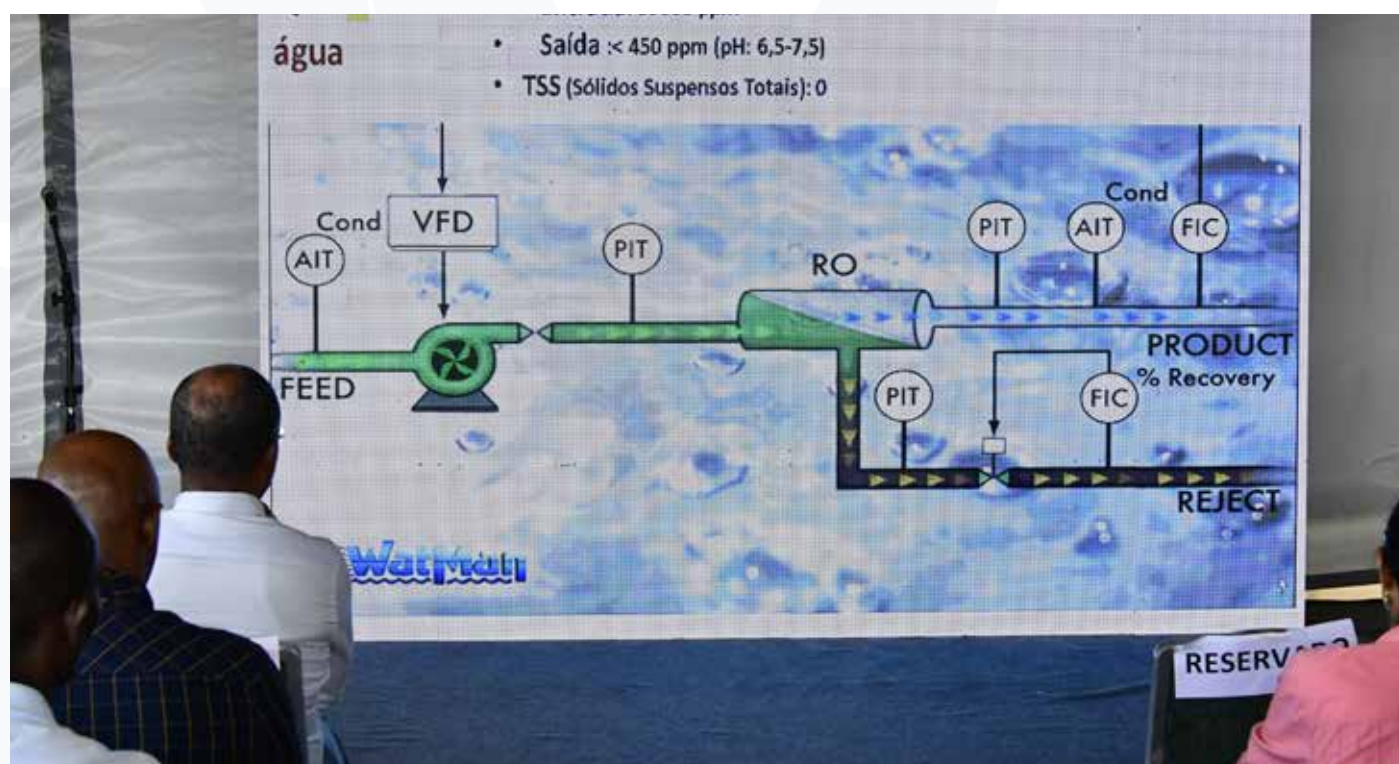
Água e Saneamento

Até 2026 alcançar 100% da população com acesso à água potável de forma segura e inclusiva e melhorar a acessibilidade e a qualidade dos serviços.

Até 2026 alcançar 90% da população com acesso ao sistema de evacuação de águas residuais (rede pública de esgotos, fossa séptica e fossa rudimentar) no alojamento, de forma segura e inclusiva e melhorar a acessibilidade nos serviços.

Até 2026 alcançar a 93% da população com a cobertura do sistema de recolha de resíduos.

Até 2026 alcançar 54% da população desagregada por sexo coberta com sistema de tratamento dos resíduos (existência de um aterro sanitário controlado).



Novo ciclo do PEDS, com prioridades para o aumento da rede de ligação, produção, melhoria de produção de água, redução das perdas, redução dos custos de produção, melhoria da eficácia dos serviços de água e saneamento pelas entidades gestoras com objetivo de atingir 100% de taxa de ligação e aumentar a disponibilidade de água para 90 litros de água por pessoa por dia.

Através de massificação das redes de abastecimento de água, garantindo a todos os domicílios o acesso ao abastecimento de água por meio de rede pública e o consumo médio per capita de 43 para 90 litros por dia.

Cabo Verde tem observado nos últimos anos uma evolução positiva tanto no que diz respei-

to à construção de novas redes, como no que concerne ao aumento do número de ligações domiciliares.

Em 2022:

- 85,5% da população estava coberta com sistemas de abastecimento de água, sendo 91,6 % nos centros urbanos e 72,8% no meio rural. Em 2015 era: 66,4%. Meta para 2026: 100%.
- Capitação média diária de 63,0 litros / habitante / dia. Em 2015 era 38,0 litros / habitante / dia. Meta para 2026: 90 litros.
- 85,1 % da população com acesso à evacuação de águas residuais. Em 2015 era: 58,9%. Meta para 2026: 90%.

Projetos de redes e ligações domiciliárias de água e saneamento estão contratados nos vários municípios através do Fundo do Ambiente para beneficiar as famílias mais pobres.

Sal é a primeira ilha do país a dispor de capacidade de abastecimento de água durante 24 horas por dia por energia renovável. Brava será brevemente a primeira ilha totalmente (100%) abastecida de água com o suporte de energia renovável.

A operacionalização das empresas intermunicipais e municipais de água e saneamento nas ilhas de Santiago (ADS), da Boa Vista (AEB) e do maio (AEM), além da criação da empresa nacional “Água de Rega” (ADR), são ganhos conseguidos de relevância. Está em fase de consolidação, a criação e a operacionalização das “Empresas Intermunicipais de Água e Saneamento” das ilhas de Santo Antão e de São Nicolau.

Existem atualmente 13 estações de tratamento de águas residuais com uma capacidade total de 16.158 m³ / dia de efluentes nas ilhas de Santiago, Maio, Boavista, Sal e São Vicente. Nas ETAR de São Vicente (Ribeira de Vinha), é reutilizado um volume aproximado de 7 300 m³ / dia, representando cerca de 45,2% do total da água residual coletada.

Projeto de Água e Saneamento de Santo Antão para a densificação das redes de água e saneamento. Em fase concursal. Montante: 11,6 milhões de dólares.

Projeto de Desenvolvimento do Sistema de Abastecimento de Água na Ilha de Santiago (PD-SAAIS, denominado vulgarmente Projeto JICA). Concurso Internacional de Empreitada foi lançado a 24 de agosto de 2022. No dia 30 de junho de 2023 teve lugar a Sessão Pública de Abertura das Propostas de Empreitada. Decorre a avaliação das propostas técnicas submetidas pelas empresas concorrentes. Montante: 150 milhões de dólares.

Projeto de Abastecimento de Água e Saneamento dos Bairros Periféricos da Cidade da Praia. Procedimento do concurso em fase avançada, com abertura das propostas técnicas e financeiras agendada para 7 de Setembro de 2023. Montante: 31,6 milhões de dólares.

O projeto inclui:

- Abastecimento de Água Potável em Achadinha, Lém Cachorro, Achadinha Pires, Calabaceira, São Pedro Latada, Ponta d'Água, Castelão, Coqueiro, Achada Mato, Safende, Palma-

rejo, Alto da Glória, Eugénio Lima, Pensamento, Monte Vaca, Caiada, Palmarejo Grande e Cidadela;

- Evacuação e Recolha de Águas Residuais em Várzea, Achadinha, Lém Cachorro, Achadinha Pires, Calabaceira, São Pedro Latada, Ponta d'Água, Castelão, Coqueiro, Achada Mato, Safende, Palmarejo, Alto da Gloria, Caiada e Achada Grande Trás.

Projetos de dessalinização de água em Santiago e Boavista. Montante: 553 mil contos:

- Mobilização de água para São Domingos e São Lourenço dos Órgãos a partir da dessalinizadora de Palmarejo. Executado.
- Instalação de dessalinizadora 1200 m³/dia na Ribeira da Barca para abastecer São Lourenço dos Órgãos e Santa Catarina: extensão e melhoria nas redes de adução e distribuição. Executado.
- Instalação de dessalinizadora de 300 m³/dia no Norte de Boavista. Executado.

Projeto de reforço dos sistemas de abastecimento de água em Sta Catarina, S. Salvador do Mundo e S. Lourenço dos Órgãos. Montante: 151 mil contos.

- **S. Lourenço dos Órgãos (Montanha)** – 40,9 mil contos. Aumento de cerca de 12.5 % de ligações de água no Município. Em fase de conclusão.
- **S.S. do Mundo** (Picos Acima, Achada Igreja) - 71,5 mil contos. Aumento de cerca de 49,7 % de ligações de água no Município. Em fase de conclusão.
- **Santa Catarina** (Junco e Cruz de Picos) – 38,7 mil contos (7 km de condutas, 2 reservatórios, estação de bombagem e posto de transformação). Em fase de conclusão.

A taxa de cobertura de recolha de resíduos urbanos situa-se, atualmente, nos 92,50%.

Foram executados vários projetos pertinentes para o setor de resíduos financiados pelo Fundo do Ambiente (DIA), tais como:

- Encerramento da lixeira da Praia.
- Elaboração do Projeto de selagem e integração paisagística da lixeira de São Miguel/Calheta e Sta. Cruz, concluído em 2022.
- Construção do aterro controlado de São Filipe, concluído em 2022.
- Obra do Aterro Controlado Intermunicipal de Santo Antão, em fase de conclusão, permitindo a desativação das lixeiras municipais da ilha.

Elaboração do plano sanitário da cidade de São Filipe — Ilha do Fogo. Montante: 41,3 mil contos. Primeiros trabalhos em setembro e conclusão até 31 de dezembro/2023. O projeto debruçará sobre um sistema de drenagem e tratamento de águas residuais para o município de S. Filipe para contribuir para a segurança sanitária da urbe, para a economia circular e proteção dos recursos hídricos.

Reforço da Resiliência do Setor Agrário e Adaptação às Mudanças Climáticas

Até 2026, recuperar 6.942 ha de terras degradadas, com boas práticas de conservação de solos e água, florestação e reflorestação.

Até 2026, aumentar anualmente em 5% a produção agrícola e animal.

Mobilização de água para a agricultura

Diversificação das fontes de água para agricultura (rega e pecuária) associada às energias renováveis para reduzir os custos de produção e distribuição.

Reforma institucional: aprovação das bases gerais da concessão do serviço de gestão, exploração e distribuição dos recursos hídricos para a rega através da Empresa Água de Rega (Decreto Lei nº 47/2021).

Massificação do sistema de micro irrigação (rega gota a gota) - programa de Subvenção: 50% do custo total da aquisição e instalação do sistema de rega gota-a-gota, como incentivo à massificação do sistema de rega com gota a gota. Esta medida permitiu, de 2020 a 2022, aumento de 4% de área irrigada com gota a gota, elevando para 45% a área irrigada a nível nacional (mais 140 ha), num investimento (subvenções) de 69 mil contos.

Previsão nos próximos meses de instalação de mais 220 ha com o sistema de gota a gota, o que elevará para 51% a área irrigada no país com o sistema de gota a gota num investimento (subvenções) prevista de 51 mil contos.

Dessalinização: investimento de 35 milhões de euros, financiado no âmbito do acordo de Crédito entre os governos de Cabo Verde e da Hungria, executado através Empresa Água de Rega.

Em execução na localidade de Achada Baleia (S. Domingos).

Arranque da execução em Achada Ponta (Santa Cruz).

Prevê-se a instalação na primeira fase (2023-2025) de sistemas de dessalinização alimentados por energia fotovoltaica híbrida, para beneficiar agricultores de Santo Antão, S. Vicente, S. Nicolau, Boavista, Santiago e Maio.

Mobilização de água com energia limpa: mobilização de mais de 400 m³/dia de água com recurso a energia limpa fornecida por 7 parques solares para uma área estimada de 22 ha nas ilhas da Brava, Fogo e Santiago (RGST, SCZ e SM), beneficiando mais de 300 famílias em atividades

agrícolas e pecuárias, através do POSER.

Em curso, mais 5 parques solares para uma área estimada de 98,5 ha para a mobilização de mais de 820 m³/dia de água, nas ilhas de Santo Antão (PN), S. Nicolau (RB) e Santiago (SCZ).

Projeto de Ordenamento da Bacia Hidrográfica de S. João Batista. Montante: 16,5 milhões de dólares. Em arranque de execução.

Nove comunidades de Ribeira Grande abrangidas: Pico Leão, Belém, Santana, Tronco, Alfarroba, Beatriz Pereira, Chã Gonçalves, Chã de Igreja, Gouveia. Vai criar as condições para a agricultura e pecuária através de construção de infraestruturas de mobilização da água, valorização de terrenos e mobilização de 20 ha de novas parcelas irrigadas, desencravamento de localidades (10 km de estradas - S. João Batista, Belém e Pico Leão) e capacitação da população.

Projeto Hidroagrícola da Ribeira dos Picos. Montante: 73 mil contos. Executado. Visa aumentar a mobilização de água e melhorar a sua gestão na irrigação e valorizar a produção agrícola em 73 ha de parcelas agrícolas.

Outros projetos hidroagrícolas ligados à mobilização/distribuição de água para a agricultura de água com recurso à energia fotovoltaica, melhoria de sistemas de irrigação e capacitação dos agricultores e projetos hidropastoris. **677 mil contos investidos** em:

Santo Antão - 202 mil contos:

- Projeto Hidro-agrícola Planalto Norte (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola Selada de Ribeirinha de Jorge (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola Mocho (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola Boca de Coruja (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola Figueiral (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola Ribeira de Corujinha (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola Ponte Sul/Achada Mato (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola Manuel Lopes (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola Ribeira da Cruz (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola Jorge Luis (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola Tarrafal de Monte Trigo (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola Ribeira dos Bodes (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola Ribeira Fria (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola Chã de Norte (concluído).
- Modernização Agrícola em Alto Mira (concluído).
- Proj. Integrado Agricultura Pecuária de Lajedinho (concluído).

São Vicente: 39,6 mil contos:

- Proj. hidropastoril de Curral de Tortolho (concluído).
- Proj. hidropastoril e Abastecimento de Água ao povoado Km seis (concluído).
- Proj. hidropastoril Norte de Baía (concluído).
- Proj. hidropastoril de Madeiral (concluído).
- Proj. hidropastoril Barro Branco (a iniciar).

São Nicolau: 43,6 mil contos:

- Projeto Hidro-agrícola de Praia Branca (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola de Queimadas (em curso).
- Projeto Hidro-agrícola de Canto Fajã (em curso).
- Projeto Hidro-agrícola de Fajã (em curso).

Maio: 24,8 mil contos:

- Projeto Hidroagrícola de Pedro Vaz (concluído).

Santiago: 208,7 mil contos:

- Projeto Hidro-agrícola de Achada Grande - Tarrafal (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola de Achada Porto – Tarrafal (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola de Colonato - Tarrafal (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola de Achada Tomas - Tarrafal (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola de Saltos – Santa Cruz (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola de Ribeira dos Picos – Santa Cruz (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola de Ribeireta – São Miguel (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola de Achada Baleia – São Domingos (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola de Moia Moia – São Domingos (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola de Tinca Raia – São Domingos (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola de Alfarroba – Ribeira Grande (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola de Covada – São Lourenço dos Órgãos (em curso).

Fogo: 121 mil contos:

- Projeto Hidro-agrícola dos Mosteiros - Fajazinha a Fonsaco (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola Zona Sul São Filipe (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola Outra Banda. S. Filipe (concluído).

-
- Proj. Hidropastoril de Cabeça Fundão (concluído).

Brava: 37,7 mil contos:

- Projeto Hidro-agrícola de Ferreiros (concluído).
- Projeto Hidro-agrícola de Sorno (concluído).

Melhoria da cobertura do solo e construção de infraestruturas de contingência de animais

Diminuir a erosão dos solos, aumentar a infiltração, combater a desertificação e o impacto negativo do pastoreio livre sobre a biodiversidade, bem como garantir a saúde e bem-estar animal e o controlo de doenças e zoonoses. **Resultados:**

- **61 infraestruturas pecuárias construídas**, a nível nacional, para a contingência de animais;
- **350 ha de terrenos reflorestadas** com plantas florestais, endémicas, forrageiras e fruteiras;
- **14,27 ha de parcelas agro-silvo-pastoris** instaladas;
- **260 ha de florestas restauradas** com os trabalhos de manutenção e limpeza dos perímetros;
- **Limpeza de cerca de 70 ha de terrenos agrícolas** invadidos por acácia americana (*Prosopis juliflora*) nas ribeiras de Achada Leite-Sta Catarina, Sta Cruz e Sal que serão plantadas com fruteiras;
- **2.000 caldeiras vegetalizadas**, construídas e recuperadas 40.537,5 m de banquetas;
- **Lançamento de sementes de pasto** para melhorar a cobertura vegetal e produção de forragem, bem como aquisição de mais 1.845 kg de sementes em 2022, para lançamento durante a campanha agrícola de 2023;
- **Através do REFLOR-CV, foram beneficiadas 22 comunidades de oito concelhos**, mais de 1.050 hectares florestados e reflorestados; 8.460 ha restaurados e 590 de novas áreas plantadas, representando um aumento das áreas arborizadas em cerca de 3% nas ilhas de Santiago e Fogo. Mais de 350.000 plantas foram fixadas de espécies arbóreas e arbustivas, incluindo 65.000 plantas de espécies fruteiras e forrageiras. Foram construídas 250.000 caldeiras e mais de 237.000 metros de banquetas para conservação e redução da perda de solos. Estas intervenções tiveram um impacto na criação de mais de mil empregos.

A legislação Florestal foi revista e nove instrumentos de Planeamento e Gestão Florestal foram produzidos, assim como uma plataforma digital para organização e consulta de informação sobre as florestas.

Produção agrícola e pecuária

As secas ocorridas nos últimos anos têm afetado negativamente o desempenho da agricultura de sequeiro. Os rendimentos obtidos variam de fraco a nulo. Contudo, a campanha agrícola 2022/2023 foi relativamente favorável face aos últimos cinco anos. Uma comparação da produção do ano agrícola 2022/2023 com a média dos últimos cinco anos mostra aumentos para o milho e o feijão de +1.128,8% e +1.593,7% respetivamente.

A produção estimada de produtos hortícolas referente ao IVº trimestre 2022, indica um aumento à volta de 4%, em relação ao trimestre do ano anterior. Os produtos frutícolas registaram uma descida de 18% em relação ao trimestre do ano anterior.

No período homologado de 2021 para 2022, a produção total de carne de ruminantes e de suínos teve uma variação 1% e a produção de carne de frango com uma variação negativa de cerca de 10%, a produção de leite bovina e caprina com uma variação positiva de 2% e a produção de ovos com uma variação positiva de cerca de 8% face ao ano anterior.

Aprovação do Regime de Exercício da Atividade Pecuária (DL aprovado pelo Governo em 21 Nov. 2023). É uma importante reforma para a estruturação do setor pecuário através de normas de acreditação e certificação do exercício da atividade, classificação da atividade (industrial ou semi-industrial, tradicional ou familiar) e normas de salvaguarda da saúde pública veterinária e humana, saúde ambiental, ordenamento do território, gestão de espaços agrosilvopastoril num quadro de sustentabilidade e de responsabilidade social dos produtores pecuários.

Segurança Alimentar e Nutricional

Assegurar o acesso regular e permanente da população a uma alimentação suficiente, segura, saudável e nutritiva, reduzindo a insegurança alimentar moderada e grave em menos de 37,7 % e insegurança alimentar grave em menos de 9,6% no horizonte 2026.

Não obstante a conjuntura internacional, Cabo Verde tem tido ganhos em matéria de segurança alimentar e nutricional, tanto no que diz respeito a redução da prevalência da insegurança alimentar, desnutrição crónica em crianças, mas também em termos da governança da segurança alimentar.

Um conjunto de medidas de políticas foram adotadas:

- **Aprovação em 2018 da Lei do Direito Humano a Alimentação Adequada** que determina as bases orientadoras da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).
- **Lei sobre a alimentação e saúde escolar**, destacando o artigo 25º que determina que 25% do orçamento destinado ao Ministério da Educação deve ser canalizada para a compra de produtos locais, como por exemplo frutas e vegetais podendo deste modo enriquecer a ementa escolar.

- **Implementação nacional do programa de fortificação domiciliária de micronutrientes em pó**, tendo um impacto na redução da anemia em crianças menores de 5 anos, cuja prevalência é considerada um problema nacional de saúde pública.
- **Introdução de sementes resistentes ao clima e biofortificados**, fortalecendo deste modo a sustentabilidade e a resiliência do sistema agrário.
- **Quadro legal sobre o Food Safety.**
- **Quadro legal que promove o aleitamento materno** exclusivo e protege as mães e os bebês.
- **Reforço do sistema de informação de SAN**, com a implementação do inquérito sobre a vulnerabilidade alimentar, bem como na implementação de inquéritos sobre as doenças crônicas não transmissíveis.

A pandemia da Covid-19 e a guerra na Ucrânia vieram interromper os ganhos em matéria de Segurança Alimentar e Nutricional nas últimas décadas.

A última análise do Quadro Harmonizado de Segurança Alimentar e Nutricional, demonstrou entre junho a agosto de 2022, que devido a esta conjuntura de crises, 9,5% da população Cabo-verdiana (46.093 pessoas) encontra-se em situação de crise alimentar.

O aumento acentuado dos preços internacionais dos alimentos e a fraca perspetiva de produção mundial, têm impacto direto nos preços de alimentos e abastecimento alimentar do país.

Segundo os inquéritos semanais de recolha dos preços nos consumidores a nível dos municípios e os Boletins informativos sobre a evolução dos preços e a evolução do stock, o mercado nacional tem verificado uma certa estabilização dos preços dos Produtos Alimentares de Primeira Necessidade (PAPN) a partir de março de 2022; no entanto, quando comparado com os preços no mês de agosto de 2022 em termos homologado, sofreram aumentos expressivos, sobretudo no óleo alimentar (40%), farinha de trigo (36%) e leite em pó (29%).

Em 2021, para fazer face ao aumento dos preços dos cereais, devido ao impacto da pandemia da covid-19, o Governo aprovou medidas de compensação financeira às empresas importadoras, para a estabilização e manutenção de preços dos Produtos Alimentares de Primeira Necessidade, nomeadamente o milho e a farinha do trigo. A medida implementada permitiu a estabilização dos preços do milho e da farinha de trigo no mercado nacional.

Em 2022, face, à grande escalada de preços na decorrência da Guerra na Ucrânia, o Governo aprovou um conjunto de medidas complementares de política pública para o reforço dos sistemas alimentares, visando maior resiliência do sistema alimentar no país. As medidas incluem o aumento da capacidade de stock de cereais, compensação financeira para a manutenção dos preços dos cereais, bonificação da ração animal, reforço da alimentação escolar, *cash for work* e assistência alimentar às famílias.

A prevalência de insegurança alimentar moderada e grave diminuiu em 2022 (menos 6,5 pontos

percentuais em relação a 2021).

A prevalência da desnutrição aguda é baixa e a crónica é moderada (10,2% da população).

A prevalência do excesso de peso e obesidade é moderada.

Em Agosto de 2023, o Governo assinou com o BAD um Acordo de Empréstimo de 10 milhões de euros, em condições concessionais, para o Programa de Produção Alimentar de Urgência que visa melhorar o acesso a sementes certificadas e a fertilizantes para as explorações agrícolas. Beneficia 10.000 pequenos produtores, 50% mulheres, com impacto na melhoria da segurança alimentar e nutricional e reforço da resiliência dos agricultores contra secas prolongadas. O Decreto que aprova o Acordo de empréstimo foi aprovado pelo Governo em 10 de Outubro de 2023.

Investigação e Desenvolvimento Agrário

Até 2026, aumentar a produtividade e a rentabilidade das explorações hortofrutícolas e pecuárias, com recurso a pacotes tecnológicos e mecanização agrícola (maquinarias agrícolas, agricultura de precisão e digitalizada).

Reforço da capacidade laboratorial

Atualmente o MAA conta com um total de 10 laboratórios (4 requalificados e 6 novos): laboratórios de solos, (Santiago e Santo Antão por equipar); laboratório de fitopatologia;

laboratório de conservação de sementes (banco de sementes); laboratório de Bromatologia, que permite analisar a qualidade e conformidade dos produtos agroalimentares; laboratórios de produção de inimigos naturais; laboratório de SIG (análise de dados geo-espaciais), com vista ao mapeamento de solos agrícolas de Cabo Verde; laboratório de análise da qualidade das sementes (em curso).

Investigação e Desenvolvimento

De 2016 a 2022, importantes avanços foram registados através do INIDA:

- Elaboração de estudo de solos, normas de qualidade das culturas, estudos da biodiversidade terrestre, florestal e agrícola, estudo de rega e necessidades hídricas das culturas, avaliação das variedades hortofrutícolas e sua adaptação às condições edafoclimáticas locais, entre outros estudos, além do desenvolvimento de uma série de linhas de pesquisa visando o fomento agrário.
- 30 Ensaio realizados nas estações experimentais- um total de 47 variedades hortícolas testadas, sendo 17 (dezassete) novas variedades hortícolas testadas para a adaptação às condições agroclimáticas locais.
- Tecnologias adequadas para o uso racional dos recursos hídricos no setor da agricultura

irrigada desenvolvidas.

- Sementes produzidas com água residual tratada – ETAR de Sta Cruz.
- Bancos de Germoplasma material vegetal de raízes e tubérculos (batata-doce e mandioca) instalados e monitorizados.
- Principais pragas das culturas identificadas e caracterizadas visando o fortalecimento e a adequação das técnicas de proteção fitossanitária.
- Melhoria da gestão fitossanitária de pragas e doenças, através da adequação de métodos mais eficazes de controlo integrado, com destaque para a luta biológica.
- Informações disponíveis de custo de produção e rentabilidade económica das principais culturas.
- Base e dados da biodiversidade terrestre (Fauna e Flora).
- Em matéria de Inovação & Transferência de Tecnologias Hidroagrícolas, foi realizado um ensaio, utilizando águas com diferentes teores de sais, com vista a avaliar a rentabilidade do uso de água dessalinizada na agricultura. Os resultados foram bem-sucedidos.
- Criação e instalação de estufas “modelo INIDA”.
- Sementes de variedades melhoradas adaptadas às condições agroclimáticas locais, trazendo-se na oferta de produtos nos mercados durante todo o ano.
- Três (3) biofábricas de produção de inimigos naturais (1 em Santiago com novo edifício de ampliação; 1 na Ilha do Fogo e 1 em Santo Antão) instaladas.
- Desenvolvidos e difundidos métodos mais eficazes de controlo integrado e monitorização de pragas nas principais culturas, com ênfase na luta biológica contra a lagarta-do-cartucho do milho.
- Agricultores capacitados no domínio de controle integrado de pragas da lagarta-do-cartucho do milho e doenças nas culturas.
- Mais de 110 pacotes tecnológicos em uso pelos agricultores a nível nacional, introduzidos e monitorizados.

Estruturação da Cadeia de Valor

Até 2026, aumentar anualmente, em pelo menos 15% o VAB do setor agrícola e o rendimento dos produtores.

Foram elaborados os instrumentos de Gestão da Empresa de Logística (estatutos da empresa e modelo de gestão da empresa de logística agrícola e das pescas), tendo em vista um dos grandes compromissos desta Governação a de criação de uma Empresa Mista numa perspetiva de uma parceria público – privada.

Foi disponibilizada uma linha de crédito no valor de 300 mil contos, para financiar projetos de empresas privadas nacionais e cooperativas de produção, na área de agricultura, agro-transfor-

mação, pecuária, indústria, produção, distribuição e comercialização de bens e serviços agro/pastoral.

Implementado o SIGA (Sistema de Inspeção e Gestão das Autorizações), uma plataforma para gerir todo processo de importação e exportação de produtos de origem vegetal, animal e artigos regulamentados.

Implementada uma plataforma (SNIRA) para a identificação e registo de animais, que será alargado, para permitir também o cadastramento das explorações agropecuárias e a obtenção de informações sobre o setor.

Arranque do processo de certificação de unidades semi-industriais e tradicionais de queijo, em Santo Antão, S. Vicente, Maio, Praia e Fogo.

Disponibilização de equipamentos de fabrico do queijo (kits), para a melhoria da prática de higiene e fabrico de queijo nas ilhas do Maio e da Brava.

Apoio a cooperativas na elaboração dos seus planos de negócio.

Foram criadas as condições para a certificação de produtos agro-pecuários, em colaboração com a IGQPI.

Instalação de 12 unidades hidropónicas e fornecimento de 25 enfardadeiras, permitindo aos criadores de obterem alimentos para o seu gado.

Apoio na organização da classe produtiva, visando a criação de escala para alcançar novos mercados.

Realização de feiras agropecuárias e de intercâmbios entre os produtores e a instalação de 14 campos escolas nas parcelas dos agricultores, onde são discutidos diferentes temas e demonstradas diferentes tecnologias de produção.

Realização de exposições de máquinas agrícolas nas ilhas de Santiago, Santo Antão e São Nicolau, enquanto instrumento de facilitação da vida no campo.

Reconhecimento de Cabo Verde como país livre de Peste de Pequenos Ruminantes e Febre Afetosa. Está em curso o processo de preparação do dossier a submeter à OIE (Organização Mundial de Saúde Animal). Este reconhecimento irá criar mais oportunidades para Cabo Verde no comércio transfronteiriço de produtos de origem pecuária.

Construção de Centro de Inspeção e Embalagem de Produtos Agrícolas na zona portuária de PN (em fase de concurso). Cerca de 2.600 m² no terrapleno do porto, com acesso a viaturas. Custo previsto: 84 865 contos.

Em fase de conclusão, processo negocial para dinamizar a produção empresarial na propriedade Justino Lopes em Santa Cruz.



ECONOMIA AZUL

Gerir de forma sustentável os recursos oceânicos e costeiros e promover o desenvolvimento sustentável dos recursos marinhos.

Posicionar Cabo Verde como um centro de desenvolvimento de competências no domínio da economia azul através da formação técnica e profissional, I&D e ensino superior.

Posicionar Cabo Verde como uma plataforma logística e marítima na atividade portuária, reparação naval, produção de energia limpa, pesca, aquacultura, turismo e eventos náuticos internacionais.

Reformas para o desenvolvimento da economia azul foram realizadas e continuam. O Governo dotou Cabo Verde de uma Carta de Política para Transição para Economia Azul, Quadro Estratégico Unificado Economia Azul, Plano Nacional para Economia Azul e Programa de Promoção Economia Azul.

Investigação & Desenvolvimento

Em termos de investigação oceanográfica, Cabo Verde tem colaborado ativamente com instituições científicas nacionais e internacionais, estabelecendo uma rede robusta de monitoramento do nível do mar. Estações costeiras e instrumentação avançada são empregues para coletar dados precisos sobre mudanças nas condições oceânicas, proporcionando uma base crucial para a compreensão das tendências climáticas regionais e globais. Essa pesquisa é fundamental para antecipar eventos extremos, como tempestades tropicais, que representam uma ameaça considerável para as comunidades costeiras

O Centro Oceanográfico do Mindelo, OSCM, é um centro de produção de conhecimento, formação e intercâmbio de tecnologia, que apoia a excelência científica em Cabo Verde, na África Ocidental e na comunidade científica global. Liga investigadores locais e internacionais com as partes interessadas para produzir novos conhecimentos para alcançar a dimensão oceânica do desenvolvimento sustentável.

O IMar através dos serviços de Investigação Haliêutica e do Centro Oceanográfico, vem recolhendo dados seriais que estão sendo usados para aconselhar os pescadores a se deslocarem para zonas de maior produtividade, reduzindo os custos de produção (menos consumíveis) e consequentemente aumentando o rendimento dos pescadores.

O IMar vem fazendo prospeções de espécies de profundidade, que desempenham um papel crucial no combate às mudanças climáticas, como: criação de estoque de biodiversidade; Estoques Genéticos Únicos; Papel no Ciclo do Carbono; Monitoramento de Mudanças Ambientais; Descoberta de Recursos Sustentáveis; Adaptação das Comunidades Marinhas e Contribuição para Estratégias de Conservação.

O IMAR vem monitorizando condições ambientais do sistema atmosférico e marinha, com a sistematização de informações como i) temperatura; ii) salinidade; iii) oxigénio dissolvido e maior conhecimento de fenómenos cíclicos tais como o El Niño .

O navio ISLANDIA, foi remodelado e adaptado para assegurar as campanhas oceanográficas, através de um programa de amostragens regulares, juntamente com as expedições da frota alemã de navios de investigação, com o intuito de complementar o funcionamento do observatório.

Capacitação técnica no ramo de oceanografia biogeoquímica foi iniciada, para técnicos nacionais com formação técnica em laboratórios dos parceiros europeus e em campanhas oceanográficas a bordo dos navios internacionais.

Gestão sustentável dos recursos marinhos

Prevenção e combate a ilícitos marítimos:

Cabo Verde tem investido em tecnologias avançadas de monitoramento, como sistemas de rastreamento por satélite, para combater eficazmente a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada.

Um conjunto de medidas vêm sendo tomadas desde 2017 para melhorar a monitorizar, supervisionar e fiscalizar as atividades de pesca, com destaque para:

- Criação da Inspeção Geral das Pescas e respetivo estatuto do pessoal.
- Formação e capacitação institucional.
- Instalação de sistemas para controlo e monitorização de navios.
- Criação de linha verde para comunicação de ocorrências marítimas.
- Criação de plataforma informática para a emissão e validação de certificados de captura.
- Adesão à Plataforma Blue Justice Community (rastreamento de navios).
- Ações concertadas de fiscalização com a Guarda Costeira e a Polícia Marítima.
- Intensificação de ações de fiscalização marítima e aérea com parceiros internacionais.
- Aquisição do avião da GC irá apoiar ações de vigilância e fiscalização marítima.
- Criação de áreas marinhas protegidas e implementação de regulamentações para evitar a sobrepesca incluindo a definição de tamanhos mínimos de captura, períodos de defeso e a criação de zonas de proteção marinha
- Estratégias para ajudar as comunidades de pescadores a se adaptarem às mudanças nas condições climáticas têm sido desenvolvidas, incluindo a diversificação de fontes de renda e a promoção de práticas de pesca sustentáveis.
- Esforços são realizados no investimento e no desenvolvimento da aquacultura para reduzir a pressão sobre os recursos pesqueiros naturais.

Plano Nacional da Economia Azul

Em implementação o Plano Nacional de Investimento na Economia Azul e o Programa de Promoção da Economia Azul, com destaque para:

- Desenvolvimento de frota pesqueira de camarão de profundidade.
- Conversão gradual do excedente da frota artesanal.
- Requalificação do Pontão de Santa Maria e área envolvente para a sua integração na cadeia de valor da pesca costeira e do turismo.

- Reabilitação do cais de Tarrafal de Santiago.
- Estudo para a construção de desembarcadouro em Tarrafal de Monte Trigo, Porto Novo.
- Promoção do empreendedorismo na economia azul.
- Gestão das ameaças setoriais múltiplas nos ecossistemas marinhos.
- Fortalecimento das capacidades nacionais em inovação e investigação e na abordagem dos efeitos das mudanças climáticas em setores chaves da economia azul.

Zona Económica Especial Marítima em São Vicente

Visa transformar S. Vicente numa plataforma de produção de bens e prestação de serviços marítimos e logísticos inserida no desenvolvimento integrado de Santo Antão e S. Nicolau.

Centra-se na dinamização de investimentos públicos e privados para as áreas estratégicas de Desenvolvimento de Operações Portuárias, Transportes, Reparação e Construção Naval, Pescas e Turismo Marítimo.

Realizada a componente relacionada com o desenvolvimento de competências no domínio da economia azul com a criação do Campus do Mar (Universidade Técnica do Atlântico, Instituto do Mar e Escola do Mar). Em curso a elevação da cooperação técnica e científica entre a GEOMAR e o IMAR visando posicionar o Centro Oceânico de Mindelo como uma plataforma de diálogo científico e de produção de conhecimento em assuntos do oceano, da atmosfera e de mudanças climáticas.

Em execução a construção do terminal de cruzeiros de Mindelo, uma alavanca para uma componente importante da ZEEM, que é o turismo. A dinamização do turismo de cruzeiros, o aumento da capacidade de oferta com os hotéis em construção e a realização de eventos desportivos náuticos internacionais, como é o caso da Ocean Race, irão dar um grande impulso ao posicionamento de S. Vicente como um destino turístico ligado à economia azul e às indústrias criativas.

Em curso, a mobilização de financiamentos para posicionar Porto Grande de Mindelo em operações de *transshipment*, modernizar a reparação naval, construir um complexo de pescas e expandir o porto marítimo do Porto Novo.

A expansão do porto marítimo do Porto Novo e a construção do porto de pesca de Tarrafal S. Nicolau e do Complexo de Frio (concessão) agregam valor à integração que se pretende com o conceito da ZEEM em atividades da economia azul entre S. Vicente, Santo Antão e S. Nicolau.

Desenvolvimento da aquacultura com o investidor de referência mundial, a Nortuna, está em curso. O início das operações de exportação irá impactar positivamente a economia de S. Vicente.

Um quadro legal para a Aquacultura foi aprovado em 2021. Em curso sistema de pilotagem e planificação da aquacultura para identificar potenciais zonas para aquacultura, definir os tipos



de aquacultura para Cabo Verde e definir um quadro adequado para a divulgação.

O Governo viabilizou e apoiou a implementação do projeto de produção de camarão em aquacultura na Fazenda do Camarão.

Infraestruturas portuárias

Expansão do porto marítimo Porto Inglês, no Maio (executado). Segunda fase da expansão e modernização do porto inglês (área de serviços) (em curso).

Expansão do Porto da Palmeira (1ª fase executado). Construção das instalações terrestres do porto de Palmeira (2ª fase, em curso).

Construção do terminal de cruzeiros de Mindelo (em execução).

Expansão do Porto Grande de Mindelo para operações de transhipment (previsto).

Expansão do porto marítimo e construção do porto de pescas do Porto Novo (previsto).

Reabilitação e modernização da CABNAVE (previsto).

Criação de Centros de Pequenas Encomendas. Criado na Praia e em S. Vicente (executado).

Construção de gares marítimas nos portos da Praia, do Sal, da Boavista, de Tarrafal de S. Nicolau e do Maio (previsto).

Construção de Centro de Inspeção e Embalagem de Produtos Agrícolas na zona portuária de PN (em curso).

Do pacote de 246 milhões de euros disponibilizados pela UE a Cabo Verde através da *Global Gateway*, constam a segunda fase da expansão dos portos do Maio e de Palmeiras, a expansão do Porto Grande de Mindelo para *transhipment* e terminal de pescas, a expansão do porto de Porto Novo para receber barcos de cruzeiros e a reabilitação e modernização da CABNAVE.

Infraestruturas de apoio à pesca

Reabilitação e valorização de Boca de Pistola, Ponta do Sol, Santo Antão (executado).

Construção porto de pesca de Tarrafal S. Nicolau e do Complexo de Frio em regime de concessão (porto de pesca concluído. Complexo de Pesca e de Frio em construção e instalação).

Previstos: (1) reabilitação do cais de Ribeira da Barca (Santa Catarina); (2) cais de Tarrafal de Santiago; (3) reabilitação de arrastadouros de Porto Mosquito (R^a Grande Santiago); (4) cais porto de Rincão (R^a Grande Santiago); (5) desembarcadouro e casa de pescadores em Carriçal (S. Nicolau); (6) requalificação das áreas adjacentes e casa de pescador de Vale dos Cavaleiros, Fogo; (7) Baía do Corvo, Mosteiros; (8) complexos de pesca da Boavista e do Maio; (9) desembarcadouro em Tarrafal de Monte Trigo, Porto Novo; (10) desembarcadouro de Furna e Fajã, Brava; (11) Cruzinha, R^a Grande; (12) Pontinha de Janela, Paúl.

Investimentos em infraestruturas e equipamentos de apoio à pesca artesanal e semi-industrial irão continuar a ser realizados para a melhoria na cadeia de valor: (1) mercado de peixe de Tarrafal de SN; (2) alpendre de tratamento pescado em Cidade Velha, Brava, e Santa Catarina do Fogo; (3) centro de processamento de pescado de Boavista; (4) maquinas de produção de gelo (Fogo, Brava); (5) carrinhas de frio (Santo Antão, Boavista, Maio, Fogo, Brava); (6) camaras de refrigeração (São Pedro SV, Brava); (7) requalificação dos centros técnicos sociais de Santiago.

Unid: escudo

Indicadores	2020	2021	2022	2023*
Contratos Programa com CM's	40 806 000	15 390 647	27 601 014	36 944 007
Formação Agentes das Pescas	271 800	661 986	190 000,00	6 100 000,00
Infraestruturas de apoio a Pesca		14 500 000		
Apoio a Associações e Cooperativas de Pesca	1 970 000	2 136 000	3 097 436	
Conservação/Distribuição de Pescado	5 140 750	4 092 969	52 452	
Kits segurança no mar	3 120 800			
Isenção de Taxas (Subsidição)	3 042 671	24 232 893	17 255 687	5 597 890

Motores fora de borda	3 398 000	8 783 000	9 220 083	
Aquisição e reabilitação de embarcações	2 518 443	8 373 748	9 662 655	12 899 558
Apoio a construção/Aquisição de embarcações		6 500 000	3 800 000	
Linha de Crédito Apoio a pesca (20% FAP)			1 748 120	30 000 000
Outros Apetrechos		649 233	1 518 535	800 000
Apoio a atividade da pesca	1 309 400	1 341 892	2 850 486	4 459 685
Novas Técnicas de Pesca/Conservação Oceanos		1 550 000	3 000 000	
Guinchos Alagem de botes			1 582 955	2 303 799
Apoio à Investigação haliêutica		3 000 000		
Apoio ao Laboratório Oficial P. Pescas	6 000 000	5 000 000	3 773 292	5 000 000
Total	67 577 864	96 212 368	85 352 715	104 104 939
* em curso e previsto				

Um conjunto de medidas e atividades vêm sendo desenvolvidas e estão previstas:

- Campanha para sensibilização de adesão à Cédula Marítima nas Comunidades Piscatórias.
- Campanhas de sensibilização junto às Comunidades piscatórias para diversificação das atividades visando a criação de empregos azuis.
- Campanhas de sensibilização junto às Comunidades piscatórias na utilização de motores movidos a propulsão elétrica (energia solar).
- Novos métodos de valorização dos produtos da pesca para reduzir os níveis de desperdícios, agregar valor e promover a qualidade do pescado; promover a implementação das boas práticas higio-sanitárias do pescado ao longo da cadeia logística.
- Melhoria da coleta de dados nas pescarias artesanais.
- Inovação tecnológica no domínio das embarcações, artes e técnicas de pesca e pescado.

websummit.
RIO



ECONOMIA DIGITAL E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Desenvolver a economia digital como um sector exportador de serviços e fazer do digital um acelerador do desenvolvimento sustentável, nomeadamente na melhoria da eficiência e qualidade dos serviços públicos e dos produtos e serviços empresariais.

As políticas e os investimentos realizados têm permitido um bom posicionamento de Cabo Verde nos rankings internacionais e regionais.

Lugar 91 no ranking do Índice Global de Inovação 2023 da WIPO, num total de 132 países avaliados. Posição 5 em África (Marrocos, Tunísia, Botswana, Egito e Cabo Verde). Número 1 na África Ocidental.

Em 2020, Cabo Verde entrou no Ranking da Global Startup Ecosystem na posição 91, tendo subido para 87 em 2021 e para 80 em 2022. Estamos na posição 7 em África, ultrapassando o Gana, a Tunísia e o Ruanda e 13 na região alargada África e Médio Oriente.

Cabo Verde teve um dos maiores avanços a nível global no índice de GovTech Maturity Index, subindo 62 posições em relação a 2021, passando para a 38ª posição a nível mundial, a 4ª posição a nível do continente Africano, e para a 1ª ao nível sub região da África Ocidental. O País alcançou uma nova distinção global ao progredir para o “Grupo A”, integrado por países líderes em governação digital, com um desempenho “muito elevado”, segundo os dados do estudo GovTech Maturity Index (GTMI) de 2022, produzidos pelo Banco Mundial (WB), um índice que analisa o processo de transformação digital do serviço público em 198 economias globais.

Cabo Verde mantém-se no grupo “elevado” do Índice de Desenvolvimento de Governação Eletrónica (E-Government Development Index – EGDI), Nações Unidas estando na 2ª posição na sub-região ocidental africana, na 8ª em África, e 17ª posição entre pequenos estados insulares em desenvolvimento, num total de 37.

O Governo está a realizar o percurso visando desenvolver a economia digital como um sector exportador de serviços e fazer do digital um acelerador da modernização da administração pública central e local, da conectividade, da promoção da transparência na gestão pública, da melhoria do ambiente de negócios, da melhoria da eficiência e da produtividade nas empresas e um acelerador da aproximação da diáspora e do reforço da sua participação.

Regulação e Infraestruturas

O novo contrato de concessão celebrado com a Cabo-Verde Telecom em Janeiro de 2022, estabelece a separação funcional das Infraestruturas básicas de telecomunicações não replicáveis, uma divisão autónoma de produtos e serviços grossistas para operadores, operacionalmente independente para gerir e explorar a Rede Backbone inter-ilhas e o Hub Internacional e disponibilizar a todos os operadores produtos e serviços de acesso nos mesmos termos e condições em que os disponibiliza às suas divisões internas de retalho. Trata-se de uma medida importante para o desenvolvimento das telecomunicações e da internet em ambiente regulado e competitivo.

Um conjunto de medidas foram tomadas e estão em curso para o desenvolvimento do ambiente regulatório das telecomunicações e da internet que favorece o desenvolvimento empresarial.

O Governo está a concretizar a participação numa rede convergente de comunicações (Internet), com a adesão e ativação, em junho de 2022, da EllaLink que liga Cabo Verde à Europa e à América Latina e permite o País criar uma plataforma de tecnologia e de telecomunicações no Atlântico, neutral, agnóstico e redundante. O investimento de 25 milhões de dólares da CV Telecom no EllaLink marca uma importante decisão estratégica que ajudará no desenvolvimento da competitividade do País com impacto na rápida evolução do crescimento da Internet e dados 5G.

Em execução, a realização de um estudo de apoio ao processo decisório de introdução do 5G. A quinta geração de tecnologia de rede móvel (5G) terá um impacto significativo nas comunicações móveis, com particular ênfase nas redes de internet das coisas (IoT), nas aplicações de realidade virtual e aumentada ou nos transportes com veículos autónomos.

Aprovado pelo Governo (em 21 de Novembro de 2023), o regime jurídico dos serviços digitais e do comércio eletrónico que regulamenta o exercício do comércio eletrónico com salvaguarda da proteção dos consumidores e garantia de certeza e segurança jurídica das transações eletrónicas.

Cibersegurança

Cabo Verde aderiu em junho de 2018 à Convenção sobre o Cibercrime, também conhecida como Convenção de Budapeste.

O País está dotado de um quadro legal que inclui as leis do Cibercrime, da Proteção de Dados Pessoais, do Comércio Eletrónico, das Infraestruturas de Chaves Públicas, da Assinatura Digital e da Identidade Eletrónica.

Ao nível das infraestruturas críticas do país estão a ser definidas políticas, normas e regras de proteção da informação.

Está em implementação o CERT-CV, Equipa de Resposta a Emergências Informáticas a nível nacional.

Prevê-se que ainda no decurso deste ano sejam implementados a Equipa de Resposta a Incidentes de Segurança Informática (C-SIRT), o Centro de Operações de Segurança (SOC), a Gestão de Eventos de Segurança (SIEM) e o Centro Nacional de Cibersegurança (CERT).

Ecossistema de inovação e empreendedorismo digital

Capacitação e desenvolvimento de competências, assistência técnica, financiamento e sistemas e infraestruturas de incubação e crescimento de empreendedores e de atração de investidores de referência, integram o ecossistema de inovação e empreendedorismo digital.

Vários programas têm estado em implementação:

Programa de capacitação no Digital que promove curso intensivo e imersivo em tecnologias

emergentes, com uma duração de 14 semanas com o objetivo de capacitar jovens cabo-verdianos a programar, em simultâneo com a aprendizagem de línguas estrangeiras. A experiência piloto foi realizada em parceria com a Academia de Código de Portugal e foi um sucesso. Até o momento, foram desenvolvidas ações em parceria com a Syntaxy, a Chuva, a PwC, a VisionWare, a Huawei, beneficiando cerca de 197 jovens.

Programa Entrepreneur in Residence (inaugurado em 2022) para apoiar e incentivar o desenvolvimento de comunidades de empreendedores através de mobilização de experts internacionais e empreendedores para uma temporada em Cabo Verde, com uma agenda de trabalho junto da comunidade de empreendedores nacionais, incluindo mentoria, capacitação e desenvolvimento de negócios.

Programa GoGlobal, que promove a participação Empreendedores cabo-verdianos em eventos internacionais de inovação, empreendedorismo e tecnologia. Já na sua 7ª Edição, a GoGlobal financiou mais de 70 empreendedores e cerca de 50 Startups, criando oportunidades únicas de estarem presentes em grandes certames internacionais como o Websummit. Em três anos consecutivos, Cabo Verde foi o único país africano com uma stand a representar o país, com dez startups e uma delegação composta por representantes do governo e parceiros públicos e privados.

Programa Sikabadu, que visa incentivar investidores da diáspora cabo-verdiana a investirem em Cabo Verde no domínio da economia digital através de incentivos financeiros e fiscais, diálogo entre a diáspora e o governo de Cabo Verde com o objetivo de estabelecer parcerias estratégicas e Sikabadu Summit, um evento anual que reúne membros da diáspora, investidores e empreendedores para discutir oportunidades de negócios.

Programa Start up Jovem com incentivos financeiros e fiscais específicos e majorados para empreendimentos de base tecnológica.

Programa TIC Seed como pré-incubadora orientada para jovens criarem Start Ups tecnológicos, seguido de programa de incubação para o desenvolvimento de negócios.

Programa Reinventa para a aplicação do digital, no âmbito do qual foram lançados dois concursos: **(1)** Reinventa Turismo, com a primeira edição em 2020, direcionada para o setor do Turismo em que foram identificadas 30 propostas de soluções para problemas mapeados em três nichos principais, Alojamento e Restauração, Agências de Viagens, Guias do Turismo e táxis e Ofertas turísticas diversificadas; **(2)** Reinventa Administração Pública, com o objetivo principal de identificar soluções digitais para problemas diversos ao nível do funcionamento da Administração Pública.

Programa Transição Digital das Micro, Pequenas e Médias Empresas, que deverá estar concluída em finais de 2026. A transição digital impulsionará as empresas a adaptarem-se e aproveitarem as oportunidades criadas pelo avanço da tecnologia digital e visa aumentar a competitividade das empresas e melhorar a eficiência operacional, aumentando a capacidade de gerar novos negócios e expandir para novos mercados.

Programa Remote Working Cabo Verde, lançado em dezembro de 2020, oferecendo um visto temporário de trabalho/turismo de 6 meses, renovável por igual período, para não residentes que trabalham remotamente. O programa permite que os participantes aproveitem a infraestrutura de TI e os recursos turísticos do país.

Instituída em 2022, a Zona Económica Especial para a Tecnologia (ZEET), localizada no Parque Tecnológico de Cabo Verde, que será o local de referência e de atuação de toda a Estratégia Digital de Cabo Verde, congregando interesses dos sectores e potenciando as vantagens competitivas na criação do ecossistema de Mercado – Empresas – Emprego. Será proximamente implementado o Balcão Único de suporte à ZEET.

Os Parques Tecnológicos da Praia e de São Vicente estão em fase de conclusão. Visam posicionar Cabo Verde como um forte provedor de produtos e serviços digitais.

Desenvolvimento da FINTECH, com processo em curso. Lei da Banca Digital aprovada. Um centro de inovação para a indústria FINTECH deverá ser implementado, numa iniciativa e parceria da Caixa Económica de Cabo Verde, Pró Empresa e Direção Geral das Telecomunicação e Economia Digital.

Investigação e desenvolvimento como um dos mecanismos essenciais para o desenvolvimento da economia digital. Pretende o Governo aumentar para 1,5% do PIB, o investimento público na investigação científica, e para 50% a percentagem de investigadores, docentes e estudantes universitários em projetos de investigação e com publicações científicas em revistas nacionais e internacionais de referência.

Literacia Digital

O Governo está a realizar o percurso para fazer da internet um bem essencial com a aprovação do Programa de incentivo à inclusão digital (Conectar Cabo Verde), traduzido no fornecimento, em condições favoráveis, de Internet de Banda Larga fixa ou móvel a Universidades, instituições de Ensino do 1º ao 12º ano, Centros de Formação Profissional, entidades incubadoras de Start-ups de base tecnológica abrangidas pela Bolsa de Cabo Verde Digital e praças digitais.

O Fundo do Serviço Universal e Desenvolvimento da Sociedade de Informação será operacionalizado com o objetivo de garantir a prestação do serviço universal, financiar projetos e programas de desenvolvimento da sociedade da informação em Cabo Verde e compensar custos associados à prestação do serviço universal.

Em fase de contratação, consultoria internacional para a elaboração da Estratégia Nacional de Literacia Digital. O desenvolvimento de uma estratégia de competências e prontidão digitais exige um esforço conjunto entre governo, empresas, escolas e universidades, garantindo a disponibilidade de programas de formação, estágios e outras oportunidades de desenvolvimento de competências digitais. Deve identificar o nível atual de competências digitais e preparação da população, e definir as habilidades e competências necessárias para os empregos futuros na economia digital. Também deve esboçar a infraestrutura e as políticas necessárias para apoiar

o desenvolvimento das competências digitais, como o acesso à internet de alta velocidade, a formação em literacia digital e o investimento em investigação e desenvolvimento.

Rede Nacional de Ensino e Investigação (NREN), iniciativa conjunta entre os Ministérios da Educação, da Economia Digital, da Modernização do Estado e da Administração Pública, da Cultura e Indústrias Criativas e as Universidades, e instituições e empresas públicas como a ARME e o NOSi e as operadoras de Telecomunicações. Visa, criar economias de escala para implementar e partilhar redes de alta velocidade e equipamentos de investigação avançadas e acolher aplicações para a investigação científica colaborativa avançada.

Até 2026, é objetivo e meta do Governo: (1) elevar a penetração da internet dos atuais 80% para 90% e a pontuação GSMA de Literacia Digital de 64,5 para 75; (2) aumentar para 60% a proporção dos Serviços Digitais Online e para 90% a proporção dos Serviços Informatizados.



Implementação da Estratégia e do Plano de Ação para a Governação Digital

Várias medidas com impacto nos serviços aos cidadãos e às empresas:

- Emissão de documentos eletrónicos de identificação e de viagens (Cartão Nacional de Identificação (CNI), Passaporte Eletrónico (PEC), Título Eletrónico de Residência (TRE), Certificados Digitais diversos).
- Chave Móvel Digital.
- Portal Consulado Virtual.
- Nova versão do “Portal di Nos Ilha” (em construção).

-
- Janela Única de Abertura de Empresas com integração e interoperabilidade de todos os serviços (em desenvolvimento).
 - Revisão da Plataforma de Licenciamento online da Atividade Económica.
 - Balcão Único de Pagamento de Registos de Propriedades.
 - Digitalização do Cartório Notarial e desenvolvimento e implementação de soluções para os serviços de Registos e Notariado (em curso): **(1)** SIN – Sistema de Informação Notarial, SIRP – Sistema de Informação do Registo Predial; **(2)** SIRC – Sistema de Informação do Registo Comercial; **(3)** SIRA – Sistema de Informação do Registo Automóvel; **(4)** SIC – Sistema de Informação Criminal; **(5)** RNI – Sistema de Informação do Registo de nascimento, óbito e casamento; **(6)** interoperabilidade entre o Sistema de Informação do Notariado, Sistema de Informação do Registo Predial e Sistema de Informação do Registo Predial.
 - Regime e modelo de gestão do Sistema de Informação de Justiça (SIJ) para a tramitação processual eletrónica dos processos civil e penal (em curso).
 - Desmaterialização do processo de desembaraço aduaneiro e interoperabilidade entre os serviços intervenientes (entrou em operação uma funcionalidade que permite o pagamento das declarações aduaneiras de forma eletrónica).
 - Sistema Integrado de Gestão de Autorizações Fitossanitárias.
 - Melhoria das condições de networking e conectividade dos portos para a desmaterialização das operações portuárias (em curso).
 - Manual do Comércio Externo (elaborado).
 - Janela Única do Comércio Externo (em curso).
 - Portal do Comércio Externo (executado).
 - Plataforma Eletrónica para a Contratação Pública (executado).
 - Plataforma do Investimento Externo, Balcão Único do Investidor.
 - Fatura Eletrónica (executado e em consolidação).
 - Portal da Transparência (em curso).
 - Portal de Dados Públicos Abertos (em curso).
 - Plano de Ação de Governação Aberta, OPG (plano aprovado e publicado).



INDÚSTRIA

Aumentar a contribuição da indústria no PIB, no emprego e nas exportações (indústria pesqueira, indústria farmacêutica, indústria extrativa (pozolana), indústria agro-alimentar e bebidas, indústria têxtil, vestuário e calçado).

Desenvolvimento institucional do setor industrial

Desenvolvimento da plataforma online de Atualização do Cadastro Industrial Anual e da Autorização da Importação Industrial (concluído), sendo praticamente 90% dos processos referentes ao Cadastro Industrial submetidos através da plataforma *Porton di nos ilha*.

Desenvolvimento do sistema *Business Intelligence* «1ª estruturação de dados da indústria» (em fase de conclusão).

Desenvolvimento do Sistema de Informação Industrial, sistema de licenciamento único, além do desenvolvimento do Observatório da Competitividade e Portal da Indústria (previsto).

Estudo Diagnostico da Politica Industrial Nacional (executado e em atualização).

Produção do documento *COUNTRY AND INDUSTRY PROFILE* para o desenvolvimento industrial inclusivo e sustentável 2022/2026 (executado).

Modernização e Desenvolvimento do Quadro Legal e Regulamentar do setor Industrial: revisão todas as legislações afetas e conexas a atividade industrial além do estudo de taxas únicas (previsto para 2024).

Capacitação e Reforço Institucional na Governação da industria: elaboração de diagnóstico funcional das atribuições e competências das instituições com intervenção e plano de ação de reforço da dotação institucional do setor (previsto).

Reforço e Consolidação da Infraestrutura Nacional da Qualidade (previsto).

Promoção da qualidade, certificação e denominação de origem na Industria. Prevê-se beneficiar as empresas do setor da Industria com projetos de melhoria da qualidade, certificação e indicação de origem (em curso).

Implementação da parceria com a OMPI para a definição da Marca Cabo Verde, a denominação geográfica e denominação de origem de produtos agro-alimentares e artesanais, o apoio a jovens empreendedores e a criação de rede de centros de suporte a tecnologia e inovação (em curso).

Revisão do Código Laboral com foco na redução do absentismo (processo em curso).

Fomento e promoção da indústria

Delimitação de Zonas Industriais e Logísticas dos Municípios: relatório dos trabalhos de delimitação das propostas de Zonas Industrias e Logísticas dos Municípios da Praia, São Domingos, Santa Catarina, Santa Cruz, Ribeira Grande de Santiago, São Miguel, Tarrafal de Santiago, Sal, Boa Vista, Maio e Porto Novo, no âmbito do Protocolo assinado entre o Instituto Nacional de Gestão do Território (INGT).

Intervenções e investimentos para melhorar a infraestruturação da ZIL para atrair empresas industriais (em curso).

Desenvolvimento de Parques Industriais e de Logística Comercial. Prevê-se a elaboração de um estudo de viabilidade e de modalidade de implementação de novos parques industriais e de logística.

Expansão da Produção Industrial: fomento do empreendedorismo, financiamento e inovação na Indústria (previsto).

Concessão da exploração da indústria da pozolana do Porto Novo (processo em curso).

Desenvolvimento da indústria farmacêutica e sua capacidade exportadora para o mercado africano.

Solução estruturante para eliminar as derrogações das regras de origem para a exportação de produtos da pesca para UE (em curso).

Medidas para a dinamização da exportação para os EUA ao abrigo da AGOA.

Modernização e Desenvolvimento da Indústria 4.0. Prevê-se a elaboração de um Programa de promoção e desenvolvimento da Indústria 4.0 e o desenvolvimento da economia digital no setor.

Promoção da Economia Circular na indústria. Prevê-se a elaboração do Programa de Promoção da Economia Circular na indústria visando a identificação das oportunidades de economia circular.

Execução do Plano de implementação do quadro legal sobre a produção do grogue - Programa VAGROG (Valorização da aguardente de cana-de-açúcar). O Projeto visa preparar o setor para as condições mínimas ($\geq 50\%$) da indústria alimentar (em 2022, mais de 75% das empresas encontravam-se com condições $\geq 50\%$).

Formação e qualificação profissionais orientados para melhoria da competitividade do sector industrial, para empresas produtoras de aguardente de cana de açúcar (foram realizadas formações em 6 municípios da ilha de Santiago. Foram atingidos 269 formandos (dados de 2021).

Desenvolvimento e aprovação do Termos de Referência para contratação de assistência técnica para a formulação da Estratégia da cadeia de valor produtiva e o Plano de Ação para a Valorização do Grogue (em curso). 3ª Fase do Projeto/Programa VAGROG (em preparação).



COESÃO TERRITORIAL

Combate às assimetrias económicas e sociais inter e intrarregionais, contribuindo para a convergência e a equidade no acesso às oportunidades de desenvolvimento por todos os indivíduos, independentemente da sua ilha de origem e residência.

Melhorar e estruturar a Governança Territorial

Garantir a efetividade do Conselho de Concertação Territorial (ações regulares).

Criar um quadro de concertação política regular entre os ministros em relação a questões económicas, sociais, ambientais e de funcionamento dos serviços desconcentrados e do Estado que sejam relevantes, tenham impacto e contribuam para a coesão territorial (em curso).

Promover o desenvolvimento da descentralização com a promoção da intermunicipalidade, transferência de competências, aumento da autonomia e da capacidade financeira: aprovados pelo Governo e submetidos ao Parlamento, a Lei de Bases do Orçamento Municipal e o novo Regime Financeiro dos Municípios; em curso processos legislativos de Novo Estatuto dos Municípios, novas leis do Imposto Sobre a Propriedade de Imóveis e Imposto Sobre a Transmissão de Imóveis.

Assegurar a integração da dimensão municipal e regional na conceção e execução da reforma, modernização e digitalização da Administração Pública: fase de elaboração de TDR para elaboração da plataforma por especialistas internacionais.

Elaborar e implementar a Política Nacional para a Descentralização, Promoção e Apoio ao Desenvolvimento Local e Regional: concluída a apresentação da Estratégia Nacional de Descentralização; em curso a análise e convergência dos Planos Municipais às estratégias desenvolvidas pelo MCT, tendo em vista o apoio na implementação dos Planos Estratégicos Municipais.

Elaboração e execução da Agenda Estatística para a Coesão Territorial (em curso).

Promover a Coesão Social

Promover a articulação e concertação no quadro da implementação do Programa Mais - eliminação da pobreza extrema, redução da pobreza absoluta e criação de oportunidades para a ascensão social e económica das famílias - e da redução de assimetrias regionais na oferta de serviços de saúde e educação, no acesso à habitação e condições de habitabilidade e no acesso à cultura, comunicação e bem-estar (ações regulares).

Promover a Competitividade Territorial, o Ordenamento do Território e a Valorização dos Recursos Territoriais

Promover a articulação e concertação a nível central e municipal na conceção e execução de programas e investimentos que tornem o ambiente urbano atrativo para viver, investir e visitar através da requalificação urbana e ambiental e valorizem os recursos naturais, históricos, culturais e humanos de cada uma das ilhas (ações regulares).

Promover a articulação e concertação relativa à política de transportes com vista a garantir a unificação do mercado nacional e a mobilidade entre as ilhas (iniciativas em curso ao nível da política de transportes).



Promover a articulação, concertação e acompanhamento da implementação de leis, políticas e medidas que visam dinamizar as economias das ilhas através do princípio da diferenciação positiva (Estatuto de Investidor Emigrante, Projetos de Mérito Diferenciado, Estatuto de Utilidade Turística, Convenções de Estabelecimento; proposta de lei que cria incentivos fiscais e financeiros especiais para ilhas com mercado diminuto remetida ao Parlamento).

Endogeneizar em cada ilha os fatores de melhoria do ambiente de negócios, nomeadamente do Doing Business (previsto).

Promover a Sustentabilidade Ambiental

Promover o aproveitamento durável do solo e das águas territoriais (valorização dos recursos biofísicos, sociais e materiais; preservação e valorização do património natural, paisagístico e cultural; gestão dos riscos e dos efeitos das alterações climáticas).



INCLUSÃO E PROTEÇÃO SOCIAL

Erradicar a pobreza extrema.

Reduzir a pobreza absoluta para até 20% em 2026.

Proteger e cuidar das crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

Promover a Igualdade e Equidade de Género.

Promover a autonomia das famílias e a sua ascensão social e económica pela via do trabalho e do rendimento.

As políticas de inclusão e proteção social têm produzido resultados.

A taxa de incidência da pobreza baixou de 35,2% em 2015 para 20,2% no segundo trimestre de 2023, tendo registado um aumento para 27,1% no terceiro trimestre.

A pobreza extrema baixou de 10,6% em 2015 para 9,4% no segundo trimestre de 2023 e para 6,8% no terceiro trimestre.

%	IDRF 2015	IDRF I Trim 2023	IDRF I Trim 2023	IDRF III Trim 2023
Pobreza Absoluta	35,2	22,2	20,2	27,1
Pobreza Extrema	10,6	11,8	9,4	6,8

Fonte: INE

A taxa de desemprego baixou. Em 2016 era de 15% baixou para 11,3% em 2019 (antes da pandemia), aumentou para 14,5% em 2020 (com a pandemia) e voltou a baixar para 12,1% em 2022, inferior ao período da governação do PAICV.

A taxa de desemprego jovem baixou de 41% em 2016 para 27,3% em 2022.

O número de jovens fora da educação, da formação e do emprego diminuiu de 68.120 em 2015 para 51.654 em 2022, devido às políticas ativas de emprego e da gratuidade do ensino.

Desemprego e NEET

INDICADOR	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2022
Taxa de desemprego	12,4	15,0	12,2	12,2	11,3	14,5	12,1
Taxa de desemprego jovem 15-24	28,6	41,0	32,4	27,8	25,0	32,5	27,3
Emprego informal	61,7	59,6	55,3	54,9	53,7	51,6	53,8
NEET	68 120	62 028	64 884	64 424	57 605	77 480	51 654
Taxa NEET	32,5	29,1	31,1	31,4	27,8	35,4	29,2

Fonte: INE

A taxa de cobertura do sistema de Proteção Social passou de 39,6% em 2016 para 55,3% em 2022.

A taxa de cobertura da População Empregada com Segurança Social passou de 40% em 2016 para 65% em 2022.

Mais famílias passaram a ter acesso a água domiciliária: 66,4% em 2015; 85,5% em 2022.

A quantidade de água por pessoa, por dia, passou de 38 litros em 2015, para 75 litros em 2022.

Mais famílias passaram a ter as suas casas com ligação a fossas sépticas e a redes de esgotos:

59% em 2015; 85% em 2022.

Mais famílias passaram a ter acesso à eletricidade: 86,2% em 2015; 89,5% em 2021.

Mais famílias passaram a ter o uso de gás na cozinha: 74% em 2015; 78,5% em 2021.

Cabo Verde subiu 8 posições no Índice Global de Paridade 2023 do Fórum Económico Mundial.

De 2021 para 2023, Cabo Verde subiu 31 posições. Cabo Verde ocupa 6º lugar a nível regional africano e 37º a nível mundial (45º em 2022).

Estratégias e políticas

A redução da pobreza absoluta e a erradicação da pobreza extrema estão assentes nas seguintes políticas:

- **Crescimento económico**, para o aumentar as oportunidades de emprego, acesso ao rendimento do trabalho e aumento das remunerações.
- **Políticas ativas de emprego**, para qualificar as pessoas através da formação profissional e promover o empreendedorismo, capacitando-as para o exercício de profissões melhores remuneradas, para atividades geradoras de rendimentos e para a criação de empresas.
- **Políticas de inclusão e proteção social**, através do rendimento, de cuidados, da habitação e habitabilidade, da saúde e do direito à educação das crianças, adolescentes e jovens.
- **Políticas de coesão territorial**, para combater as assimetrias económicas e sociais regionais e criar oportunidades de desenvolvimento em todas as ilhas e concelhos.
- **Políticas para aumento da resiliência do país**, para a redução das vulnerabilidades face aos choques externos económicos, climáticos e ambientais, que em períodos de crises tendem a aumentar a pobreza.

Estratégia Nacional para a Erradicação da Pobreza Extrema

Aprovada e em implementação, a Estratégia Nacional para a Erradicação da Pobreza Extrema (ENEPE).

Estratégia assente numa abordagem integrada e de articulação de políticas de rendimentos e de prestações sociais; de educação, cuidados e saúde; de habitação, água, energia e saneamento; de inclusão produtiva, formação e empreendedorismo.

Pretende-se intervir sobre 25.600 famílias constantes do Grupo 1 do Cadastro Social Único (CSU), com prioridade para: crianças; mulheres chefes de famílias; jovens fora do sistema de ensino, sem formação e sem trabalho; e idosos.

Para além da pobreza monetária, no CSU estão considerados critérios relacionados com o bem-estar do agregado familiar: características da composição familiar, condições de habitabilidade, posse de bens, condições educativas, meios de comunicação e localização geográfica.

Garantir acesso a rendimento e à proteção social

Através de:

- **Alargamento do acesso ao RSI** a todos os agregados familiares na situação de extrema pobreza e a pobres com crianças menores de 15 anos.
- **Alargamento da cobertura da pensão social** para abranger todos os idosos e pessoas com deficiência de famílias pobres não cobertos pelo regime contributivo.
- **Alargamento da cobertura da segurança social obrigatória** a profissões informais.

Medidas realizadas:

- **Criação do Rendimento Social de Inclusão**, transferência financeira direta às famílias que vivem em situação de pobreza extrema e que têm crianças sob seu cuidado.
- **Criação do Fundo Mais** alimentado com participação nas receitas da taxa turística e outras contribuições.
- **Aumento do valor da pensão social** de 5.000\$00 para 6.000\$00 (em 2019) e do número de pensionistas.
- **Aumento do Salário Mínimo Nacional.**

Medidas previstas:

- Integração de empregadas domésticas, guardas e outras profissões similares no sistema de subsídio de desemprego.
- Alargamento da cobertura da segurança social obrigatória a profissões informais.

Rendimento Social de Inclusão

	2020	2021	2022
Nº famílias do G1 com RSI	8 955	7 721	5 493
Nº famílias do G2 com RSI	2 485	5 771	1 631
Total	11 440	13 492	7 124

Fonte: MFDIS

Pensionistas

	2016	2022	2023
Nº Pensionistas Social	21 236	22 816	25 788
Valor anual (contos)	1 274 160	1 642 752	1 856 736

Fonte: MFDIS

Valor médio pensões do regime contributivo

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Pensão de velhice	25 988,00	28 224,00	28 736,00	30 338,00	31 721,00	33 332,00	36 195,00	37 900,00
Variação		8,6%	1,8%	5,6%	4,6%	5,1%	8,6%	4,7%

Fonte: Anuário Estatístico INE

Salário Mínimo Nacional

	2016	OE 2019	OE 2023	OE 2024*
SMN (setor privado)	11 000,00	13 000,00	14 000,00	15 000,00

* setor público = 16.000\$

Garantir inclusão produtiva

Através de:

- **Dinamização da economia social e solidária e da inclusão produtiva.**
- **Promoção da produção, emprego e rendimento em abordagens inclusivas** nas zonas rurais e nas comunidades piscatórias através da agricultura, pecuária e pescas.
- **Reforço da formação profissional, capacitação e empreendedorismo** ajustados à habilitação literária dos jovens (a partir do 6º ano de escolaridade) e com condições de subsídio mais favoráveis para jovens de famílias pobres.

Medidas realizadas:

- Criação do Programa de Inclusão Produtiva, complementar ao Rendimento Social de Inclusão para proporcionar os beneficiários desse rendimento uma atividade produtiva.
- Aprovação do Plano Nacional da Economia Social e Solidária.
- Realização de ações de formação e acesso de jovens em situação de pobreza.

Medidas previstas:

- Fomento e desenvolvimento de cooperativas, empresas sociais e mutualidades.
- Fomento de parques agro-industriais com impacto no emprego e no rendimento.
- Criação de mecanismos mais eficazes de financiamento de projetos do setor agrário e do setor das pescas.

Nº de beneficiários de programas de inclusão produtiva

De 2022 a 06/2023 foram beneficiadas **3.099 pessoas**, sendo 631 do sexo masculino e 2.648 do sexo feminino em atividades de Pastelaria, Panificação e Culinária, Serviços de Alimentos e bebidas, Confeitaria, Estética, Canalização, Criação de Animais, Comércio, Agricultura, Venda de Ração e Carpintaria.

Nº de beneficiários de micro-crédito

2020 = 10.147

2021 = 11.174

2022 = 10.367

Garantir o acesso à educação a crianças, adolescentes e jovens de famílias em situação de pobreza e a pessoas com deficiência

Através de:

- **Universalização do acesso à educação pré-escolar** a todas as crianças dos 4 aos 6 anos de idade mediante subsídio às famílias mais pobres.
- **Continuação da política de gratuidade do acesso e frequência do ensino básico e secundário.**
- **Alargamento e reforço da ação social escolar** - alimentação escolar, assistência na saúde, transporte escolar e kits escolares.
- **Reconversão do ensino recorrente** através do programa de superação educativa técnico-profissional de jovens e adultos.

Medidas realizadas:

- Universalização do Pré-escolar como fase propedêutica, de modo que todas as crianças, a partir dos 4 anos de idade frequentem estabelecimentos de educação pré-escolar.
- Alargamento do ensino básico universal, obrigatório e gratuito com a duração de 8 anos e extensão da gratuidade ao ensino secundário (até 12º ano) (Lei de Bases do Sistema Educativo).
- Concessão de gratuidade na inscrição e frequência em estabelecimentos públicos e privados de educação pré-escolar, de ensino básico e secundário e ensino superior e de formação profissional para pessoas com deficiência (Portaria 27/2018, de 08 de agosto).
- Garantia de igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolares a todos os alunos

dos ensinos básico e secundário e promoção de medidas de apoio socioeducativo destinadas aos alunos de agregados familiares cuja situação económica determina a necessidade de comparticipações financeira.

- Em curso, reconversão do ensino recorrente através do programa de superação educativa técnico-profissional de jovens e adultos.

Ensino Pré-Escolar e Gratuitidade Ensino

Ano letivo	2022/2023
Nº inscritos no EPE	15 906
Txa cobertura EPE	84%
Nº estudantes com gratuitidade:	113 365
EBO	82 707
ES	30 658

Fonte: Ministério da Educação

Ação Social Escolar

Nº de Beneficiários	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Alimentação e saúde escolar	81 078	88 492	88 492	85 117	89 715	90 725
Transporte escolar	4 361	5 401	5 560	5 560	5 560	7 640
Kits escolares		30 000	30 000	30 000	30 000	30 000
Manuais escolares	a preços acessíveis					
BA Cultura	1 167	1 089	3 272	2 774	2 858	3 041

Abandono escolar

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Ensino Básico (%)	1,0	1,0	1,0	1,2	0,9	0,6	0,3	0,8
Ensino Secundário (%)	6,0	6,9	6,8	5,3	2,4	2,5	3,3	1,5

Garantir o acesso à assistência médica e medicamentosa a pessoas em situação de pobreza

Através de:

- **Alargamento da isenção da taxa moderadora de saúde** a todos os membros dos agregados familiares em situação de pobreza extrema e melhoria do acesso aos medicamentos

para os idosos.

- **Aumento do plafond no acesso a medicamentos** de pessoas mais vulneráveis.
- **Reforço dos meios de diagnóstico e diminuição das evacuações** inter-ilhas e para o exterior do regime contributivo e não contributivo.

Medidas realizadas:

- Isenção da taxa moderadora de saúde para crianças até aos cinco anos, grávidas no atendimento pré-natal, pessoas com deficiência com incapacidade igual ou superior a 60%, portadores de deficiência física ou motora e utentes em situação de insuficiência económica comprovada.
- Aumento do plafond anual para a aquisição de medicamentos em farmácias privadas em 50% (de 2.500\$00 para 3.750\$00), em 2019. Alargamento da cobertura de beneficiários.
- Investimentos nos Centros de Saúde do país e Hospitais Regionais em equipamentos para os serviços de análises clínicas, imagiologia, fisioterapia, estomatologia, ginecologia/obstetrícia, para melhorar a oferta de serviços de saúde locais e regionais e reduzir as situações de evacuações internas.

Isenção da taxa moderadora de saúde

1.259 pessoas beneficiadas (2022).

Nº idosos beneficiários com plafond para aquisição de medicamentos em farmácias privadas

25.788 idosos beneficiados (situação em I Trim. 2023).

Maternidade precoce

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Maternidade precoce (%)	19,1	18,5	17,8	18,3	16,2	15,2

Fonte: MS

Garantir o acesso a cuidados a crianças, idosos, pessoas com deficiência e pessoas com doenças crónicas em situação de pobreza

Através de:

- **Alargamento da rede de creches** mediante subsídio às famílias mais carenciadas e mulheres chefes de família.

-
- **Reforço de cuidados e proteção** para evitar crianças na rua, exploração e abusos sexuais e trabalho infantil.
 - **Criação de novos centros de emergência infantil.**
 - **Revisão da lei de responsabilização parental.**
 - **Implementação do estatuto da pessoa idosa.**
 - **Elaboração e implementação da estratégia nacional para a inclusão da pessoa com deficiência.**
 - **Instituição de um sistema de informação estatística** que permita conhecer a realidade socio-económica territorializada das pessoas com deficiência.
 - **Reforço do investimento no combate à toxicodependência** e a promoção da integração e inclusão social e produtiva dos ex-toxicodependentes em parceria com as organizações que trabalham na área de terapia ocupacional.
 - **Combate ao abandono de pessoas com doenças mentais** e reforço do tratamento digno.

Medidas realizadas:

- Criação do Plano Nacional de Cuidados em benefício de idosos, crianças com deficiência, doença crónica ou incapacitante e adultos que sofram de incapacidade permanente para exercício de qualquer atividade geradora de rendimento.
- Aprovação do Plano de Ação da Coordenação Nacional das Redes de Prevenção e de Combate aos Abusos e a Exploração Sexuais de Crianças.
- Aprovação da Lei que define o Estatuto da Pessoa Idosa, dotando o país de um importante suporte jurídico, institucional e social às políticas de proteção aos Idosos.
- Reforço do investimento no combate à toxicodependência e promoção da integração e inclusão social e produtiva dos ex-toxicodependentes em parceria com as organizações que trabalham na área de terapia ocupacional.
- Elaboração e implementação do programa de reinserção social e económica de ex-reclusos.

Medidas previstas:

- Criação de novos centros de emergência infantil em Sal, Santo Antão e Santiago Norte. (Sal, realizado).
- Reforço do Programa de retirada de crianças na rua.
- Revisão da lei de responsabilização parental para reforçar a responsabilização dos pais

perante as crianças.

- Medidas de combate ao abandono de pessoas com doenças mentais e reforço do tratamento digno.

Nº de Idosos beneficiários com cuidados

1.143 idosos, através de subvenção às ONG's, Associações e Câmaras Municipais.

509 idosos com cuidados a domicílio.

Cuidados a Pessoas com Deficiência

3.410 pessoas, através de subvenção as ONG's que atuam na área da deficiência e programa de cuidados.

Centros de Emergência Infantil

63 crianças/adolescentes beneficiaram de cuidados através dos centros de emergência infantil da Praia e Mindelo (dados de Fev./2023).

Nº de crianças e adolescentes de famílias pobres que frequentam centros de dia

407 crianças e adolescentes frequentam centros de dia (a nível nacional).

Nº de crianças e adolescentes em estabelecimentos privados com parceria pública

35 crianças e adolescentes.

Nº de crianças na rua

138 (Sal, S. Vicente, Praia e Boa Vista).

Nº de centros e lares de idosos e de beneficiários

Em 2022, existiam 10 Centros de Dia e três Lares de Idosos, beneficiando **469** idosos.

Nº de beneficiários em ações de promoção da integração e inclusão social e produtiva de ex-toxicodependentes

2021/2022 = **47** beneficiários.

Em parceria com as organizações que trabalham na área de terapia ocupacional.

Reduzir o défice habitacional e melhorar as condições de segurança habitacional e de acesso a bens básicos a famílias pobres

Através de:

- **Implementação do Plano Nacional de Habitação (PNH)** nos seus eixos Construção de Habitações Sociais, Regeneração do Habitat e Urbanização de Áreas Urbanísticas orientados para as famílias em situação de pobreza extrema e pobreza absoluta.
- **Facilitação do acesso à água, eletricidade, casas de banho e saneamento domiciliários.**
- **Aumento da cobertura da taxa social de água e eletricidade.**

Medidas realizadas:

- Investimentos na reabilitação de casas de famílias mais pobres, em parceria com as câmaras municipais através do PRRA.
- Através de afetação de receitas do Fundo do Turismo na construção de casas sociais e infraestruturação para realojamento de famílias no bairro da Boa Esperança na Boavista e em Alto S. João e Alto Santa Cruz no Sal.
- Para o período 2022/2026, uma parcela importante do Fundo do Ambiente foi afetada ao financiamento de investimentos para o acesso domiciliário a redes de água e esgotos e a sanitários a famílias mais pobres, através de parceria com os municípios.
- Criação da taxa social de água e energia.
- Incentivos financeiros e fiscais à habitação: **(1)** bonificação de até 50% de juros à habitação para casais jovens (*Foi reativada. Estava cancelada em 2016 devida uma dívida de 2 milhões de contos junto da banca, relacionada com o não pagamento dos encargos com a bonificação de taxas de juro*). Nº de beneficiários: 4.618 entre 2019 e 2021; **(2)** aumento do limite máximo para o acesso à bonificação de 5.000 contos para 7.000 contos e aumento do limite de idade de 30 para 35 anos; **(3)** desagravamento fiscal do crédito à habitação: isenção do pagamento de imposto de selo sobre juros e comissões na construção ou melhoramento de primeira habitação própria, reduzindo os custos com a aquisição e construção de habitação; **(4)** desagravamento fiscal sobre os rendimentos de arrendamento: com o OE 2017, os proprietários de casas arrendadas deixaram de reter 20% de imposto

pela renda recebida para passar a 10%.

Reabilitação de Casas

3.602 casas (executado).

750 casas (em execução na Praia).

- P. Novo – **215** casas (executado).
- Paúl – **161** casas (executado).
- R^a Grande – **132** casas (executado).
- S. Vicente – **183** casas (executado).
- R^a Brava – **199** casas (executado).
- Tarrafal – **225** casas (executado).
- Boavista – **100** casas (executado).
- Sal – **150** casas (executado).
- Praia – **162** casas (executado).
- R^a Grande – **150** casas (executado).
- S. Domingos – **200** casas (executado).
- S. Miguel – **180** casas (executado).
- S. Lourenço Orgãos – **150** casas (executado).
- S. Salvador do Mundo – **162** casas (executado).
- Sta Catarina – **150** casas (executado).
- Sta Cruz – **150** casas (executado).
- Tarrafal – **163** casas (executado).
- Praia – **750** casas (em execução, através do Programa Regeneração Habitat). Em 22 bairros: Safende, Calabaceira, Pensamento, S. Pedro, Ponta d'Água, Eugénio Lima, Achada S. Filipe, Castelão, Bela Vista, Achada Sto António, Achada Grande, Tira Chapéu, Vila Nova, S. Martinho Pequeno, Matão, Achada Mato, Paiol, Lém Ferreira, Achadinha, S. Francisco, S. Tomé e Caiada.
- Maio – **152** casas (executado).
- S. Filipe – **162** casas (executado).
- Sta Catarina – **162** casas (executado).

- Mosteiros – **162** casas (executado).
- Brava - **132** casas (executado).

Construção de casas sociais

958 casas (executado).

616 casas (em execução).

587 casas (previsto).

- Santo Antão – **87** casas (previsto 2024).
- S. Vicente - **88** casas em Portelinha (executado); **236** casas em Ribeira Julião (obras em execução); **54** casas em Iraque (em processo de adjudicação).
- S. Nicolau - **12** casas em Preguiça (em construção); **18** casas (previsto 2025).
- Boavista - **256** casas, bairro Boa Esperança (executado); **38** casas (previsto 2024); **88** casas (previsto 2025).
- Sal - **590** casas, Alto S. João e Alto Sta Cruz (executado e em execução); **73** casas (previsto 2024); **171** casas (previsto 2025).
- Praia - **236** casas (obras em curso); **78** casas (em processo concursal).
- Maio - **24** casas (previsto 2025).
- S. Filipe - **24** casas (executado).
- Fogo – **64** casas (previsto 2025).
- Brava - **24** casas (previsto 2024).

Transferências casas Classe A PCT para as Câmaras Municipais

2.229 casas.

- P. Novo – **50** casas (executado).
- Paul – **28** casas (executado).
- R^a Grande – **39** casas (executado).
- S. Vicente - **232** casas (executado).
- Ribeira Brava – **38** casas (executado).
- Tarrafal – **36** casas (executado).

- Boavista - **300** casas (executado).
- Sal - **307** casas (executado).
- Praia – **789** casas (executado).
- S. Lourenço **Órgãos** – **33** casas (executado).
- Santa Cruz – **78** casas (executado).
- S. Miguel – **97** casas (executado).
- Tarrafal – **30** casas (executado).
- Maio - **60** casas (executado).
- Sta Catarina – **60** casas (executado).
- Mosteiros – **52** casas (executado).

Arrendamento social casas PCT

978 casas.

- S. Vicente - **58** casas (executado); **115** casas (em curso).
- Boavista - **107** casas (em curso).
- Sal - **87** casas (em curso).
- Praia – **224** casas (executado); **271** casas (em curso).
- S. Lourenço Orgãos – **8** casas (em curso).
- Sta Cruz – **80** casas (em curso).
- Maio - **28** casas (em curso).

Acesso a bens básicos de habitabilidade

- **Cobertura com sistemas de abastecimento de água** (proporção de famílias):
 - 2015 = **66,4%**.
 - 2022 = **85,5%** da pop. (91,6% nos centros urbanos e 72,8% no meio rural).
- **Capitação média diária de água:**
 - 2015 = **38** litros / habitante / dia.
 - 2022 = **63** litros / habitante / dia.

-
- **Acesso à evacuação de águas residuais** (proporção de famílias):
 - 2015 = **58,9%**.
 - 2022 = **85,1 %** da população (63,1% % estão ligados a fossas sépticas e 22,0 % à rede pública de esgotos).
 - **Acesso a eletricidade** (proporção de famílias):
 - 2015 = **86,2%**
 - 2021 = **89,5%**.
 - **Uso de gás na cozinha** (proporção de famílias):
 - 2015 = **74,0%**.
 - 2021 = **78,5%**.
 - **Taxa social de água e energia** (nº de famílias):
 - Taxa social de eletricidade = **16.927** (2022).

Assegurar a inclusão cidadã, económica e social dos imigrantes pertencentes a famílias em situação de pobreza

Através de:

- **Integração dos imigrantes em situação de pobreza** no Programa de Eliminação da Pobreza Extrema, Redução da Pobreza Absoluta e Ascensão Económica e Social.
- **Implementação do Programa Nacional para Acolhimento e Integração de Migrantes Retornados.**

Medidas realizadas:

- Criação da Alta Autoridade para a Imigração para uma atuação integrada das políticas públicas dirigidas aos imigrantes.
- Aprovação do Programa Nacional para Acolhimento e Integração de Migrantes Retornados.



EDUCAÇÃO

Promover educação inclusiva e de excelência, como fator de desenvolvimento económico e social.

Alinhar o sistema educativo cabo-verdiano aos padrões de qualidade dos países da OCDE.

Aposta decisiva na ciência e na valorização do conhecimento científico, sua contribuição para o desenvolvimento da economia do conhecimento e da economia de aprendizagem e sua aplicação ao tecido produtivo e à qualidade de serviços.

Principais reformas

- **Aprovação da Carta Política da Educação**, visando uma profunda reforma no sistema educativo que passa pela adequação dos currículos dos diferentes graus de ensino às necessidades de desenvolvimento do país (*Resolução 85/2017, de 3 de Agosto*).
- **Universalização do Pré-escolar como fase propedêutica, alargamento do ensino básico de 6 para 8 anos, redefinição do ensino secundário geral e técnico, alargamento do ensino básico universal, obrigatório e gratuito com a duração de 8 anos e extensão da gratuidade ao ensino secundário até 12º ano.** Consagra o reforço e a modernização do quadro legislativo às novas exigências da política educativa nacional, **(1)** universalização do Pré-escolar como fase propedêutica, de modo que todas as crianças, a partir dos 4 anos de idade frequentem estabelecimentos de educação pré-escolar; **(2)** alargamento do ensino básico obrigatório de 6 para 8 anos e redefinição do ensino secundário geral e técnico, permitindo alargar efetivamente o ensino básico enquanto universal, obrigatório e gratuito com a duração de 8 anos; **(3)** estabelecimento de um desenho de reconceptualização da educação básica de jovens e adultos que garanta a escolaridade básica em cinco anos, equiparada ao 8.º ano do ensino básico obrigatório, promova a intercomunicabilidade entre os subsistemas e desenvolva perfis de saída adequados à entrada na formação profissional. Assume a gratuidade do ensino básico obrigatório sob a modalidade de oferta de ensino público com isenção de propinas, taxas e emolumentos e o alargamento da gratuidade ao ensino secundário, que se traduz na isenção de propinas (DL 13/2018 de 7 de dezembro de 2018 (*Lei de Bases do Sistema Educativo*)).
- **Proteção da maternidade e paternidade a nível da educação.** Estabelecimento de medidas de apoio social e escolar que garantam o acesso e permanência com qualidade das jovens mães e pais no sistema de ensino. Medida de apoio social e de reforço da equidade de género, proteção da maternidade e paternidade a nível da educação, promovendo a o direito à educação tanto para continuidade de estudos por parte dos progenitores, bem como a garantia de apoio a família para a frequência do(s) filhos(as) até 5 anos para frequência de creches/instituições de pré-escolar (*Decreto-Lei 47/2017, de 26 de outubro*).
- **Gratuidade de acesso e permanência a pessoas com deficiência.** Definição do processo de concessão de gratuidade na inscrição e frequência em estabelecimentos públicos e privados de educação pré-escolar, de ensino básico e secundário e ensino superior e de formação profissional para pessoas com deficiência (*Portaria 27/2018, de 08 de agosto*).
- **Aprovação de princípios e normas que garantem a inclusão das crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais (NEE).** Define os recursos humanos, organizacionais, tecnológicos e didáticos e currículos específicos para responder às NEE (DL aprovado pelo Governo em 19 Dez. 2023).
- **Organização, Gestão e Desenvolvimento do Currículo do Ensino Básico.** Harmoniza o currículo com os objetivos da avaliação no sentido da melhoria da qualidade do ensino através da aferição do grau de cumprimento dos objetivos de aprendizagem. No quadro

da Reforma, uma nova matriz curricular para o ensino básico foi aprovada no sentido de reforçar as aprendizagens dos alunos, proporcionar um maior desenvolvimento dos seus saberes e das suas capacidades e do vivenciar valores de cidadania, através das seguintes medidas: (1) efetivação do alargamento da escolaridade obrigatória até ao 8.º ano de escolaridade, gratuita e obrigatória para todos; (2) fortalecimento da aprendizagem da Língua Portuguesa, enquanto língua não materna; (3) oferta de línguas estrangeiras a partir do 5.º ano de escolaridade, com a obrigatoriedade de ensino das línguas francesa e inglesa, até ao 12.º ano, em paralelo com a língua portuguesa; (4) ensino das tecnologias da informação e comunicação (TIC) como área disciplinar, no 2º ciclo no ensino básico; (5) reforço da aprendizagem das artes, das ciências experimentais, das ciências sociais e humanas, e da matemática nas suas componentes teórica, prática e laboratorial; (6) garantia de uma educação cívica no processo educativo, promotora dos valores democráticos, éticos e humanistas, e do pensamento crítico, numa perspetiva universalista; (7) requalificação das estruturas físicas e reforço da formação de professores, tomando os recursos materiais e humanos como grandes suportes da Educação (*Decreto-Lei 27/2022, de 12 de julho*).

- **Organização, Gestão e Desenvolvimento do Currículo do Ensino Secundário.** Define e regulamenta as normas da organização, da gestão e do desenvolvimento do currículo do ensino básico alinhado com o Sistema Nacional de Avaliação das Aprendizagens. Estabelece o currículo do ensino secundário no âmbito da reforma curricular que se preconiza, os princípios orientadores da sua conceção, seu desenvolvimento pelas escolas, agrupamentos escolares e professores, e sua operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas nos Perfis de Saída dos Alunos no final do Ensino Secundário: (1) aprofundamento de conhecimentos e de desenvolvimento de capacidades linguísticas, científicas, tecnológicas e instrumentais, a par de uma formação humanista; (2) valorização dos saberes disciplinares; trabalho interdisciplinar e transdisciplinar; promoção de capacidades de pesquisa, relação, análise, domínio de técnicas de exposição e argumentação; capacidade de trabalhar cooperativamente e com autonomia (*Decreto-Lei 28/2022, de 12 de julho*).
- **Sistema Nacional de Avaliação das Aprendizagens do Ensino Básico e Ensino Secundário.** Visa dar maior consistência entre o processo de avaliação e as aprendizagens, através da utilização de modalidades e instrumentos de avaliação diversificados a incidir sobre as aprendizagens, os conhecimentos, as capacidades e as atitudes desenvolvidos pelos alunos, definidos no currículo para as diversas áreas e disciplinas de cada ciclo e ano de escolaridade. Conferir estabilidade aos critérios e parâmetros, garantindo a previsibilidade do sistema, o seu escrutínio pelos agentes educativos e reduzir drasticamente a necessidade de orientações circunstanciais e ao mesmo tempo fornecer indicadores que permitem aferir sobre a adequação dos conteúdos disciplinares, os métodos de ensino e a qualidade da docência (*Decreto-Lei 29/2022, de 12 de Julho e Decreto Lei 30/2022, de 12 de Julho*).
- **Conselho Nacional da Educação.** Regulamentação da organização, composição e funcio-

namento do Conselho Nacional da Educação. Possibilita a participação das várias forças sociais, culturais e científicas na efetivação da política nacional da educação (*Decreto-Lei 16/2020, de 4 de março*).

- **Novo modelo de gestão escolar.** Estabelecimento do regime da organização, administração, gestão e funcionamento dos estabelecimentos públicos dos ensinos básico e secundário e estabelecimento das condições necessárias para a criação de escolas, a constituição de agrupamentos de escolas dos ensinos básico e secundário e a configuração da rede escolar. Implementação de um novo modelo de Gestão Escolar baseado no reforço da gestão pedagógica, quer a nível do 1º ciclo, quer do 2º ciclo e do ensino secundário, sob a coordenação das equipas diretivas da escola sede de cada agrupamento, bem como a maior rentabilização dos recursos humanos, uma vez que possibilitou a mobilidade de docentes entre as escolas de um mesmo agrupamento (*Decreto-Lei 8/2019 e Decreto Lei 9/2019, de 22 de fevereiro*).
- **Regulamentação da gestão de Delegações da Educação.** Estabelece a organização, competências e as normas de funcionamento das Delegações da Educação. Aumento da eficiência e eficácia na gestão local da educação, bem como a responsabilidade de gestão das políticas públicas locais (*Decreto-Regulamentar 2/2019 de 01 de fevereiro de 2019*).
- **Criação e funcionamento da Agência Reguladora do Ensino Superior (ARES).** Instituição com a responsabilidade de regular, avaliar e fiscalizar as condições de organização e funcionamento dos estabelecimentos do ensino superior, mediante a definição de um quadro objetivo, autónomo e transparente de observância de padrões elevados de qualidade do ensino, da investigação e da extensão universitária em Cabo Verde. Nomeação do Conselho de Administração da ARES (*Decreto-Lei nº 121/VIII/2016, de 24 de março de 2016 e Resolução nº 60/2018 de 6 de dezembro*).
- **Alinhamento da oferta de formação superior com o desenvolvimento regional e desconcentração da oferta.** Criação de condições para a oferta de educação e de formação pós-secundária e superior, em condições de proximidade e de acordo com as necessidades do desenvolvimento do país. Reforça e diversifica o ensino superior através de Cursos Superiores Profissionalizantes, abrindo o leque de formação superior a um público específico que procura atingir um nicho de mercado também ele específico. O seu alcance está na articulação entre a expectativa de ter um curso superior alinhado com o contexto de desenvolvimento regional. Esta orientação de alinhamento está a ser concretizada através de (1) criação do Campus do Mar em S. Vicente; (2) criação do Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias em Santo Antão, integrado na UTA; (3) criação do Polo Universitário de Geociências e Vulcanologia no Fogo, integrado na UNICV; (4) criação do Instituto de Aeronáutica e Indústrias Turísticas, na ilha do Sal, integrado na UTA.
- **Estabelecimento das regras do ensino superior ministrado em regime de ensino à distância e em rede,** visando garantir a qualidade da oferta educativa e cooperação entre instituições, através da adoção, pelas instituições do ensino superior, de modelos e práticas pedagógicas apropriadas. Define as normas para a implementação dos Centros de

Recursos Integrados Ensino e Formação, a partir de plataformas digitais devidamente equipados e instalados com apoio às Câmaras Municipais, diminuindo as assimetrias no acesso ao Ensino Superior e em contextos e forma bastante inovadores (*Portaria 25/2016 de 29 de agosto*).

- **Criação da Faculdade de Ciências de Educação e Desporto.** Extingue o Instituto Universitário da Educação. Otimização dos recursos públicos pela via da economia de escalas de formação, extensão e investigação. Uma vez integrado o IUE na Universidade Pública de Cabo Verde, a formação dos docentes ao nível do Ensino Básico, Secundário e Superior, bem como o desenvolvimento dos currículos e investigação pedagógica aplicada estarão concentrados numa única instituição e as sinergias de força criarão eficiências de escala e tenderão a ganhar a eficácia desejada (*Decreto-Lei 19/2018, de 23 de abril*).
- **Criação da Universidade Técnica do Atlântico (UTA).** Impulsiona a formação superior e estratégias e investigação em Cabo Verde, com foco em áreas essenciais para o desenvolvimento do país, e contribui para a descentralização da gestão da educação superior, abrindo as oportunidades para a uma nova dinâmica a nível científico e tecnológico. Inaugura um novo modelo de gestão das universidades públicas, através da introdução do Conselho Geral da universidade, com vista a abrir a gestão da universidade aos parceiros e à comunidade científica nacional e internacional (*Decreto-Lei 53/2019, de 5 de dezembro*).
- **Criação do Campus do Mar de Cabo Verde (Campus do Mar).** Reforça e diversificação do ensino superior público, até agora com foco nas áreas de ciências sociais e económicas e pouco alinhado com as estratégias de desenvolvimento económico do país. Visa a formação de quadros para trabalhar nas diversas áreas ligadas ao setor marítimo, numa perspetiva de prestação de serviços de alto standing e de internacionalização, bem como o desenvolvimento da investigação aplicada nos domínios do mar, das pescas, das tecnologias de transportes marítimos e das mudanças climáticas. Potencializa o desenvolvimento da economia marítima e o incremento da competitividade e da produtividade das empresas que operam no setor através da formação superior, formação técnico-profissional e investigação aplicada (*Decreto-Lei 1/2020, de 16 de janeiro*).

Universalizar e qualificar o Ensino Pré-Escolar

Através de:

- **Universalização do Ensino Pré-escolar.**
- **Definição de requisitos e condições para o exercício da atividade docente** do EPE.
- **Garantia do acesso através da subsídioção** das famílias mais pobres.

Medidas realizadas:

- Universalização do Pré-escolar como fase propedêutica, de modo que todas as crianças, a partir dos 4 anos de idade frequentem estabelecimentos de educação pré-escolar.
- Aprovados Decreto-Lei que institui Perfis Profissionais Docente, o Regime Jurídico de Formação Docente e o Regime Jurídico de Habilitações para a Docência, aplicáveis ao Ensino Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário.
- Elaborado Relatório-Diagnóstico sobre a Gestão e o Funcionamento do EPE.

84% das crianças dos 4 aos 5 anos estavam a frequentar o EPE no ano letivo 2022/2023.

Ano letivo	2022/2023
Nº inscritos no EPE	15 906
Txa cobertura EPE	84%

Melhorar a qualidade do Ensino Básico

Através de:

- **Facilitação do acesso através da gratuidade** na inscrição e frequência em estabelecimentos públicos.
- **Consolidação da reforma do Ensino Básico** (reforma curricular, avaliação das aprendizagens, formação pedagógica dos professores para a utilização dos novos programas, manuais e outros materiais curriculares).
- **Requalificação e reabilitação das escolas.**



Medidas realizadas:

- **Alargamento do ensino básico universal, obrigatório e gratuito** com a duração de 8 ano.
- **Reforma curricular:** fortalecimento da aprendizagem da Língua Portuguesa, enquanto língua não materna; oferta de línguas estrangeiras a partir do 5.º ano de escolaridade; ensino das tecnologias da informação e comunicação (TIC) como área disciplinar, no 2º ciclo no ensino básico; reforço da aprendizagem das artes, das ciências experimentais, das ciências sociais e humanas, e da matemática nas suas componentes teórica, prática e laboratorial; garantia de uma educação cívica no processo educativo, promotora dos valores democráticos, éticos e humanistas, e do pensamento crítico, numa perspetiva universalista.
- **Regulamentação das normas da organização, da gestão e do desenvolvimento do currículo** do ensino básico alinhado com o Sistema Nacional de Avaliação das Aprendizagens.

Ensino Básico	2021/22
Taxa líquida de escolarização	99,6
Percentagem de aprovação	82,8
Percentagem de reprovação	16,4
Percentagem de abandono	0,8
Eficácia interna	72,5

Melhorar a qualidade do Ensino Secundário

Através de:

- **Facilitação do acesso através da gratuidade** na inscrição e frequência em estabelecimentos públicos.
- **Reforma curricular.**
- **Avaliação das Aprendizagens.**
- **Desenvolvimento da Via Técnica (VT).**

Medidas realizadas:

- **Extensão da gratuidade** de inscrição e frequência, até ao 12º ano,
- **Reforma curricular:** aprofundamento de conhecimentos e de desenvolvimento de capacidades linguísticas, científicas, tecnológicas e instrumentais, a par de uma formação humanista; valorização dos saberes disciplinares; trabalho interdisciplinar e transdisciplinar; promoção de capacidades de pesquisa, relação, análise, domínio de técnicas de exposição e argumentação; capacidade de trabalhar cooperativamente e com autonomia.
- **Novo Sistema Nacional de Avaliação das Aprendizagens** com indicadores que permitem



afetir sobre a adequação dos conteúdos disciplinares, os métodos de ensino e a qualidade da docência (Sistema Nacional de Avaliação das Aprendizagens).

- **Alargamento da Via Técnica para os três anos de escolaridade do ensino secundário** (10º, 11º, 12º). Dois mil quinhentos e quatro alunos matriculados.
- **Dupla certificação na VT** implementada.
- **Implementação do sistema integrado de Gestão Educativa** (SIGE) nas 4 escolas técnicas.
- **Deverá arrancar em 2023/2024, o Programa de Superação Educativa Técnico-Profissional de Jovens e Adultos** que se encontram fora do sistema educativo, com o objetivo de proporcionar a esses jovens a obtenção do certificado de conclusão dos níveis de ensino formal, em particular ensino secundário, e ao mesmo tempo formação profissionalizante para integração e desenvolvimento profissional.

Ensino Secundário	2021/22
Taxa líquida de escolarização	67,2
Percentagem de aprovação	72,3
Percentagem de reprovação	26,2
Percentagem de abandono	1,5
Eficácia interna	53,1

Fonte: ME

Promover a transformação digital do Sistema Educativo

Através de:

- **Reconversão digital no sistema educativo** nas dimensões curricular, métodos de ensino/aprendizagem e disponibilidade de tecnologias de apoio ao ensino/aprendizagem.
- **Melhoria do acesso à Internet** e aumento da largura de banda nas escolas.
- **Fomento da digitalização** de todo o sistema educativo e das escolas.
- **Reforço das capacidades de laboratórios tecnológicos** das escolas secundárias através da implementação do modelo weblab II.
- **Alargamento do SIGE** para todas as escolas Secundárias e Básicas.
- **Uso do digital para fazer chegar o ensino superior a todas as ilhas** criando ofertas de proximidade e reduzindo as assimetrias regionais.

Medidas realizadas e em curso:

- Disponibilização de *Tablet* (a baixo custo) a todos os docentes do Ensino Básico e Secundário.
- Instalação de Laboratórios Tecnológicos.
- Ofertas formativas WebLab (Robótica, Instrumentação, HTML e CSS e Multimédia).
- Reforço das capacidades de laboratórios tecnológicos das escolas secundárias através da implementação do modelo weblab 2 com equipamentos instalados em salas de aula, para suportar as aulas das TIC e fomentar a digitalização das escolas.
- Distribuição de *Tablet* a escolas periféricas isoladas.
- Reforço de equipamentos e computadores nas escolas, incluindo as escolas técnicas.
- Criação da TVE (Televisão Educativa), que opera em sinal aberto da TDT.
- Melhoria do acesso à Internet e aumento da largura de banda nas escolas permitindo o acesso e a utilização de plataformas de educação on-line e materiais de aprendizagem.
- Modelização e implementação do sistema de comunicação, tecnologia e multimédia educativa, como suporte para o desenvolvimento da formação contínua de professores, na modalidade de formação à distância.
- Estratégia Nacional de Literacia Digital vai garantir a disponibilidade de programas de formação, estágios e outras oportunidades de desenvolvimento de competências digitais nas escolas e universidades.
- Rede Nacional de Ensino e Investigação (NREN) vai criar economias de escala para im-

plementar e partilhar redes de alta velocidade e equipamentos de investigação avançadas e acolher aplicações para a investigação científica colaborativa avançada

Agrupamentos de escolas com WebLab: 43 Agrupamentos /escolas (correspondem a 9,75% do total das escolas secundárias, sedes dos agrupamentos e escolas técnicas)

Escolas do ensino básico e secundário com acesso a internet: 128 Escolas (correspondem a 29% do total das escolas de EB e ES).

Escolas com instrumentos digitais de apoio ao ensino/aprendizagem: 91 escolas (correspondem a 20,6% das escolas).

Está em processo de adjudicação, a aquisição de equipamentos para laboratórios tecnológicos (weblab II) para as 44 escolas secundárias e de seleção de uma operadora de telecomunicações para alargamento do acesso à internet de banda larga às escolas.

Melhorar a eficiência e a cobertura da Ação Social Escolar

Através de:

- Modernização da gestão dos programas de Ação Social (transporte, alimentação e kit escolar; financiamento de bolsas de estudos; oferta de residências universitárias).
- Aumento de beneficiários da ação social escolar.

Ação Social Escolar

Nº de Beneficiários	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Alimentação e saúde escolar	81 078	88 492	88 492	85 117	89 715	90 725
Transporte escolar	4 361	5 401	5 560	5 560	5 560	7 640
Kits escolares		30 000	30 000	30 000	30 000	30 000
Manuais escolares	a preços acessíveis e gratuito para alunos de famílias inscritas nos G1 e G2 do CSU					
BA Cultura	1 167	1 089	3 272	2 774	2 858	7 000

Fonte: ME/FICASE

Nº de alunos beneficiados com bolsas de estudos – **3.635**

Nº de alunos beneficiados com apoios no pagamento de propinas - **305**

Dotar o sistema de ensino de um Plano Nacional de Reabilitação, Requalificação e Ampliação da Rede Educativa

Através de:

- Aprovação e execução do programa de reabilitação, construção e modernização de infraestruturas educativas e infraestruturas e equipamentos para a prática de desporto escolar

O Plano está elaborado e será integrado no Plano Estratégico da Educação e Ensino Superior 2022-2026.

Regularização de pendências laborais

A regularização de pendências representa 1 milhão de contos. 60% desse valor é da responsabilidade dos governos do PAICV que deixaram, de 2008 a 2015, pendências de reclassificações, subsídio por não redução da carga horária e progressões, abarcando 6.967 professores, com um impacto orçamental anual, permanente, de 650 mil contos. Estas pendências foram totalmente resolvidas pelo Governo do MpD. As pendências que decorrem da governação do MpD, foram resolvidas parcialmente contemplando 1.144 professores, com um encargo de 133 mil contos. As pendências ainda prevaletentes, no montante de 290 mil contos, contemplando 2.354 professores, serão integralmente resolvidas no âmbito da execução orçamental 2024.

Melhorar a qualidade e a cobertura do Ensino Superior

Através de:

- Ensino com melhor qualidade, mais inclusivo e mais internacionalizado;
- Investigação de maior qualidade, em parceria com as melhores universidades europeias e do mundo;
- Maior e melhor ação da extensão universitária.
- Aumento da taxa bruta de escolarização no ESUP (atual: 20%).

Medidas realizadas e em curso:

- **Especialização das universidades públicas por áreas complementares e proximidade** como resposta especializada às vocações regionais de desenvolvimento: **(1)** criação da Universidade Técnica do Atlântico em S. Vicente; **(2)** criação do Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias em Santo Antão; **(3)** expansão da UNICV à ilha do Fogo com os cursos de Geologia e Agronomia; **(4)** criação do Instituto Superior de Aeronáutica e Turismo na ilha do Sal (em curso).

- **Contrato-programa, em novembro de 2022, que formaliza os compromissos de desenvolvimento institucional e de consolidação da gestão acadêmico-científica**, orçamental e dos recursos humanos e patrimoniais da Uni-CV, com objetivos, metas e indicadores consensualizados (executado).
- **Criação da Fundação para a Ciência, Inovação e Tecnologia e do Fundo de Investigação & Desenvolvimento**, que têm como objetivo captar e mobilizar investimento internacional e interno para o fomento da ciência, a formação de quadros altamente competitivos, a inovação científica nacional e o fomento de publicações científicas e de extensão universitária (em curso).
- **Intensificação da diplomacia educativa, científica e tecnológica** (em execução).
- **Revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior** e demais legislação sobre o ensino superior (em curso).
- **Criação da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde na Praia** (processo em curso).
- **Introdução de um novo modelo de governança das universidades** públicas, com a participação de entidades exteriores, provindos dos meios público, social e empresarial e estímulo à complementaridade e sinergias entre IES públicas e entre estas e as privadas (em curso).
- **Elaboração de um programa específico orientado para melhorar a sustentabilidade económica e financeira das IES**, com a salvaguarda dos critérios de qualidade para padrões elevados (em curso).
- **Criação de um Ecossistema de Investigação e de Fomento de publicações científicas** (em curso).
- **Criação de um Ecossistema de Extensão Universitária** (em curso).
- **Regulamentação e implementação de políticas de ação social universitária**: apoios para alimentação, alojamento e saúde dos estudantes das universidades públicas (em curso).
- **Criação de condições para o aumento da taxa bruta de escolarização no Ensino Superior** (previsto).



SAÚDE

Melhorar a cobertura e a qualidade de prestação de serviços de saúde.

Cabo Verde é dos cinco países africanos com maior nível de vacinação contra a COVID 19, muito superior às médias mundiais e da África subsariana.

Ainda em contexto de pandemia da COVID 19, foi introduzida a vacina contra HPV no calendário nacional. Foi iniciada, em fevereiro de 2021, um programa de vacinação contra o HPV (Papilomavírus Humano, uma ameaça séria à saúde e um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de cânceres, em particular o câncer do colo do útero). 95% das meninas na faixa etária de 10 a 14 anos foram vacinadas. Até o final de 2023, o objetivo é ampliar a cobertura, estendendo a vacinação para meninas com idade até aos 24 anos. No dia 17 de Outubro, iniciou-se a vacinação a rapazes dos 10 aos 14 anos.

A taxa de cobertura de crianças completamente vacinadas continua alta: 97,9% em 2019, 94,3% em 2020 e 97,5% em 2021.

A mortalidade infantil tem diminuído de forma consistente.

Tem-se registado uma diminuição da prevalência de VIH na população geral e da transmissão vertical (98% das crianças nascidas de mães que vivem com VIH são crianças saudáveis). A certificação da eliminação da transmissão vertical da sífilis e VIH é um desafio ao nosso alcance.

Em curso, processo para garantir a certificação de país livre de paludismo.

Em 2017, Cabo Verde foi certificado como país livre do pólio.

Rácios de profissionais de saúde por 10.000 habitantes

Categoria	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Médicos	6,28	8,00	6,90	6,50	7,82	7,42	7,05
Enfermeiros	14,00	14,32	13,88	16,11	19,19	18,26	18,46
Profissionais de saúde *	52,60	60,17	58,82	63,96	68,15	72,44	72,09

Fonte: MS

* médicos, enfermeiros, técnicos e pessoal auxiliar

Reforço e criação de novos serviços, equipamentos e infraestruturas de saúde

Equipamento médico-hospitalar de Centros de Saúde e Hospitais Regionais: investimento de um milhão de contos em equipamentos para os serviços de análises clínicas, imagiologia, fisioterapia, estomatologia, ginecologia/obstetrícia (executado).

Construção e equipamento de centros de saúde:

- Centro de Saúde de Sta. Maria, Centro de Saúde de S. Lourenço dos Órgãos (executado).
- Centro de Saúde da Assomada, Centro de Saúde de Cancelo (executado).
- Construção Centro de Saúde da Palmeira, no Sal (em curso, adjudicada).

-
- Construção Centro de Saúde de R^a das Patas, em Sto. Antão (em curso, concurso lançado).
 - Construção nova Delegacia de Saúde da Brava (em curso, processo concursal).
 - Construção Centro de Saúde Cidade Velha (previsto).
 - Construção Centro de Saúde de Achada Monte, em S. Miguel (previsto).
 - Construção Centro Saúde de Monte Sossego, em S. Vicente (previsto).
 - Construção Centro de Saúde de Santa Catarina do Fogo (previsto).
 - Construção do Bloco Operatório da Boavista (em fase de conclusão).
 - Remodelação e equipamento de vários Postos Sanitários (em curso, contratos programa em processo de assinatura).

Investimentos nos hospitais centrais (HAN e HBS) e nos hospitais regionais:

- Reabilitação e equipamento dos serviços de Imagiologia do HAN e do HBS (executado).
- Reabilitação e equipamento do Laboratório de Análises Clínicas do HAN (executado).
- Reabilitação e equipamento do Banco de Urgência do HAN (executado).
- Dotação ao HAN de um novo Aparelho de Tomografia Computadorizada (TAC) (executado).
- Construção e equipamento do Centro de Diálise em S. Vicente (executado).
- Instalação e equipamento de Serviço de Gastroenterologia e Serviço de Cuidados Intensivos no HAN (executado).
- Criação do Serviço de Cuidados Intensivos no HBS (previsto).
- Requalificação, construção e equipamento do Centro de Terapia Ocupacional de Ribeira da Vinha em S. Vicente (executado).
- Construção do Centro Ambulatorial do HBS (em curso).
- Reabilitação do Hospital da Trindade (em curso).
- Construção Nova Maternidade e Pediatria do HBS (em fase de arranque).
- Construção Novo Hospital Nacional na Praia (previsto).
- Ampliação do Hospital Ramiro Figueira (previsto).
- Reabilitação do Hospital Regional João Morais (previsto).

Outros investimentos e serviços:

- Instalação do Centro de Diagnóstico de Santiago (previsto).
- Construção da Sede do Instituto Nacional de Saúde Pública/ INSP (previsto).
- Criação e instalação Centro Técnico de Instalação e Manutenção de Equipamentos de

Saúde (previsto).

- Criação e instalação Centro de Treinamento e Simulação para os Profissionais de Saúde (previsto).
- Criação Serviço de Emergência Pré-Hospitalar (previsto).
- Criação Instituto de Sangue e Transplantação (em curso, iniciativa legislativa que regula-menta transplante de órgãos e tecidos).
- Criação de novas regiões sanitárias (Região Sanitária de Santiago Sul, Região Sanitária do Sal, Boavista e Maio e Região Sanitária de S. Vicente e S. Nicolau) (previsto).
- Desenvolvimento da telemedicina e da transformação digital dos serviços de saúde (pre-visto).
- Implementação de prescrição eletrónica e prescrição informática (previsto).
- Instalação de incineradoras (executado).

Reforço e desenvolvimento de capacidades e competências no SNS

Política de motivação e satisfação dos profissionais de saúde através do novo Estatuto das Car-reiras Médica e de Enfermagem adequado ao Plano de Carreiras, Funções e Remunerações, da criação de incentivos e de programas de formação, especialização e desenvolvimento de com-petências (em curso).

Criação de um corpo ativo de investigadores em saúde (processo iniciado com levantamento do número de investigadores existentes).

Estímulo, investimento e incentivo à participação de quadros especializados no setor da saú-de na diáspora para intervirem em Cabo Verde (processo em curso para elaborar um programa estruturado).

Aumentar os rácios de médicos, enfermeiros e técnicos de saúde para a cobertura nacional e regional (Plano Operacional de Recursos Humanos na fase de projeção).

Formação de gestores e planificadores de saúde (previsto).

Criação de um corpo de supervisores por pares e por regiões sanitárias para a promoção da qualidade de serviço e humanização de serviço (previsto).

Implementação de sistema de auditoria de saúde (previsto).

Garantia de maior inclusão no acesso aos serviços da saúde através do regime de isenção da taxa moderadora de saúde, da eliminação de barreiras arquitetónicas ao acesso a estruturas de saúde por parte de pessoas com deficiência, de dotação de funcionários capacitados para o atendimento de pessoas com deficiência e de pessoas LGBTQiA+ (regime taxa moderadora em todos os serviços implementado; ações de formação em equidade de género e VBG realizadas).

Montar um sistema integrado de informação para a produção de indicadores relevantes para

permitir a avaliação anual do “estado de saúde” em CV e avaliação das medidas de políticas e seus impactos (DHIS2 em atualização).

Reforço e melhoria da atenção primária

Institucionalizar Médico e Enfermeiro de Família (em curso, 21 Médicos em especialização em Medicina geral e Família).

Alargar e reforçar a cobertura nacional psiquiátrica e da saúde mental na rede dos cuidados primários do país (previsto).

Alargar a rede de cobertura de cuidados ligados ao uso abusivo do álcool e outras drogas (em curso com ONUDC).

Revisão da Lei do Álcool (previsto).

Aprovação de nova Lei do Tabaco (realizado).

Reforço de consultas especializadas nos centros de saúde (previsto).

Reforço do programa de formação de técnicos de saúde (incluindo epidemiologistas de campo) (em curso, formação de Agentes comunitários da Saúde).

Revisão e a atualização da situação laboral dos agentes sanitários (previsto).

Revisão da lei que regula a prevenção, controlo e tratamento de VIH-SIDA (realizada).

Reforço e melhoria da Atenção Hospitalar

Reforçar competências e do nível de prestação de cuidados de qualidade nos hospitais regionais (previsto).

Modernizar e digitalizar a gestão hospitalar e a humanização do atendimento aos utentes (em curso, implementação da plataforma gestão laboratorial concluída).

Criar serviços de cuidados intensivos nos dois Hospitais Centrais, HAN e HBS (realizada no HAN e prevista no HBS).

Criar um centro de cardiologia de Intervenção no HAN (em curso, consultoria técnica e elaboração de caderno de encargos).

Melhoria nos dois hospitais centrais das condições técnicas e tecnológicas para implantação de pacemakers (em curso, implementada em 100% Via Verde AVC; 80 pacemakers colocados em 2022).

Implementação do Projeto de diagnóstico e intervenção rápida para os acidentes vasculares cerebrais (iniciado, projeto eficaz: de cada 20 diagnosticados, 18 sobreviveram).

Melhoria a nível dos dois hospitais centrais, da capacidade diagnóstica e tratamento especiali-

zado para os principais problemas de saúde que demandam evacuação para o exterior (iniciado, implementação de laboratório de biologia molecular para realização de exames de imunoquímica; realização de procedimento cirúrgico na área de ortotraumatologia para rezação de prótese de fémur) (iniciado, 100% de doentes com quimioterapia tratados em CV).

Melhoria da segurança sanitária

Estabelecimento duma plataforma de partilha em tempo real de informação, permitindo vigilância e alerta precoce multidisciplinar, multisectorial de forma coordenada (previsto).

Adaptação do IDSR III - *Integrated Disease Surveillance and Response* - (em curso, adjudicado).

Formação de recursos humanos em epidemiologia de intervenção (60 epidemiologistas de campo formados de nível básico e 6 de nível avançado).

Promoção da vigilância em Saúde, Observatório Nacional da Saúde, (previsto).

Reforço do sistema de informação sanitária (em curso, Plano de implementação Boa Vista e Sal; implementação no Santiago Norte).

Implementação da agenda para a investigação em saúde no INSP em articulação com as universidades (em curso).

Reforço do desenvolvimento Laboratorial. Laboratório de virologia, Laboratório de Entomologia Médica, Laboratório de Controlo de Qualidade de Água e Alimentos (em curso, processo de acreditação dos laboratórios).

Complementaridade e parcerias com o setor privado na oferta de serviços de saúde

Criar condições para que a complementaridade entre o SNS e o setor privado de saúde seja efetivada de uma forma estruturada, transparente, previsível, incluindo o papel da segurança social (em curso).

Mobilizar investimento nacional, estrangeiro e da diáspora para investimentos privados em empreendimentos de saúde: serviços de turismo de saúde e bem-estar; indústria farmacêutica; e centro de assemblagem e manutenção de equipamento de saúde, numa lógica de prestação de serviços internacionais e regionais de saúde (previsto).

Privatizar EMPROFAC, enquadrado no projeto de transformar Cabo Verde como uma plataforma de distribuição de medicamentos na CEDEAO (previsto).



DESPORTO

Um Desporto que orgulhe o país, engrandeça o espírito cabo-verdiano e patriótico e contribua para o crescimento e o desenvolvimento, alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Principais reformas realizadas

Bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto em Cabo Verde que define políticas públicas da atividade física, desportiva e escolar, desporto de participação e recreio, desporto de rendimento, desporto e turismo, incentivos ao desenvolvimento do desporto e política de financiamento do desporto, políticas de formação, de infraestruturação e equipamentos desportivos, cartas desportivas.	Lei n.º 18/IX/2017, de 13 de dezembro
Estatuto de utilidade pública desportiva para as federações desportivas que permite uma relação transparente entre o Estado e as federações.	Decreto-lei n.º 4/2018, de 10 de janeiro
Regime jurídico de apoio a prestar pelo Governo às Escolas de Iniciação Desportiva, aos Clubes , às Associações Regionais e às Federações Desportivas.	Decreto-lei n.º 28/2019, de 26 de junho
Regime jurídico das seleções nacionais e de outras representações desportivas nacionais fixando os princípios e regulando as medidas específicas de apoio à sua preparação e participação internacional em competições desportivas oficiais.	Decreto-lei n.º 30/2019, de 26 de junho
Regime de Bolsa-Atleta que define procedimentos operacionais para a concessão e distribuição de Bolsa Atleta.	Decreto-lei n.º 60/2018, de 5 de dezembro
Estatuto do praticante desportivo em regime de alta competição , estabelecendo as medidas específicas de apoio ao desenvolvimento da alta competição.	Decreto-regulamentar n.º 4/2018, de 29 de janeiro
Regulamentação de Prémios a serem atribuídos aos praticantes em regime de alta competição e respetivas equipas técnicas face a resultados obtidos em provas desportivas nacionais e internacionais,	Resolução n.º 106/2018, de 19 de outubro
Lei Anti Dopagem e criação da ONAD-CV- Organização Nacional Antidopagem para o desporto limpo e íntegro e credibilidade de Cabo Verde como plataforma especializada de organização de eventos desportivos.	Lei n.º 98/IX/2020 de 29 de Julho e Decreto-Lei nº 8/2017, de 7 de Fevereiro



Medidas executadas, em curso e previstas:

- **Revisão do regime jurídico do associativismo desportivo** (em curso). Proposta de novo Decreto-lei já apreciada em Conselho Nacional do Desporto.
- **Premiação por resultados desportivos** (executado). Novo diploma publicado em com efeitos a partir de janeiro 2022.
- **Mecenato desportivo** (em curso). Em fase de recolha de subsídio visando a revisão da lei do mecenato, com foco na atratividade da lei.
- **Regulamentação da Bolsa Atleta** (executado). Lançado o primeiro edital para candidatura a bolsas que serão atribuídas a partir de janeiro 2024.
- **Desenvolvimento do Centro de Alto Rendimento Desportivo (CARD)** (executado). Diploma publicado em 13/07/2018. O Centro de Alto Rendimento Desportivo abriu no Estádio Nacional em 2019, mas as suas atividades foram suspensas devido a pandemia da covid 19. Reaberto em outubro de 2022.
- **Recenseamento Geral do Desporto** (executado). Resultados finais serão publicados em dezembro de 2023.
- **Elaboração de Cartas Desportivas** (em curso). TdR elaborado para recrutamento de consultor.

- **Qualificação e certificação dos agentes desportivos que gerem as instituições desportivas.** Foram realizadas ações formativas para dirigentes das regiões Sal/Boavista; Santiago Norte/Sul e Maio; Fogo/Brava e está em curso a formação em Santo Antão.
- **Promoção da especialização e do enquadramento técnico-pedagógico das atividades físicas e desportivas.** A formação de agentes desportivos (dirigentes, treinadores, monitores, oficiais de arbitragem e outros), tem sido aposta das estruturas da hierarquia do desporto (comités olímpicos e paralímpicos, federações, associações regionais, clubes e escolas de iniciações desportivas) instituições **públicas do desporto (serviço central – IDJ e local- CM).**
- **Melhoria da performance desportiva e atração de intercâmbios, eventos e competições desportivos (executado e em curso):** (1) promoção e realização do Afrobasket U16 masculino em Cabo Verde, 2016; (2) participação das seleções nacional de andebol U17 e U19, masculino e feminino, anualmente, no IHF Challenge Trophy; (3) acolhimento da África Youth Cup, Futebol U17, masculino (2019 e 2023) e feminino (2023), na cidade da Praia, Estádio Nacional; (4) acolhimento de Open Internacional de Ginástica Aeróbica, Pavilhão Váva Duarte, 2022 e 2023; (5) participação da seleção nacional de andebol feminino U19, no torneio Partille Cup, Suécia 2023; (6) participação de Cabo Verde nos Jogos das Ilhas U16, nas modalidades de atletismo, basket 3x3, masculino e feminino, Córsega 2023; (7) participação regular das seleções nacionais de andebol, basquetebol, futebol, voleibol, masculino e feminino, nos campeonatos africanos das nações (CAN), bem como nas modalidades individuais de atletismo, boxe, halterofilismo, ciclismo, ginástica, natação, taekwondo, desporto adaptado e xadrez; (8) participação das seleções nacionais nos Campeonatos do Mundo, andebol sénior masculino (2019 e 2023), basquetebol sénior masculino (2023); (9) participação de Cabo Verde nos Campeonatos do Mundo de modalidades individuais de atletismo, boxe, halterofilismo, ciclismo, ginástica, natação, taekwondo, desporto adaptado, xadrez, kite surf; (10) promoção e realização do Open Cabo Verde de Surf e Bodyboard, Sal 2022; (11) promoção e realização do Circuito Mundial GKA Kitesurf World Tour, Sal 2023; (12) acolhimento de uma etapa do Ocean Race, Mindelo, 2023; (13) promoção e realização do Cabo Verde Trail Series (4 edições realizadas); (14) participações de atletas cabo-verdianos nos Jogos Olímpicos - Jogos Olímpicos e Paralímpicos Tokyo2022.
- **Reativação dos Jogos Escolares Nacionais** no âmbito de desporto escolar. Realizada a 1ª edição das Olimpíadas do Desporto Escolar, em 2023; 27 jogos regionais do EBI realizados em 2023; 9 jogos regionais do ES realizados em 2023.
- **Disponibilização de materiais didáticos desportivos** nos estabelecimentos públicos para proporcionar melhores condições da prática desportiva, a qualidade dos treinos e competições, em todos os níveis e escalões etários: (1) 36 escolas secundárias beneficiaram de um Kit de material desportivo com 4 bolas de andebol, 4 de basquetebol, 4 de voleibol e 4 de futebol; (2) 22 Câmara Municipais, 8 Escolas Secundárias e 3 Regiões Militares beneficiaram de 1 par de tabelas de basquetebol de competição; (3) 7 Pavilhões

Municipais, 3 Escolas Secundárias e 3 Regiões Militares foram equipados com tatamis oficiais para a prática e competição de Judo e para a prática de Karaté e Taekwondo; (4) pavilhão Vavá Duarte equipado com praticável oficial para a prática e competição de ginástica aeróbica e acrobática.

- **Criação de incentivos à Iniciação e Formação Desportiva** (em curso). Criação da Bolsa de Iniciação Desportiva cujo 1º edital será lançado em dezembro 2023. Trata-se do programa mais estruturante do desporto nacional, que irá permitir uma massificação da prática desportiva devidamente orientada. O programa permitirá capacitação de monitores e dirigentes das escolas de iniciação, bem como apetrecho a nível de materiais e melhoria de espaços de treinos.
- **Dotar o país de infraestruturas desportivas** (executado e em curso): (1) Regulamento de Construção, Gestão e Utilização, em fase aprovação; (2) Estádio Nacional totalmente reabilitado e com novo relvado, nova pista de atletismo, dotado de refeitório e lavandaria; (3) projeto reabilitação Pavilhão Desportivo Vavá Duarte, em curso; (4) vinte municípios possuem campo de futebol relvado (em São Salvador do Mundo, o relvado já está financiado e produzido, faltando finalizar a obra. Em Paul está em fase de lançamento do concurso; (5) sete ilhas com pavilhão desportivo.
- **Aumento das taxas sobre o álcool e tabaco para reforçar o financiamento do desporto e programas para a juventude** (OE 2023 e OE 2024). Financiamento de 160 mil contos em 2023. Aumento em 2024 para 202 mil contos.
- **Estimular e incentivar os clubes, federações e associações a investirem em sedes sociais.** A partir de 2023, o OE isenta direitos aduaneiros e IVA na construção de infraestruturas desportivas da iniciativa de federações, associações desportivas, clubes desportivos e câmaras municipais. Antes disso, ao longo dos últimos anos, foram concedidos apoios para construção e melhoria de sedes sociais dos clubes e associações.
- **Implementação do Programa Nacional da Ética Desportiva.** Programa criado em 2017. Foram realizadas 4 ações de sensibilização com a participação de 676 jovens e 8 ações de formação, com a participação de 267 pessoas, sendo 118 árbitros, 60 treinadores, 52 monitores, 23 formadores e 14 dirigentes.
- **Promoção do desenvolvimento do jornalismo desportivo** com a especialização de jornalistas em matérias desportivas: (1) em parceria com a AJOC, foi realizada uma conferência sobre a “Organização e Mecanismos de Financiamento do Setor do Desporto Cabo-verdiano”; (2) apoio a realização da Gala anual da Sport Mídia; (3) apoio a realização de eventos realizados pela Gaft Sport ou com cobertura da mesma; (4) apoio ao Canal do Youtube Fanáticu (canal desportivo) para aquisição de equipamentos; (5) apoio ao Projeto “Bola D’ CAPCHUT”, programa radiofónico - Rádio Comunitária Ribeira Brava.



JUSTIÇA

Reduzir a morosidade na realização da justiça.

Melhorar a administração da justiça.

Melhorar a informação jurídica, a assistência judiciária e a educação para a cidadania.

Melhorar a prestação de serviços de Registos e Notariado.

Reduzir a Morosidade na Realização da Justiça

Instalação dos Tribunais de Relação de Barlavento e Sotavento: executado em outubro de 2016.

Criação do Tribunal Judicial e Procuradoria da Comarca de S. Miguel com impacto no descongestionamento do Tribunal do Tarrafal e proximidade da Justiça à comunidade de S. Miguel: executado em setembro 2022.

Instalação do Tribunal de Pequenas Causas da Comarca da Praia, comarca com maior pendência processual: executado em outubro de 2020. A proposta de lei que altera a organização, competência e funcionamento dos Tribunais prevê a revisão dos tribunais de pequenas causas.

Instalação do Departamento Central de Ação Penal da Praia, Departamento do Contencioso do Estado, Departamento de Interesses Difusos, Departamento Central de Cooperação e Direito Comparado. Estes Departamentos permitem maior eficiência de resposta decorrente de investigação e ações específicas e especializadas: executado.

Instalação do Tribunal de Execução de Penas e Medidas de Segurança de Barlavento e Tribunal de Execução de Penas e Medidas de Segurança de Sotavento, instâncias especializadas para as questões de natureza de execução penal: executado.

Execução do Plano de redução de pendências do CSMP, CSMJ e MJ: em curso.

Revisão e implementação do regime e modelo de gestão do Sistema de Informação de Justiça (SIJ) para a tramitação processual eletrónica dos processos civil e penal. Em curso elaboração e revisão de: (1) lei que regulamenta o Subsistema de Informação de Processo Civil; (2) Decreto-Lei que regulamenta o SIJ; (3) Lei que regulamenta o Subsistema de Informação do Processo Penal; e (4) Lei que cria o SIJ.

Revisão das Leis de Inspeção da Magistratura Judicial e do Ministério Público para reforçar o funcionamento da inspeção: processo legislativo em curso.

Elaboração e aprovação de legislação de tramitação processual por ordem de entrada de processos e critérios de contingentação dos processos judiciais: em curso no âmbito da proposta de lei que cria o SIJ e que aprova o novo regime jurídico geral de tramitação eletrónica de processos nas instituições abrangidas, e revoga a Lei nº 33/VIII/2013, de 16 de julho e altera algumas disposições do CPC. Os critérios de contingentação de processos são definidos pelos Conselhos Superiores das Magistraturas.

Garantir a eficácia e eficiência no funcionamento do Regime jurídico dos Tribunais de Pequenas Causas: em curso, (1) alargamento do âmbito da regulação da Lei de Organização, Competência e Funcionamento dos Tribunais Judiciais; (2) clarificação do figurino, do âmbito das competências dos Tribunais de Pequenas Causas e sua jurisdição territorial; (3) normativo que permita a remessa de processos pendentes para os Tribunais de Pequenas Causas; (4) remessa para legislação especial a regulação de organização, competência e funcionamento dos Organismos de Regulação de Conflitos com jurisdição infra-comarca.

Promoção da Justiça Restaurativa – Arbitragem e Mediação: em curso (1) revisão do regime ju-

rídico relativo aos mecanismos não jurisdicionais de resolução de litígios; (2) previsto, realização de cursos de formação e aperfeiçoamento de árbitros, conciliadores e mediadores.

Desjudicialização de atos e processos: previsto.

Instalação do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses: iniciou as funções em Julho de 2023, com a nomeação do Conselho Diretivo. Tem fucionado nas Instalações provisórias da Cidadela, e preve-se a sua Instalação definitiva no campus da Justiça em 2024.

Integração das bases de dados da Polícia Nacional e da Polícia Judiciária em matéria criminal: em curso, centro de coleta e de registo de dados policiais - DACOR /2023 com a missão de administrar a base de dados automatizada; criação de equipa conjunta (pela PGR) que integra o DCAP, a PRCP, a PJ, e a PN, para investigação de um conjunto de atos ilícitos de natureza penal (crime de quadrilha ou bando, roubo agravado, homicídio agravado na forma tentada, danos, ameaça de morte e detenção de armas, praticada por grupo de delinquentes identificados).

Aprovação do primeiro Código de Procedimento Administrativo: executado.

Aprovação do novo regime jurídico do contencioso administrativo: em curso.

Revisão do Código Civil: TdR elaborado e aprovado; em fase concursal.

Aprovação do novo Código do Processo de Trabalho: em curso.

Lei que regula o Regime das Sucessões: previsto.

Melhorar a Administração da Justiça

Aumento do orçamento e de investimentos no setor da Justiça

(contos)	2015	2022	2023	2024	2022/2023	2023/2024
CSMP	217 000	356 852	390 834	417 935	10%	7%
CSMJ	336 000	685 901	754 254	835 326	10%	11%
PGR	57 000	78 961	84 702	82 761	7%	-2%
STJ	55 000	51 483	56 074	64 163	9%	14%
PJ	259 000	443 510	446 614	504 092	1%	13%
DGSPRS	170 000	468 989	476 051	664 552	2%	40%
TOTAL JUSTIÇA	2 585 000	4 675 519	5 074 091	5 990 219	9%	18%

Fonte: MJ

Principais investimentos em construção e beneficiação de infraestruturas: (1) Campus de Justiça da Praia (executado 1ª fase); (2) Tribunal de Relação de Barlavento (executado); (3) Registos e Notariado de São Vicente (executado); (4) em fase de projetos para investimentos: Palácios da Justiça do Porto Novo, da Boa Vista, do Maio, da Brava, de Calheta de São Miguel, do Sal; (5) remodelação do Edifício da ex-ENG, para reinstalação de Juízos da Comarca da Praia (Juízos Cíveis, Juízos de Família e Menores) e serviços da Procuradoria.

Elaboração e aprovação da Carta Judiciária Nacional das Infraestruturas Judiciárias, um marco estratégico na planificação das infraestruturas judiciárias em Cabo Verde: em curso.

Capacitação e modernização tecnológica do sistema judiciário: (1) implementação do SIJ (processo legislativo e técnico em curso); (2) número único do processo criminal (em curso); (3) criação do Diário Eletrónico de Justiça (em curso); (4) instalação de sistemas de videoconferência em várias comarcas, a aquisição de computadores para os Tribunais e Procuradorias e instalação de fibra ótica nos Palácios de Justiça (executado e em curso).

Criação do Instituto de Modernização, transformação digital e inovação da Justiça: previsto.

Criação do Centro de Formação Jurídica e Judiciária (visa o desenvolvimento da capacitação institucional, qualificações e competências de magistrados e outros agentes do sistema jurídico e judiciário): em curso.

Aumento número de magistrados e oficiais de justiça no Ministério Público e na Magistratura Judicial: executado e em curso para 2023/2024, (1) + 14 Procuradores da República Assistentes; (2) + 27 Oficiais de Justiça para o Ministério Público (dos quais, 14 para a Praia); (3) + 7 Juízes; (4) + 19 Oficiais de Justiça para a Magistratura Judicial previstos.

Recrutamento de administradores judiciais para assegurar a gestão física, patrimonial e financeira dos Tribunais Procuradorias da República, libertando os Oficiais de Justiça para tarefas exclusivamente processuais: em curso.

Aprovação do Novo Estatuto do Pessoal do Oficial de Justiça das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, que veio a permitir a adequação à revisão constitucional de 2010 como também estabelecer a avaliação de desempenho como um meio determinante para a promoção, baseando-se no mérito, promovendo o estímulo profissional e a produtividade no serviço: executado.

Aprovação do regime jurídico dos sistemas de avaliação de desempenho, inspeção e classificação dos Oficiais de Justiça das Secretarias Judiciais e do Ministério Público: executado.

Revisão dos Estatutos dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público: em curso.

Regulamentos do Cofre-Geral de Justiça e do Cofre dos Tribunais e do Ministério Público visando promover a independência da Magistratura Judicial e autonomia do Ministério Público: executado.

Novo modelo de assistência judiciária (1) prestada pela Ordem dos Advogados de Cabo Verde, de uma forma estruturada e regulamentada (executado); (2) foram aumentados os valores da prestação a ser paga aos advogados por cada processo e, em fases, de forma a que os processos sejam seguidos do princípio ao fim pelo mesmo advogado garantindo melhor seguimento e eficácia. O Governo aumentou de 17.500 contos para 42.000 contos, o montante anual para a assistência judiciária; (3) foi criada uma plataforma informática de gestão financeira dos processos, ESAJ, para gerir a assistência judiciária de forma partilhada entre a Ordem dos Advogados e o Ministério da Justiça.

O regime da assistência judiciária vai ser revisto para associá-la ao cadastro social único, para garantir que o acesso gratuito desse serviço seja atribuído aos que por ausência de rendimentos não possam fazer face a despesas com a assistência judiciária.

Melhoria da Informação Jurídica e da Assistência Judiciária. Implementação de um novo projeto de informação jurídica voltado à comunidade: protocolos foram celebrados com várias entidades (Câmaras Municipais, Associações, ONG, Igrejas e Universidades) para a difusão de informação jurídica na radio, televisão e redes sociais. A divulgação do serviço de informação jurídica é abrangente e visa alcançar um público mais amplo, incluindo pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Melhoria da capacidade do sistema judiciário de responder a casos de abuso sexual infantil para uma “Justiça amiga das crianças”: (1) aprovada Lei que aprova o Regime Jurídico Geral de Proteção de Crianças e Adolescentes em Situação de Perigo; (2) instaladas Salas de audições às crianças vítimas de abuso sexual na Praia, Sal e Boa Vista; (3) processo em curso de regulamentação da Lei de proteção.

Bolsa de Administradores de Insolvência: formação de administradores judiciais, em curso. Visa fortalecer a capacidade do sistema judicial para lidar com casos de insolvência.

Revisão do Código das Custas Judiciais: previsto.

Alteração da Lei de Organização, Competência e Funcionamento dos Tribunais Judiciais: previsto.



Motivação dos profissionais de segurança prisional, reforço dos meios e melhoria de condições das prisões:

- **Alteração do estatuto do Pessoal da Segurança Prisional** com impacto na melhoria salarial: (1) a base remuneratória que era de 40.000\$00 passou para 50.000\$00, para os agentes de nível I; (2) para os agentes de nível II que antes era de 48.172\$00 passou para 54.375\$00; (3) um agente de nível III passou de 55.174\$00 para 58.750\$00. O subsídio de turno foi aumentado, passando de 6.276\$00 para 9.414\$00.
- **Aumento de exigências no recrutamento dos agentes:** as regras de provimento para concurso aumentaram as exigências de formação e de habilitações literárias para o pessoal de segurança prisional com a implementação final dos aumentos anuais.
- **Resolução de várias pendências relativo aos Agentes de Segurança Prisional**, repondo a legalidade e melhorando a motivação dos Agentes: (1) compensação pela prestação de trabalhos adicionais no ano de 2016; (2) compensação pela prestação de trabalhos adicionais relativos aos anos de 2014 e 2015; (3) transição relativo a 2014 e pagamento dos respetivos retroativos; (4) regularização de férias de 2014, 2015 e 2016; e (5) pagamento de progressões de 2003 a 2010.
- **Aumento de efetivos do Pessoal da Segurança Prisional:** recrutados 50 novos Agentes de Segurança Prisional em 2017; 50 Agentes de Segurança Prisional em 2021, com impacto no estancamento das horas extraordinárias e sobrecarga de trabalho e no reforço das condições de segurança. Recrutamento de 100 Agentes de Segurança Prisional (previsto).
- **Capacitação dos Agentes de Segurança Prisional** para o exercício das suas funções, em especial no domínio do relacionamento com os reclusos: ações de realização regular em formação na área de mediação e gestão de conflitos; formação de direitos humanos; formação de inteligência penitenciária; formação nas áreas psicossocial e relações interpessoais; formação de legislação prisional e noções gerais de direito penal, processual penal e Constituição, contínua e on job.
- **Dotação dos estabelecimentos prisionais de mais e melhores meios:** raio-x, pórticos, raquetes de deteção, armamento; sistema de videovigilância nas cadeias Centrais da Praia e São Vicente; viaturas novas para todos os serviços prisionais; coletes balísticos, algemas, coldres, fardamento operacional e de gala: executado.
- **Reforço da capacidade de comunicação**, com a montagem de um sistema de radiocomunicação abrangendo toda a ilha de Santiago, São Vicente e Sal.
- **Informatização dos estabelecimentos prisionais** com Sistema de Informação e Gestão Prisional desenvolvido e implementado em todas as Cadeias.
- **Melhoria das estruturas dos estabelecimentos prisionais para garantir melhor distri-**

buição em celas e de forma segura e salubre (Fogo e Santo Antônio); separação de reclusos por faixa etária, sexo, hábitos de consumo e adição, comportamentos agressivos; ações de higiene e limpeza nas prisões; construção de novas celas; instalação de sanitário em celas antigas; nutricionista para cuidar da alimentação de forma permanente; contratação de médicos e enfermeiros a tempo inteiro; visitas e audição regular de reclusos: executado e em execução.

- **Construção da Cadeia Regional do Fogo:** executado.
- **Elevação e reabilitação da Cadeia Central da Praia:** em curso.
- **Assistência na Saúde:** (1) assistência Médica e Medicamentosa garantidas aos reclusos; (2) todos os EP's dispõem, direta ou indiretamente, de psicólogos para dar cobertura específica na área de saúde psíquica e encaminhados as estruturas de saúde para atendimento psiquiátrico; (3) intervenções na área da promoção de saúde mental, tanto na prevenção como em acompanhamento e cuidados nos Estabelecimentos Prisionais vêm sendo feitas; (4) médico nutricionista foi contratado para cuidar da alimentação de forma permanente, garantindo que a alimentação tenha qualidade, quantidade adequada e valor nutricional. Previsto, um Plano de Alimentação nacional adequado a cada Estabelecimento Prisional; (5) realizada contratação de médicos e enfermeiros a tempo inteiro para a Cadeia Central da Praia e a tempo parcial as Cadeias do Sal e São Vicente.
- **Implementação do “Programa Recuperação+”** com objetivo de promover competências e recursos pessoais, educação e qualificação profissional de reclusos para promover a reintegração social bem sucedida e prevenir a reincidência criminal.
- **Projetos educativos** orientados para a capacitação e qualificação escolar dos reclusos com orientações técnicas dirigidas aos estabelecimentos prisionais promotoras do desenvolvimento de percursos educativos/formativos pela população reclusa e preventivas do abandono escolar/formativo: em execução.
- **Projetos de formação profissional** orientados para a capacitação profissional dos reclusos, implementação de ações de educação para a cidadania em meio prisional: em execução.
- **Projetos de ocupação** estruturada do tempo da população reclusa, promotores de desenvolvimento pessoal e da aquisição de competências pessoais e sociais: em execução.
- **Programas e projetos sociocultural e desportivo:** em execução.
- **Assistência espiritual e religiosa e visitas familiares** nos Estabelecimentos Prisionais como forma de promover os laços familiares e afetivos do recluso e preparar o retorno a meio natural de vida.
- **Acompanhamento pós prisão com projetos de vida e projetos de empregabilidade** - uma equipa específica acompanha os reclusos em liberdade condicional (Equipa de Medidas de Flexibilização de Pena), orientando e facilitando a sua reintegração social após

sua liberdade condicionada: em execução.

- **Criação de condições que estimulam os tribunais a aplicar penas alternativas**, como o trabalho a favor da comunidade com aperfeiçoamento do regime regulamentar previsto no Código de Execução das Sanções Penais Condenatórias e aquisição de meios de controlo à distância, vigilância eletrónica: proposta de Lei encontra-se no Parlamento.
- **Criados cinco Gabinetes de Reinserção Social e Penas Alternativas** em comarcas diferenciadas, sendo Santiago Norte (St. Cruz), Fogo, São Vicente e Maio, Boavista e São Nicolau.
- **Centro Socioeducativo Orlando Pantera beneficiado** com a instalação de câmaras de vídeo vigilância nos muros de proteção uma medida assertiva. Uma servidão de segurança deverá ser criada.

Promoção e reforço dos Direitos Humanos e Cidadania

Direitos Humanos para as Crianças: realizado projeto que culminou na produção de materiais educativos inclusivos e na formação de professores.

Denúncias de violação dos direitos humanos: existência de uma linha gratuita de denúncia e várias outras formas de efetuar as denúncias (email, carta, telefonemas, página de Facebook).

Observatório dos Direitos Humanos e Cidadania: definição em curso dos principais indicadores; definição do enquadramento legal; implementação de suporte tecnológico.

Estudo diagnóstico sobre a situação social e jurídica de pessoas LGBTI: elaboração de um estudo diagnóstico no âmbito do projeto “Cidadania LGBTI” e empoderamento e capacitação de pessoas LGBTI.

Anteprojeto da Lei especial anti discriminação: em março de 2022, o Anteprojeto de Lei Anti discriminação foi entregue à Assembleia Nacional.

Mecanismo Nacional de Prevenção: capacitação contínua dos membros, com destaque para a formação ministrada pela APT - Associação para a Agência de Prevenção da Contra Tortura; realização de visitas a instituições que acolhem pessoas privadas com privação de liberdade; elaboração de relatórios das visitas e emissão de recomendações

Criação de Secretariado da Comissão Interministerial para a Elaboração dos Relatórios Nacionais dos Direitos Humanos: executado.

Capacitação contínua na elaboração dos relatórios de direitos humanos tem sido providenciada aos membros da Comissão, em particular, sobre a elaboração do relatório do RPU, em colaboração com o Alto Comissariado e a CNDHC (Comissão Nacional de Direitos Humanos e Cidadania).

Integração da CNDHC nas redes africanas de instituições nacionais de direitos humanos; admissão da CNDHC com estatuto de afiliado junto da Comissão Africana dos Direitos Humanos e

dos Povos e; nomeação de Cabo Verde como membro de Peritos do Comité para a prevenção da tortura em África: executado.

Envolvimento da CNDHC na rede de Provedores de Justiça e comissões nacionais dos direitos humanos da CPLP: executado.

Melhorar a prestação de serviços de RNI

Desenvolvimento, implementação e aperfeiçoamento de Sistemas de Informação: SIN – Sistema de Informação Notarial, SIRP – Sistema de Informação do Registo Predial, SIRC – Sistema de Informação do Registo Comercial, SIRA – Sistema de Informação do Registo Automóvel, SIC – Sistema de Informação Criminal, RNI – Sistema de Informação do Registo de nascimento, óbito e casamento: executado.

Implementação da Assinatura Eletrónica qualificada e institucional para garantir a segurança e a autenticidade dos documentos: em curso.

Disponibilização dos serviços do Registo de Identificação (RNI) online através do Portal da Justiça, com destaque para o desenvolvimento do API que permite a integração de pedidos de produtos dos RNI online: executado.

Implementação do sistema AFIS (*Automated Fingerprint Identification System*) para entrega de documentos online: em curso.

Implementação da Plataforma Business Intelligence, fornecendo informações estatísticas precisas que apoiam a tomada de decisões alinhadas com os objetivos estratégicos e operacionais: executado.

Implementação do Balcão Único de escrituras públicas nos Cartórios Notariais com interoperabilidade entre os Sistemas de Informações (Notariado, Registo Predial e Municipal), permitindo aos utentes realizarem as escrituras públicas, registo predial e matricial num único balcão: em curso.

Digitalização de arquivos de nacionalidade na Conservatória dos Registos Centrais: em curso.

Instalação e operação do Centro de Digitalização dos Arquivos dos Bilhetes de Identidade a nível nacional: executado.

Emissão e personalização do Documento Único Automóvel (DUA): em curso.

Revisão do Regime Jurídico de Identificação Criminal para a emissão do Certificado do Registo Criminal Online (em curso).

Elaboração e implementação do Programa Nacional Plurianual de Infraestruturas dos Registos Notariado e Identificação (em curso).

Instalação e criação de Conservatórias: instalação da Conservatória de Registo das Pessoas Coletivas, da Conservatória dos Registos e Cartório Notarial dos Mosteiros e da Conservatória dos

Registos e Cartório Notarial de São Miguel e criação da Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Salvador do Mundo, permitindo dar respostas célere às demandas dos cidadãos e das empresas.

Reformulação e remodelação de serviços existentes: Conservatória do Registo Predial da Praia, Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia e 1º Cartório Notarial da Praia, com o objetivo de ampliar os espaços para garantir melhores condições de trabalho e atendimento aos utentes

Formação em registo civil, plataforma garantias móveis, digitalização de documentos, registo comercial e automóvel e autenticação Eletrónica, reforço de capacitação em atendimento com inteligência emocional (em curso).

Criação da Plataforma de Controle Interno, permitindo aos utentes avaliar/reclamar sobre serviços dos RNI e realizar pedidos de emissão, renovação e substituição do Cartão Nacional de Identificação (CNI) e Passaportes online: executado.

Redução do tempo de espera nas Conservatórias e nos Cartórios

Tempo médio de espera (dia)	2021	2022	2023
Conservatória Registos Predial	7	6	4
Conservatória Registos Comercial	4	4	3
Conservatória Registos Automóvel	6	5	4
Conservatória Registos Civil	3	2	1
Conservatória Registos Centrais	59	51	28

Fonte: RNI/MJ

Os resultados indicam um alto desempenho global no Índice de Velocidade de Trabalho (Atendimento à Demanda - IAD) e na Taxa de Despacho de processos. Esses indicadores estão em torno de 98%, com uma tendência de redução no número de processos pendentes e um aumento no número de processos despachados. Os resultados indicam que as iniciativas implementadas, como a transformação digital, a melhoria da infraestrutura e dos sistemas de informação, e o reforço na capacitação do pessoal, tiveram um impacto positivo na redução do tempo de espera e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade dos serviços oferecidos.



SEGURANÇA E DEFESA NACIONAL

Garantir a segurança nas suas diversas dimensões, num país insular, localizado no corredor atlântico médio: segurança pública, segurança marítima, segurança aeroportuária e fronteiriça, segurança cooperativa e ciber segurança.

Inserir Cabo Verde em sistemas de segurança cooperativa de âmbito sub-regional, regional e internacional.

Reduzir a criminalidade

Motivação e qualificação dos profissionais de Segurança:

- **Nivelamento salarial e elevação do salário base** (índice 100) para 50.000\$00 em 2017; 60.000\$00 em 2019; 63.000\$00 em 2020; e 65.945\$00 para 2024, adotando a exigência de curso superior com grau de licenciatura como requisito acadêmico de ingresso na PN. Até 2016, vigoraram diferentes tabelas salariais na corporação, consoante eram os ramos da PN (Polícia Marítima, Guarda Fiscal e Polícia de Ordem Pública). Efetivos da mesma categoria, com o mesmo tempo de serviço e com responsabilidades 151 idênticas recebiam salário diferente, que variava entre 44 mil escudos, 46 mil escudos e 49 mil escudos.
- **Resolução de pendentes com promoções e progressões:** entre 2016 e 2018, foram regularizadas 1.190 promoções e 710 progressões em atraso (zerou-se o passivo acumulado em mais de 10 anos). Normalização com 170 promoções e 265 progressões entre 2019 e 2020 e 413 promoções entre 2021 e 2023.
- **Melhoria das condições de habitabilidade:** aquisição de 74 habitações destinados aos efetivos da PN, destacados em missões de serviço em Santo Antão, no Sal, na Boa Vista, em Santiago e no Fogo.
- **Estruturação do Serviço Social da PN e do quadro regulamentar de fruição de benefícios:** aprovação do Regulamento de Organização e Funcionamento do SES e do Regulamento das Prestações Sociais.
- **Concretização da reforma do sistema de prestações sociais das forças policiais:** aprovação do novo quadro orgânico e de funcionamento do serviço social da Polícia Nacional, bem como o regulamento das prestações sociais.
- **Revisão e fortalecimento dos processos de recrutamento e dos programas de formação:** (1) reestruturação curricular do curso de formação inicial de agentes da PN, com enfoque no reforço de conhecimentos nas áreas jurídica e psicossocial, bem como de competências no domínio da comunicação, inteligência emocional e relacionamento interpessoal; (2) revisão do Regulamento de Admissão e Frequência aos cursos de Promoção e Ações de Formação Contínua do Pessoal Policial (que datava de 1998), com a atualização e clarificação dos critérios de seleção, admissão, frequência dos cursos e estágios, bem como dos quadros de realização de concursos de promoção e das respetivas regras processuais.

Reforço de meios de atuação:

- **Implementação do Projeto Cidade Segura** na Praia, São Vicente, Sal e Boa Vista, sistema integrado de segurança assente em soluções tecnológicas inovadoras de videovigilância urbana, comunicações seguras e Centro de Comando e Controlo para a gestão de ocorrências (executado). Cidade Segura 3ª fase, em curso.

- **Reforço dos equipamentos de trabalho, segurança e proteção individual:** aquisição e distribuição de fardamento, de armamento e munições e de equipamentos de segurança e proteção individual (executado).
- **Reforço dos meios de comunicação** com a instalação de sistemas de comunicação radio em todos os municípios de Santo Antão, em São Vicente, no Sal, na Boa Vista, na Brava, na Praia e em S. Filipe (executado).
- **Reforço dos meios de mobilidade de patrulhamento.** (1) renovação da frota automóvel, com a aquisição de 58 viaturas auto operacionais e 8 moto 4 (executado em 2017/2018); aquisição de 9 viaturas policiais operacionais para reforço do Comando Regional Santiago Sul e Maio, em 2021; aquisição de equipamentos para mobilidade para reforço da fiscalização e aquisição de 15 veículos para o reforço do patrulhamento urbano (em curso); (2) afetação à Polícia Marítima de 10 embarcações de patrulhamento costeiro e de operações de busca e salvamento (executado).
- **Reforço dos meios de fiscalização,** com a aquisição de scanners destinados à verificação de pequenas encomendas, para fechar o cerco à importação e contrabando de armas, munições e explosivos nos portos do país (executado).
- **Expansão e consolidação da plataforma integrada de gestão operacional e de informação policial** - SIGO, com o desenvolvimento do módulo de investigação criminal e com a implementação do sistema de classificação e notificação automática dos níveis de risco associados às queixas de VBG em todas as esquadras do país (executado).
- **Construção, reabilitação e modernização de estabelecimentos policiais:** (1) construção da Esquadra Policial do Paúl (executado); (2) construção de 4 centros de comando e controlo da Polícia Nacional na Praia, em São Vicente, Sal e Boa Vista (executado); (3) reinstalação da Direção de Estrangeiros e Fronteiras (executado em 2018); (4) Balcão de Estrangeiros e Fronteiras em São Vicente e Assomada (executado e, 2020); (5) reinstalação das Esquadras Policiais de Tarrafal de São Nicolau, Ribeira Grande de Santiago e Brava (executado em 2019/2020); (6) adaptação do edifício destinado à Esquadra Especializada de Achada de São Filipe e a Delegação Norte da DGTR (em execução); (7) construção da Unidade Policial em Monte Sossego (em execução), reinstalação da Esquadra de Santa Cruz (executado) e construção da nova Esquadra de Santa Cruz (em fase de projeto).
- **Reforço do número de efetivos:** realização de três procedimentos concursais entre 2016 e 2019 com o ingresso de 360 agentes de 2ª classe; realizado XI curso dos agentes de 2ª classe da PN tendo em vista o ingresso de 132 agentes.

Implementação do Plano de Ação de Prevenção Criminal e de Combate à Violência e à Criminalidade (ações em realização).

Operações Especiais de Prevenção Criminal. Várias ações realizadas na Praia e em S. Vicente com resultados na apreensão de armas de fogo e munições e na detenção de centenas de indivíduos.

Revisão da Lei que estabelece o Regime Jurídico relativo às Armas e suas Munições (Diploma aprovado na Assembleia Nacional a 27 de janeiro de 2023).

Reforço da eficácia policial, com foco na prevenção criminal e através da otimização dos meios humanos e de mobilidade e os mecanismos de atuação policial. Em curso, reestruturação organizacional e reconfiguração do modelo de funcionamento das Esquadras de Piquete, Eugénio Lima, Trânsito e de Achada São Filipe (ASF), e alocação de novos espaços, na Cidade da Praia e em São Vicente; aguarda-se a aprovação do pacote legislativo que reforçará as competências da PN em matéria de fiscalização de horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais, de realização de eventos públicos, de fiscalização do ruído e de situações de venda não autorizada.

Consolidação da base de dados nacional de informação criminal, com o objetivo de agilizar o procedimento de identificação dos infratores e/ou indivíduos suspeitos do cometimento de crimes. No âmbito do projeto de reforço das competências da polícia técnica e científica, projeto com financiamento CEDEAO e executado pela Interpol/Civipol), prevê-se: **(i)** a extensão do sistema AFIS à PN, para efeitos recolha de impressões digitais de indivíduos suspeitos, sua identificação e cadastro e, mais ainda, para comparação de impressões e outros vestígios recolhidos na cena de crime; **(ii)** aquisição de equipamento para a polícia técnica e científica e, ainda, formação em matéria de preservação da cena do crime e recolha de vestígios.

Reforço da abordagem de prevenção e de segurança de proximidade. Em fase de elaboração, com suporte da ONUDC Plano de Prevenção e Segurança de Proximidade.

Aprovação e implementação do novo Regulamento do Curso de Formação Inicial de Agentes da 2ª Classe da Polícia Nacional. Diploma aprovado e publicado, Regulamento do Curso de Formação Inicial de Agentes da 2ª Classe da Polícia Nacional e Regulamento aplicado no XI curso dos agentes de 2º classe da PN aprovados.

Implementação do módulo de avaliação do nível de risco subjacente a cada queixa de Violência Baseada no Género (executado).

Melhoria da capacidade de investigação criminal

Implementação do Estatuto do Pessoal da PJ, com alteração da grelha salarial dos funcionários: executado.

Aumento de efetivos: foram recrutados 55 Inspetores, 22 seguranças e 11 técnicos, com impacto no reforço dos recursos humanos. Sete concursos estão em processo, incluindo o recrutamento de inspetores e seguranças, e previsão para o ano de 2024 de mais contratações.

Investimento para a implementação do Centro de Formação: PJ passou a dispor de instalações adequadas para realização das ações de formação inicial e contínua do seu pessoal.

Renovação do Parque Automóvel: foi reforçada a frota de viaturas da Polícia Judiciária com 41 novas viaturas.

Implementação do sistema AFIS. Permite a recolha e comparação de impressões digitais: exe-

cutado em Santa Catarina e na Boa Vista. Logo após a reativação do AFIS na Praia, será implementado nas restantes ilhas.

Implementação de aparelhos portáteis para efeitos de recolha de impressões digitais in loco e aquisição de aparelhos (signature PAD) para assinatura eletrónica no sistema SIIC: executado.

Reforço da capacidade do Laboratório da Polícia Científica da PJ (LPC) com investimentos em meios materiais e técnicos de perícias criminal (realização dos testes de DNA, lofoscopia, exames em armas, deteção de falsificações, recolha e identificação através de impressão digital ou eliminação de disfarces).

Inaugurado na sede da PJ o Centro de Coleta e de Registo de Dados Policiais, comum à Polícia Judiciária, à Polícia Nacional, à Direção Nacional das Receitas do Estado (Serviços Fiscais e Aduaneiros) e à Inspeção Geral das Atividades Económicas.

Instalação de novos serviços: Direção Central de Investigação Criminal, na Praia (executado em 2021); Unidade de Investigação Criminal de Assomada, Departamento de Investigação de Boa Vista, Serviço de Inspeção e Disciplina, e Gabinete de Recuperação de Ativos (executado); abertura da nova Instalação da PJ na Ilha do Sal (executado); abertura de Unidades de Investigação Criminal em Santa Cruz e em Santo Antão (previsto).

Reforço da cooperação internacional: reativação de cooperação policial com *La Guardia Civil Española*; recolha de vestígios genéticos, para envio ao INML de Coimbra para processamento, no âmbito do projeto de cooperação entre os Ministérios da Justiça de Cabo Verde e de Portugal; contactos com parceiros internacionais que podem assistir o LPC na formação em Técnicas de extração de cocaína a partir de folhas de coca até ao produto final; elaboração de um plano de ação específico para assistência ao LPC, não só na área da toxicologia como em diversas outras áreas; participação nos exercícios ICE (International Collaborative Exercises); realização de exames balísticos bem como de toxicologia, onde as demandas são maiores.

Reforço da formação dos investigadores criminais. Seminário internacional de fortalecimento do combate de contrabando marítimo de cocaína nas Caraíbas; *Oban Game Express*; exercícios de patrulhamento em águas nacionais; formação em gestão de locais de crime, *financial investigation for public corruption course*, e participação na Conferência Internacional sobre Ciber criminalidade.

Realização de cursos e ações de formação, designadamente em matéria de recolha de prova e preservação do local do crime e línguas estrangeiras viradas para a prevenção e o combate à grande e complexa criminalidade transnacional, especialmente o terrorismo e os grandes tráficos (ministradas várias formações a investigadores criminais em Abidjan, Alemanha, Portugal, Espanha, Gana, Colômbia, Senegal, França, Brasil, Etiópia, Egipto, Martinica, Serra Leoa, EUA, nomeadamente nas áreas de obtenção, análise e expressão de perfis genéticos).

Investimentos em informática, escutas telefónicas, vigilância e seguimento, em terra, mar e ar para reforço de meios materiais especializados de investigação criminal: executada a implementação de aparelhos portáteis para efeitos de recolha de impressões digitais in loco; aqui-

sição de aparelhos (signature PAD) para assinatura eletrónica no sistema SIIC; aquisição de 4 computadores de mesa e 1 portátil.

Prevenção e Combate à Lavagem de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo

Reestruturação e modernização organizacional e operacional da Unidade de Informação Financeira (UIF):

- Reforço dos recursos humanos – elaboração e aprovação do Estatuto do pessoal da UIF (em curso).
- Participação do pessoal da UIF em ações de capacitação e formação a nível nacional e internacional.
- Participação em seminários, conferências e plenárias promovidos pelo GIABA, Egmont Group, GAFI, Fórum das UIFs da CEDEAO, UNODC, OECD Africa Academy e outras organizações relevantes que abordam crimes de LC/FT e crimes relacionados.

Cabo Verde recebeu e coorganizou reuniões estatutárias do GIBA (39ª Plenária do GIABA e 26ª reunião do Comité Ministerial).

Aprovação da Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (ENCAVE) (executado). A ENCAVE é expressão do compromisso do país em fortalecer os mecanismos de prevenção e combate a esses crimes, em parceria com a ONUDC.

Elaboração e Organização da Avaliação Nacional do Risco do Turismo e Imobiliário em Cabo Verde (em curso)

Prevenção e persuasão à violência e criminalidade urbana

Aprovação e implementação de mecanismos de intervenção da PN para garantir a ordem pública quanto ao cumprimento da lei do álcool, da lei do ruído e outras intervenções prioritárias para assegurar a segurança e a tranquilidade dos cidadãos (processo de preparação de legislação em curso).

Reforço de medidas de prevenção e persuasão: (1) prevenção e proteção face à delinquência juvenil através de medidas dirigidas a crianças e adolescentes em situação de rua, medidas com impacto no abandono escolar e sucesso escolar, cuidados e responsabilidade parental; (2) proteção de crianças e adolescentes face a violência sexual de criança; (3) sensibilização para a problemática da VBG; (4) combate ao uso excessivo do álcool e ao consumo de drogas; (5) políticas de inclusão social e económica com impacto na redução das desigualdades e aumento de oportunidades; (6) mudança dos ambientes urbanos (várias ações realizadas em curso nos MFIDS, ME, MIOH).

Criação da Polícia Municipal: aprovação do regime, forma de criação, estatuto de pessoal, equipamentos e orgânica das polícias municipais e da respetiva legislação regulamentar (executado).

Apoio aos municípios na implementação da Polícia Municipal. Assinatura de protocolo tripartido entre CMS, MAI e MTT visando a operacionalização da PM na Ilha do Sal; assinatura de protocolo entre o MAI e a Universidade Lusófona, visando implementar a formação de agentes e oficiais da PM; prorrogação do prazo para a transição dos atuais guardas municipais para efetivos da PM; 1ª ação de formação conjunta, destinada às polícias municipais do Sal e de São Vicente em parceria com a Universidade Lusófona, Mindelo. O Município do Sal é o primeiro a operacionalizar o funcionamento da PM, no dia 11 de Novembro de 2023.

Melhorar a Segurança Rodoviária

Aprovação do Plano Nacional Estratégico de Segurança Rodoviária (Plano em fase final de elaboração).

Aprovação do Plano de Ação de Segurança Rodoviária no horizonte 2022 – 2024 (em fase final de elaboração).

Elaboração de Guia Municipal de promoção da mobilidade sustentável e prevenção dos riscos rodoviários (em fase final de elaboração).

Novas instalações da Direção Geral dos Transportes Rodoviários na Praia (inauguradas em Julho 2022; serão introduzidas melhorias dos espaços de atendimento em Assomada, São Vicente, Sal e Santo Antão).

Implementação do sistema de exame de carta de condução multimédia (em curso).

Implementação e fiscalização da implementação do Regime Jurídico do Parque de Veículos do Estado (diploma aprovado, DL 10/2023; elaborada Diretiva de fiscalização destinada à PN e DGTR; ações de fiscalização em curso).

Implementação de um sistema de fiscalização que evite a concorrência ilegal e elimine a prática de táxis clandestinas (em curso).

Incentivos para a melhoria do parque de táxis e de automóveis utilizados nos transportes coletivos de passageiros interurbanos (previstos no OE 2023).

Implementação de sistemas de melhoria da segurança nos serviços de táxis (em curso; redução substancial do número de ocorrências).

Reforço da segurança aeroportuária, portuária, fronteiriça e marítima

Criação do Instituto de Prevenção de Investigação de Acidentes Aéreos e Marítimos, uma medida inovadora que une a atenção preventiva e investigativa de segurança dos dois sectores reforçando assim a capacidade no sector marítimo com a disciplina sistémica do sector aeronáutico (executado).

Operacionalização do Fundo de Desenvolvimento e Segurança dos Transportes Marítimos

para financiar o sistema de segurança nos transportes marítimos (executado).

Reestruturação da AMP e criação do IMP – Instituto Marítimo Portuário como medida de reforma do sector visando maior foco e reforço na vertente de regulação técnica da autoridade marítima (executado).

Segurança documental: projeto de securização documental - Passaportes Eletrónicos (PEC), Cartão Nacional de Identificação (CNI)) - executado com sucesso.

Implementação da recolha de dados biométricos em todos os postos fronteiriços (executado): 1ª fase – Dezembro de 2020, com a instalação dos postos automatizados de fronteira (*egates*); 2ª fase – Setembro de 2022, com a instalação de equipamentos de recolha de dados biométricos em todos os postos de fronteira aérea do país.

Implementação da plataforma de análise de informação e de gestão de risco associado aos passageiros internacionais (em curso).

Implementação de mecanismos mais sofisticados de deteção da fraude documental (executado). Recebidos equipamentos de análise documental (leitores óticos, equipamentos de verificação de autenticidade documental, um estero microscópio e um vídeo comparador espectral), visando o reforço da capacidade de controlo documental fronteiriço, nos 4 aeroportos internacionais do país.

Centro Multinacional de Coordenação Marítima da Zona G (domínio marítimo comum constituído por todas as águas sob jurisdição de Cabo Verde, Guiné Bissau, Senegal, Gâmbia e Mali). Acordo de Sede assinado em 26 de outubro de 2022; em curso investimentos para o apetrechamento e operacionalização do Centro. Aprovado DL que declara instalado em Cabo Verde o Centro Multidimensional de Coordenação Marítima da Zona G e aprova o seu Estatuto e Quadro de Pessoal.

Reforma das Forças Armadas orientada para a segurança marítima e o papel da Guarda Costeira na fiscalização marítima, repressão de atividades ilícitas e criminosas no mar, operações de busca e salvamento e apoio à emergência médica (evacuações) e à proteção civil (dependente da finalização do Conceito Estratégico de Defesa em curso).

Aquisição de meios aéreos da Guarda Costeira (em curso): aquisição de uma aeronave adequada às missões de patrulhamento e fiscalização marítima, busca e salvamento e evacuação médica; assinado contrato de aquisição da aeronave King Air 360ER, em 29 de março de 2023.

Destacamento de GC e de meio naval estacionados em Brava para apoio a evacuações médicas (executado).

Elaboração e Orçamentação do Plano de Manutenção, Preservação e Conservação dos meios da GC a curto, médio e longo prazo, para garantir a sustentabilidade das operações e serviços prestados (prevista criação de mecanismo e instrumento adequados ao financiamento).

Criação da Autoridade Aeronáutica Militar (executado).

Celebração de acordos com especial incidência para a vigilância, fiscalização e defesa do espaço marítimo nacional, prevenção e reação militar face a ameaças à segurança cibernética, sanitária e ambiental e prevenção e reação militar contra eventuais ameaças ou agressões externas de grupos extremistas ou terroristas: em curso os trâmites para aprovação da proposta de texto da nova Adenda à convenção e financiamento entre Cabo Verde e o Luxemburgo; em fase de aprovação MoU entre o MDN e o Ministério da Defesa do Brasil para partilha de informação relativa ao panorama marítimo não classificado e de MoU sobre patrulhamento conjunto dos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição da República de Cabo Verde.

Acordos com EUA: celebrado Acordo de Parceria entre Cabo Verde e o Estado de *New Hampshire National Guard*; Memorando de Entendimento sobre a Cooperação em Matéria de Defesa; e Memorando de Entendimento de Cooperação para a Proteção e Segurança Preventiva à entrada de pessoas ligadas ao terrorismo, crime e outras situações de ameaça à segurança.

Participação nos programas de cooperação no sector da Defesa da CEDEAO, incluindo a Zona G, da CPLP, dos ZOPACAS (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul), do Centro do Atlântico e do Mecanismo das PMC – presenças marítimas coordenadas: em curso, seguimento às atividades e compromissos assumidos com a cooperação internacional no domínio da defesa, ao nível bilateral, e ao nível multilateral, participação nas reuniões destes organismos e nas reuniões de coordenação das atividades entre Cabo Verde e os vários países parceiros; realização de visitas, conferências, ações e exercícios de patrulhamento.

Cibersegurança

Cabo Verde aderiu em junho de 2018 à Convenção sobre Cibercrime conhecida também como Convenção de Budapeste e à Convenção 108 para Proteção de Dados Pessoais e à Convenção de Malabo, convenção de União Africana sobre Cibersegurança e Proteção de Dados Pessoais.

Participação no Glacy + do Conselho de Europa, programa de formação sobre cibercriminalidade dirigido a magistrados, advogados, PJ, técnicos de cibersegurança.

Criação do Núcleo Nacional de CiberSegurança (em 2019) que tem como propósito a implementação da Estratégia Nacional de Cibersegurança e a criação de um Centro Nacional de Cibersegurança.

Instalação do Núcleo Nacional de Cibersegurança e do Centro Nacional de Cibersegurança.

Reforçar as capacidades de prevenção, planeamento, monitorização e gestão da política de redução de riscos de desastres

Implementação da Estratégia Nacional de Redução de Riscos de Desastres.

Institucionalização do Sistema Nacional de Gestão de Riscos de Desastres (executado): criação do Fundo Nacional de Emergência; nomeação dos membros do Conselho Diretivo do Fundo Nacional de Emergência.

Instalação do Gabinete Especial, do Conselho Nacional e da Plataforma de Redução de Riscos de Desastres (em curso).

Aprovação e implementação do novo quadro orgânico e de funcionamento do Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros: aprovado e publicado Regime jurídico aplicável aos bombeiros cabo-verdianos; em elaboração, novo quadro orgânico e de funcionamento do Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros.

Instalação dos Centros de despacho e coordenação de emergências (em curso): instalação do Gabinete Regional de Operações de Proteção Civil Fogo/Brava; instalação de Posto Avançado da Proteção Civil na Cidade de Santa Maria.

Reforço dos instrumentos de avaliação detalhada de riscos urbanos (em curso): realização de Avaliação Detalhada de Riscos Urbanos - Ribeira Brava de São Nicolau, Praia, Cidade dos Mosteiros e Ilha da Brava.

Intensificação de mecanismos de colaboração conjunta no âmbito do sistema nacional de proteção civil: ações de formação e de reforço da articulação periodicamente realizadas.

Investimentos nos meios dos corpos de bombeiros e na formação dos agentes de proteção civil: Santo Antão: criação da Equipa de 1ª Intervenção no Planalto Leste; entrega de viatura de combate a incêndios; entrega de equipamentos e materiais de proteção, incluindo geradores, rádios de comunicação, tendas, televisores, mantas e outros equipamentos, para os três concelhos e ainda para o perímetro do Planalto Leste, executado; São Vicente: entrega de duas viaturas de combate a incêndios e de equipamentos ao Serviço Municipal de Proteção Civil, executado; Sal: entrega de uma viatura de combate a incêndios e de equipamentos ao Serviço de Proteção Civil, executado; Maio: criação da equipa de 1ª intervenção para prevenção e combate a incêndios no perímetro florestal de Calheta e Terras Salgadas; realização de ação de formação para 30 bombeiros na ilha do Maio e 20 pessoas que residem nas comunidades próximas do perímetro florestal de Calheta, executado; Santiago: criação da Equipa de 1ª Intervenção no perímetro florestal no Monte Tchota, em São Domingos; realização de formação para bombeiros municipais, guardas florestais, polícias florestais, elementos das Forças Armadas e da sociedade civil, limpeza do perímetro florestal no Monte Tchota; entrega de equipamentos de combate ao incêndio, nomeadamente extintores, abafadores materiais de limpeza à equipa de 1ª Intervenção no perímetro florestal no Monte Tchota; suporte logístico à ação de formação para 32 bombeiros voluntários afetos ao Serviço Municipal da Praia, executado; Fogo/Brava: entrega de uma viatura de combate a incêndio à Câmara Municipal de São Filipe; apoio à criação do corpo de bombeiros municipais em Santa Catarina do Fogo - realização de ação de formação para 20 elementos (9 módulos - 176 horas de formação); apoio à criação do corpo de bombeiros municipais nos Mosteiros - realização de ação de formação para 20 elementos (9 módulos - 176 horas de formação); apoio à criação do corpo de bombeiros municipais em São Filipe - realização de ação de formação para 20 elementos (9 módulos - 176 horas de formação).

Centro de Operações e Socorro do Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros (inaugurado).

Melhorar o quadro em que opera a Segurança Privada, enquanto atividade complementar e subsidiária da segurança pública

Aprovação do estatuto do vigilante de segurança privada (previsto para 2024).

Revisão da Lei que regula o exercício da atividade da segurança privada (previsto para 2024).

Reforço de fiscalização (em execução).

Modernizar as Forças Armadas

Revisão do conceito estratégico de defesa nacional (em fase final).

Elaboração da Lei de programação Militar (dependente da aprovação do novo conceito estratégico de DN).

Revisão do Código de Justiça Militar: revisão das disposições penais e processuais penais do atual código, harmonizando-as à Constituição da República e demais leis em vigor (em curso, aguarda a validação do ante-projeto).

Revisão da Lei do Serviço Militar Obrigatório (realizado Forum “refletir o SMO” a 4 de dezembro de 2022, no qual foram emanadas recomendações que estão a ser trabalhadas).

Revisão e Regulamentação do Serviço de Saúde Militar: alinhar e adequar o SSM com o Serviço Nacional de Saúde, com o objetivo de responder aos novos desafios adjacentes a este setor, nomeadamente, na análise da possibilidade prestação de prestação de serviço de evacuação médica de urgência (criada uma Comissão a nível das Forças Armadas para obter contribuições para a revisão).

Implementação do Serviço de Informação Militar. Realizadas algumas ações de formação na área da Ciberdefesa/Cibersegurança; está em curso a elaboração de um plano de formação, com base num levantamento das necessidades e lacunas identificadas neste sector, tendo em vista a revisão orgânica do quadro do pessoal de informação militar.

Revisão e adequação do Programa Soldado/Cidadão (em curso).

Reforço da base de instrução militar dos recrutas (previsto).

Promoção de uma cultura de defesa nacional e de valorização das Forças Armadas enquanto instituição republicana fundamental para a consolidação Estado de direito democrático cabo-verdiano (em realização regular).

Reestruturação e implementação do Plano Nacional de Proteção das Infraestruturas Críticas (previsto).

Criminalidade

Nacional	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
População Residente	524 833	531 239	537 661	544 081	550 483	559 857	491 233	491 233
Nr. Total Ocorrências	25 826	24 972	22 289	18 162	14 997	13 911	18 525	22 344
Nr. médio ocorrências p/ 1.000 habitantes	49,2	47,0	41,5	33,4	27,2	24,8	37,7	45,5
Nr. médio ocorrências p/ dia	70,8	68,4	61,1	49,8	41,1	38,1	50,8	61,2

Tipos de Crimes contra Pessoas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Total de ocorrências formalizadas junto da PN	13298	12316	10626	7866	7048	7007	7966	7 821
Homicídio	46	62	38	37	34	36	29	33
Ofensa Corporal	4 205	3 804	3 393	3 015	2 538	2 458	2 559	2 925
Ameaça	2 640	2 439	2 105	1 159	1 134	1 144	1 494	2 228
VBG	3 013	3 095	3 268	1 641	1 636	1 667	2 144	2 442
Agressão Sexual de Adultos (=>16 anos)	106	92	76	64	78	63	46	59
Agressão Sexual de Menores (>16 anos)	104	118	126	90	84	93	114	89
Maus tratos de menores	155	153	87	106	91	59	58	45

Tipos de Crimes contra Património	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Total ocorrências formalizadas junto PN	12 528	12 656	11 663	10 296	7 949	6 904	10 559	12 942
Furto	4 122	4 455	4 388	3 429	2 708	2 129	3 118	4 484
Roubo	5 472	5 427	4 823	4 887	3 908	3 364	5 441	6074

Investigação criminal

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Nr. buscas efetuadas pela PN	770	184	254	271	226	145	241	162
Nr. detenções fora de flagrante delito efetuadas pela PN em cumprimento mandado judicial	704	555	643	586	802	529	627	635
Quantidade armas e explosivos apreendidos pela PN:								
Nº armas de fogo apreendidas	265	795	411	470	500	637	487	664
Armas de fogo de fabrico artesanal (Boca Bedju)	128	561	189	235	272	401	320	478
Outras armas de fogo	137	234	222	235	228	236	167	186
Munições	8 754	3 537	2 441	3 185	5 246	8 724	3 064	8 998
Armas brancas	964	952	1 448	1 635	2 519	1 774	2 842	3 855



COMUNIDADES EMIGRADAS

Dar centralidade às comunidades emigradas

As comunidades emigradas que se constituíram em mais de um século, amplificaram o conceito de nação cabo-verdiana, que ultrapassa em muito as fronteiras físicas e a população residente no País, para se projetar através da nossa diáspora na Europa, nas Américas e na África.

Contribui para a notoriedade e a afirmação de Cabo Verde no mundo e para a economia do país. Uma diáspora diversificada que integra a primeira, a segunda e a terceira geração unidas pela cultura; uma diáspora de trabalhadores que contribuem para os países onde residem; uma diáspora de sucesso que orgulha Cabo Verde na cultura, no desporto, na política, na academia, na ciência e na investigação, nos negócios, tanto são os casos.

Integração das comunidades emigradas

No Programa do Governo assumimos desenvolver uma diplomacia dirigida às comunidades cabo-verdianas emigradas, nos planos sociais, de integração e de desenvolvimento, como parte integrante da nação.

Desde 2017, o governo português tomou um conjunto de medidas abrangentes para os estrangeiros e com impacto positivo para as comunidades cabo-verdianas: (1) o regime jurídico dos estrangeiros que proibiu a expulsão de estrangeiros nascidos em PT e residentes em PT; (2) várias alterações à lei da nacionalidade e de autorização de residência; (3) mudança substancial na atribuição de vistos para os estudantes com **a dispensa da prova de meios de subsistência, quando admitido em instituição de ensino superior.**

Trata-se de um quadro institucional mais favorável à integração das nossas comunidades em Portugal.

A diplomacia dirigida às comunidades permitiu a regularização de milhares de cabo-verdianos em STP e em Angola, a colocação pela primeira vez de um embaixador de Cabo Verde em STP e vai permitir, no mês de Janeiro, a abertura e o funcionamento da primeira embaixada de Cabo Verde na Guiné Bissau para servir mais de 40.000 cabo-verdianos e descendentes.

Foi criado o Centro Cultural de Cabo Verde em Portugal, que tem estado muito ativo promovendo ações culturais e criando um espaço de partilha no seio da nossa comunidade

Prestação de Serviços consulares

Foi criado o Consulado-geral de Cabo Verde em Nice, que está a servir mais de 30.000 mil cabo-verdianos residentes no Sul de França, na Suíça, no Norte de Espanha e no Norte de Itália.

Com a alteração do Estatuto da Carreira Diplomática passa ser possível criação de adidos culturais e económicos.

O atendimento nas Embaixadas e nos Consulados-Gerais foi melhorado de forma significativa, garantindo a todos por igual o acesso ao serviço consular, rapidez no atendimento e qualidade no serviço solicitado.

Foi concebido e implementado um Projeto de Transformação Digital para a Diáspora, em linha com a Modernização geral da Administração Pública.

O tempo máximo de espera para um passaporte que em 2017 era de 7 a 8 meses, passou para 15 dias, sendo a média geral de 7 dias úteis em Portugal e 10 dias úteis noutros países.

O tempo médio de espera no Consulado em Lisboa é de 30 minutos e o tempo médio de atendimento é 6,15 minutos. Em 2017, o tempo médio de espera era superior a 4 horas e o tempo médio de atendimento superior a 30 minutos.

Foi criado o Portal Consular que disponibiliza uma grande maioria de serviços mais requeridos pela diáspora, em formato on line: **(1)** renovação dos passaportes eletrónicos; **(2)** certidões multilingue; **(3)** autenticação e renovação de cartas de condução; **(4)** certificados de registo criminal na hora; **(5)** documentos Eletrónicos com QRCode e Assinatura Digital, o que significa que os documentos, nomeadamente procurações, declarações e certificados, já não precisam de ser enviados por correio e podem ser utilizados na hora; **(6)** pedidos de documentos on line, atendimento por videoconferência e verificação de identidade à distância com tecnologia 3D; **(7)** transcrições de registo no próprio dia; **(8)** marcações on line; **(9)** pagamentos on line; e **(10)** entrega de documentos ao domicílio.

Estas medidas de modernização são importantes na vida dos cidadãos cabo-verdianos na diáspora, suas famílias e descendentes, aproxima-os de Cabo Verde e dignifica-os na relação com a administração cabo-verdiana.

Solidariedade com as comunidades emigradas

Foi aumentado para o dobro, a pensão social aos emigrantes cabo-verdianos idosos, em situação de extrema pobreza, em São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Senegal.

Bolsas de estudos, ações de formação profissional e de apoio ao empreendedorismo dirigidos a jovens cabo-verdianos (descendentes) em STP têm sido desenvolvidos.

Deportações e prevenção

Foi negociado com êxito, em 2017, um memorando de entendimento com os Estados Unidos da América relativo a deportação de cabo-verdianos salvaguardando os seus direitos.

Consultas político-diplomáticas têm sido desenvolvidas com os países amigos na União Europeia para uma mais eficaz e eficiente gestão da problemática da deportação de cabo-verdianos em situação de conflito com a lei desses países.

Têm sido desenvolvidas iniciativas de prevenção com projetos e ações para uma melhor integração dos nossos jovens nos países de acolhimento, bem como através de programas de reinserção social dos repatriados através da reintegração no seio da família, da formação profissio-

nal, do acompanhamento psicológico e da ajuda na obtenção de emprego.

Investimento da Diáspora

Estatuto do Investidor Emigrante, avança em bom ritmo a criação de condições para a sua implementação: definição do fluxo e do formulário do processo de aprovação de projetos e do Modelo do Certificado do Investidor Emigrante. Está em curso, no NOSI, a criação da plataforma de tramitação necessária à submissão e atribuição do Estatuto de Investidor Emigrante.

Novo Modelo de Gestão das Pequenas Encomendas foi implementado e a regulação da emissão de faturas dos transitários. Permite desembaraço aduaneiro simplificado: importações das mercadorias por volumes, contendo géneros alimentícios e outros artigos para uso pessoal para fins não comerciais ficam sujeitas à uma taxa de 3.000\$00 (anteriormente 4.000\$).

As importações de mercadorias enquadradas no Regime Simplificado (Pequenas Encomendas) registaram um aumento de 17.1%, passando de 26.872 volumes em março de 2022 (período sem o novo regime), para 31.467 volumes no período homologado de 2023 (já com o novo regime).

Regime de franquias aduaneiras foi implementado para as importações das mercadorias contendo géneros alimentícios e outros artigos para uso pessoal quando destinados a membros de agregado familiar inscritos no Cadastro Social Único e classificados nos grupos 1, 2 ou 3.

Regime e taxas e impostos aduaneiros sobre importação de viaturas foi implementado para Emigrantes quando regressam em definitivo para Cabo Verde. Está isenta de Direitos Aduaneiros. Está também isenta da Taxa de ICE de 100 contos.

Reabertura de serviço de Alfândegas em Assomada, Santa Catarina com impacto positivo sobre o comércio e as remessas dos emigrantes

Realização das “Gala Cabo Verde Sucesso”, que é o reconhecimento do papel fundamental da Diáspora Cabo-Verdiana através de um evento de confraternização com os membros da comunidade e de homenagear os que na comunidade se destacam. Tem ainda como objetivo atrair capacidades e competências da diáspora para intervir no país.

A primeira edição foi realizada em 2017 nos Estados Unidos da América; a segunda em 2018 em Portugal e a terceira em 2019 no Senegal.



RELAÇÕES EXTERNAS

Posicionar Cabo Verde como um país relevante no concerto das nações pela sua democracia, estabilidade, boa governança, abertura cultural e liberdade económica e pela confiança nas relações com os parceiros de desenvolvimento e com os investidores.

Reforçar parcerias para o desenvolvimento em áreas prioritárias orientadas para a resiliência e transformações estruturais do país.

Reforçar a contribuição para o Multilateralismo.

Dinamizar a diplomacia económica.

Prestar serviços consulares de qualidade às comunidades emigradas.

Relações com a União Europeia

Em 2017, três novos pilares na parceria especial com UE foram integrados: (1) Investimento, Crescimento e Emprego; (2) Governança Marítima e Oceanos e; (3) Reformas Institucionais. O Governo solicitou (em outubro de 2023) a inclusão de mais um pilar relacionado com a Transformação Digital e a explicitação da Segurança Marítima e da Cibersegurança como prioridades.

O Plano de Ação para a Segurança e a Estabilidade tem permitido desenvolver ações com apreciação positiva a nível da segurança marítima, particularmente na luta contra o tráfico de droga e contra a pesca ilegal na África Ocidental e na implementação da Estratégia da UE para o Golfo da Guiné. O combate ao cibercrime passou a ser um domínio importante da cooperação para a segurança com a adoção de legislação nacional convergente com o direito internacional, como a Convenção de Budapeste sobre a Cibercriminalidade.

Foi melhorado o Acordo para a Mobilidade com a simplificação das regras relativas a vistos (redução da taxa de visto, possibilidade de obter um visto de entradas múltiplas com um período de validade mais longo e simplificação da lista de documentos comprovativos para a obtenção de vistos).

O novo Acordo de Pesca, assinado em 2019, aumentou os benefícios ao país através de promoção de pesca responsável e sustentável com medidas de prevenção de sobrepesca; cooperação científica; apoio na melhoria da fiscalização dos navios de pesca (equipamentos técnicos); apoio ao desenvolvimento da pesca em Cabo Verde; aumento da transferência monetária (a contrapartida financeira anual foi aumentada de 500 mil euros para 750 mil euros/ano).

Garantir a elegibilidade de Cabo Verde ao novo Regime preferencial (SGP+) por forma a garantir exportação para a UE em regime preferencial e negociar Acordo bilateral de Parceria Económica, são prioridades prementes.

Implementação do Programa Indicativo Plurianual 2021/2027 (em curso).

Um pacote de 246 milhões de euros da Global Gateway está previsto para investimentos em (1) Energia (Pumped Storage, fecho do anel da rede de alta tensão em Santiago, expansão da produção de energia eólica); (2) Economia Azul (segunda fase de expansão dos portos do Maio e Palmeiras, expansão do porto Grande de Mindelo para operações de transhipment e terminal de pescas, expansão da indústria pesqueira, expansão do porto de Porto Novo para operações de cruzeiros, reabilitação e modernização da CABNAVE e; (3) Economia Digital (conectividade inter-ilhas via cabo submarino de fibra ótica).

A nível bilateral Portugal, Luxemburgo e Espanha. Papel de destaque para Portugal nos programas estratégicos de cooperação, financiamento climático, emissão de turistas e investimento direto estrangeiro para Cabo Verde; Luxemburgo nos programas indicativos de cooperação em áreas estratégicas como a formação profissional e a transição energética; e Espanha no investimento direto estrangeiro para Cabo Verde e principal mercado de exportação de produtos cabo-verdianos.

Relações com o Sistema das Nações Unidas

O Sistema das Nações Unidas contribuiu muito positivamente para o processo de desenvolvimento de Cabo Verde, nomeadamente através do seu forte engajamento com os ODS e a Agenda 2030 e da ação junto dos parceiros multilaterais e bilaterais para o financiamento do PEDS.

Destaque para a mobilização de financiamentos para programas de desenvolvimento, para a inclusão de Cabo Verde como país piloto do INFF (Quadro de Financiamento Nacional Integrado) do qual se espera maiores benefícios para o financiamento do Programa do UNSDCF 2023 – 2027 e para a integração no Painel de Alto Nível sobre o Índice de Vulnerabilidade Multidimensional (MVI- *Multidimensional Vulnerability Index*) que considera as vulnerabilidades dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS).

Implementação do Novo Quadro de Cooperação 2023-2027 (em curso).

Cabo Verde destacou-se na apresentação da Revisão Periódica Universal junto às Nações Unidas, em Geneve, graças aos esforços do Governo em colocar na agenda e tomar medidas para o reforço dos direitos humanos no país. O Governo irá apresentar candidatura para o Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas para o período 2025/2027.

Relações com a União Africana, com a CEDEAO e países africanos

Criação e abertura da Embaixada de Cabo Verde junto a UA, em Adis Abeba-Etiópia (em curso).

Assinatura e ratificação de instrumentos estratégicos para África e para Cabo Verde: Acordo de Livre Comércio Continental Africano e Mercado Único de Transportes aéreos Africanos.

Criação e abertura da Embaixada de Cabo Verde junto da CEDEAO em Abuja, com Embaixador residente (executado).

Representação em órgãos e instituições da CEDEAO: Cabo Verde dispõe de um Comissário na Comissão da CEDEAO, um juiz no Tribunal de Justiça da CEDEAO, um Administrador para o BIDC – Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO e um Representante Permanente da CEDEAO em Mali.

Um estudo para Atendimento das Especificidades de Cabo Verde nas instâncias da CEDEAO enquanto pequeno Estado Insular, ao abrigo do artigo 68 do Tratado de Abuja revisto, foi realizado e socializado.

Em curso, a resolução da dívida acumulada por Cabo Verde perante a CEDEAO e negociações com a própria CEDEAO no quadro das especificidades do país.

Criação da embaixada de Cabo Verde em Guiné Bissau.

Nomeação pela primeira vez de embaixador em São Tomé e Príncipe.

Criação e abertura de embaixada em Rabat e um consulado em Dakhla, elevando as relações com o Reino de Marrocos.

Isenção de vistos de cidadãos cabo-verdianos para Angola através de acordo celebrado com o

Governo de Angola (executado).

Celebração de Acordo entre os Governos de Cabo Verde e Angola sobre Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos (assinado em 14/3/2022).

Acordo de Cooperação no Setor de Turismo entre os Governos de Cabo Verde e Guiné Equatorial (assinado no dia 21/6/2021).

Protocolo de Cooperação entre os Governos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe em Matéria de Educação (assinado no dia 22/3/2022). Reforço da disponibilização de bolsas para formação profissional e para o ensino superior.

Relações com a CPLP

Cabo Verde tem tido um papel ativo na CPLP com a perspectiva de desenvolvimento da Comunidade como espaço de valores partilhados da liberdade, do respeito pelos direitos humanos, do primado da lei e da coesão social; potencialização do valor económico da língua portuguesa numa perspetiva estratégica; mobilidade e circulação dos cidadãos entre os países da CPLP; mobilidade da cultura; e uma agenda para o comércio, o investimento, o conhecimento e a tecnologia.

Cabo Verde assumiu a presidência rotativa/*pro tempore* da CPLP na cimeira do Sal (julho 2018), sob o lema «As Pessoas, a Cultura e os Oceanos», com enfoque na problemática da mobilidade no espaço CPLP.

Foi unânime o reconhecimento do trabalho positivo realizado por Cabo Verde durante o biénio que culminou com a assinatura do Acordo de Mobilidade no âmbito da CPLP em que Cabo Verde já ratificou.

Para a concretização do Acordo de Mobilidade, foi aprovada uma proposta de Lei que altera o regime jurídico de entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros do território cabo-verdiano, para incorporar as disposições normativas do Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da CPLP.

Cabo Verde disponível para propor Convergência Normativa para o Ambiente de Negócios na CPLP (proteção de investimentos, dupla tributação, arbitragens, transparência fiscal, segurança jurídica das operações de investimentos, de comércio e financeiras).

Papel de Cabo Verde como SIDS

Cabo Verde tem dado o seu contributo para o reconhecimento das especificidades territoriais, demográficas e económicas dos países que integram os SIDS, nomeadamente as suas vulnerabilidades estruturais ambientais, climáticas e económicas e forte exposição a choques externos.

Cabo Verde integra o Painel de Alto Nível sobre o Índice de Vulnerabilidade Multidimensional, importante instrumento para os SIDS em matéria de financiamento do desenvolvimento.

Em curso a elaboração de uma Estratégia Nacional SIDS. O objetivo é atribuir atenção particular à problemática de país insular, em estreita parceria com o Sistema das Nações Unidas e o Grupo dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, mediante a institucionalização de um Fórum Económico e Social.

Relações com os EUA

Cabo Verde tem relações seculares com os Estados Unidos da América, onde reside a maior comunidade cabo-verdiana da diáspora.

Diversas ações foram desenvolvidas no quadro das relações de cooperação e do diálogo político-diplomático:

- Reforço da cooperação nos domínios da defesa e da segurança: **(1)** SOFA (Status of Forces Agreement), assinado em setembro de 2017; **(2)** Acordo de Parceria entre Cabo Verde e o Estado de *New Hampshire National Guard*. Memorando de Entendimento sobre a Cooperação em Matéria de Defesa; **(3)** Memorando de Entendimento de Cooperação para a Proteção e Segurança Preventiva à entrada de pessoas ligadas ao terrorismo, crime e outras situações de ameaça à segurança.
- III Diálogo de Parceria Bilateral entre os dois países que teve lugar em março de 2021, onde as Partes acordaram focalizar a cooperação em quatro segmentos: **(1)** Crescimento Económico e Prosperidade; **(2)** Educação e Parcerias universitárias; **(3)** Defesa e Segurança; **(4)** Partilha de Informações e Segurança nas Fronteiras.
- Assinatura do Acordo FATCA (*Foreign Account Tax Compliance Act*) em março de 2021, para reforçar o cumprimento fiscal e combater a evasão fiscal.
- Em curso, ações com vista ao regresso do Corpo da Paz a Cabo Verde.
- Importante decisão do governo Americano de construir novas instalações da embaixada dos EUA na Cidade da Praia.
- Parcerias universitárias com a *Bridgewater State University* e *Bridgewater State College* que devem ser estendidas a outras instituições universitárias americanas.
- Elaboração da Estratégia Nacional de Exportação para os EUA no âmbito do AGOA (previsto).

Relações com a China

Cabo Verde tem relações antigas com a República Popular da China assentes na estabilidade, na previsibilidade e no respeito pelo princípio de *uma só China*.

A cooperação para o desenvolvimento com a China tem sido dinâmica, tendo como ponto alto a construção e a inauguração do Campus Universitário da UNICV em Palmarejo.

Arrancou em Dezembro de 2023 a construção da nova maternidade e pediatria do Hospital Batista de Sousa em S. Vicente.

Cooperação será reforçada com destaque para a Educação, a Saúde e Infraestruturas, bem como a constância do diálogo-político-diplomático, quer no plano bilateral quer no multilateral, designadamente no âmbito da FOCAC.

Assegurar a contribuição dos parceiros para o Fundo Climático e Ambiental

Concretizar Acordo com Portugal para a transformação da dívida em financiamento climático e ambiental.

Conseguir contribuição de outros parceiros (dívida ou donativos).

Diplomacia económica

Foi duplicado o número de países com os quais Cabo Verde assinou acordos económicos (Acordo de Proteção de Investimentos e Acordos para evitar a dupla tributação).

Acordos para evitar a Dupla Tributação e Evasão Fiscal com Angola, Espanha, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe, Portugal, Senegal, Região Administrativa Especial de Macau e Maurícias. Luxemburgo (negociado e rubricado), Marrocos (negociado); Emirados Árabes Unidos (para a negociação e assinatura), Singapura (negociado e rubricado em 2018).

Acordos de promoção e proteção de investimentos assinados com Alemanha, Angola, Costa do Marfim, Cuba, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Hungria, Macau, Maurícias, Portugal, São Tomé e Príncipe, Senegal. Iniciadas negociações com Espanha, Emirados Árabes Unidos, Turquia, República Checa e Brasil.

Cabo Verde está alinhado com as melhores práticas a nível internacional em matéria de transparência fiscal com a adesão à Convenção relativa à Assistência Administrativa Mútua em Matéria Fiscal (OCDE), o que resultou na retirada de Cabo Verde da lista negra da UE de países não cooperantes em matéria fiscal; assinatura do Acordo FATCA (*Foreign Account Tax Compliance Act*) em Março de 2021 para reforçar o cumprimento fiscal e combater a evasão fiscal em relação a rendimentos ou outros ganhos de investimentos efetuados fora dos EUA.

Melhoria de condições da Carreira Diplomática

Várias medidas foram tomadas para a melhoria de condições da Carreira Diplomática:

- **Regularização de pendências de promoção** encontradas em 2016. Desbloqueio das promoções e progressões dos funcionários da Carreira Diplomática, valorizando e dignificando a classe, contribuindo para a sua autoestima e, complementarmente, para a melhoria da situação remuneratória dos diplomatas.

- **Reforço da mobilidade cíclica dos diplomatas**, contribuindo para uma gradual estabilização da gestão dos recursos humanos da instituição.
- **Recrutamento de novos diplomatas** e funcionários do quadro técnico e administrativo.
- **Revisão do Estatuto dos Diplomatas** com valorização e aumento da atratividade da carreira; reforço das medidas visando a segurança pessoal do funcionário e do seu agregado familiar; medidas de reforço da especialização e consequentemente, da qualidade técnica de determinadas vertentes da prestação da diplomacia nacional; introdução de limitação do número de embaixadores não de carreira diplomática.
- **Criação e institucionalização do Dia da Diplomacia Cabo-verdiana.**

Desenvolvimento institucional

Estão previstos:

- Elaboração da Estratégia Nacional de Política Externa (em curso).
- Elaboração da Lei de Bases do Sistema Nacional de Política Externa (em curso).
- Criação de uma Estrutura Nacional de Coordenação e articulação da Diplomacia Económica.
- Elaboração de um mecanismo para o reforço do sistema nacional de mobilização de recursos externos.
- Continuidade das ações para assinatura de acordos económicos bilaterais, de acordos de isenção de vistos, de acordos aéreos, segurança social e de reconhecimento de cartas de condução com os países parceiros de CV e de acolhimento das nossas comunidades.
- Instalação do Instituto Diplomático, como plataforma de produção de estudos e literatura em matéria de política externa (em curso).
- Redimensionamento da Rede Diplomática e Consular (em fase de apreciação interna no MNECIR).
- Aprovação do Regulamento Consular (em curso).
- Implementação da 2ª fase do Projeto Transformação Digital das Embaixadas (em curso).
- Implementação do Sistema de Informação e Comunicação.
- Instalação do Observatório sobre as Migrações.



BOA GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA

Cabo Verde com boa prestação nos rankings internacionais:

- **Liberdades Civil e Política: 1º da Região Africana** – Freedom Index, 2023.
- **Democracia e Cidadania: 3º da Região Africana** – Democracy Index, 2022.
- **Transparência e Corrupção: 2º da Região Africana** - Transparency International Corruption Index, 2023.
- **Liberdade Económica: 2º da Região Africana** – Economic Freedom Index, 2023.
- **Qualidade de Vida: 2º da Região Africana** – Social Progress Index – SPI.
- **Desenvolvimento Sustentado Global: 3º melhor País de África** – SDG Index
- **Governança:** Cabo Verde tem um Score de relevância ESG (RS) de '5[+]' tanto para a Estabilidade Política e Direitos como para o Estado de Direito, Qualidade Regulatória Institucional e Controlo da Corrupção – WBGI, 2023.
- **Boa Governação: 4º da Região Africana** – Mo Ibrahim Index, 2021.
- **Cabo Verde lidera o ranking de Governança Pública na África Subsariana** – Avaliação Política e Institucional (CPIA) Banco Mundial.

Aperfeiçoar e modernizar o sistema eleitoral

Dando cumprimento ao disposto no Programa do Governo, o Conselho de Ministros aprovou uma proposta de Lei de revisão do Código Eleitoral e submeteu-a ao Parlamento.

A revisão do Código Eleitoral visa:

- **A transformação digital dos processos do recenseamento eleitoral** concebida para ser operacionalizada a partir da plataforma informática do SNIAC, com interoperabilidade com o Sistema de Informação Eleitoral (SIE). Permitirá o recenseamento eleitoral automático e a realização de votações eletrónicas presenciais e remotas. O SIE criado com a revisão do Código Eleitoral, será dotado de um forte sistema de auditorias: auditorias obrigatórias prévias e concomitantes, quer no processo de sua conceção, seu desenvolvimento e sua implementação, quer para efeitos de entrada em funcionamento, quer, ainda, antes e durante o processo de votação eletrónica.
- **Aumento do número de mulheres nos cargos eletivos do poder político** com a adoção, para além da paridade das listas, da atribuição de uma subvenção às candidaturas que conseguirem eleger nas suas listas 50% de candidatos do sexo feminino.
- **Revisão do financiamento das campanhas eleitorais e maior rigor ao processo de fiscalização das contas eleitorais**, com a competência para a sua fiscalização transferida para o Tribunal de Contas.
- **Revisão do capítulo dos crimes eleitorais** com uma nova ponderação das penas, agra-

vando a punição de comportamentos que sempre foram considerados desviantes, mas também, criando novos tipos penais, como é o caso da contabilidade paralela ou o caso do desvio eletrónico do voto. Crimes eleitorais serão considerados crimes de investigação prioritária e de natureza urgente.

Garantir a independência, a objetividade e o pluralismo da comunicação social

Um conjunto de reformas foram realizadas:

- **Novo Estatuto da RTC que cria o Conselho Independente**, órgão de supervisão e fiscalização interna para fiscalizar o cumprimento do serviço público de rádio e televisão com vista a garantir a independência, o pluralismo de expressão, o confronto de correntes de opinião e o respeito pelos direitos e as liberdades e garantias fundamentais. O Conselho Independente escolhe os membros do Conselho de Administração da RTC.
- **Separação jurídica e financeira entre a Agência Cabo-verdiana de Notícias (Inforpress) e a empresa de rádio e televisão (RTC)** realizada através do Decreto lei nº 38/2016.
- **Revisto o Estatuto da Autoridade Reguladora para a Comunicação Social (ARC)**, permitindo que a ARC tenha condições de exercer cabalmente as suas atribuições. A lei que regula o registo das empresas e dos órgãos de comunicação social, foi alterada, passando esta a ser uma responsabilidade da Autoridade Reguladora para a comunicação Social, ARC.
- **Criada a Academia da RTC**, que no quadro de uma rede de parceria com instituições de formação profissional e universitária, faculta qualificação de jornalistas e outros profissionais da comunicação social.
- **Um novo regime de incentivos à comunicação social** foi aprovado e instituído, passando a incluir os órgãos digitais e as rádios comunitárias. Os órgãos privados de comunicação social beneficiam de apoios no quadro da Lei de Incentivos de 2017, em cerca de 15 mil contos/ano, atribuídos à imprensa escrita, rádios de dimensão nacional, regional e comunitária. Esses órgãos beneficiam igualmente de incentivos no quadro da Lei de benefícios fiscais, estando isentos de direitos aduaneiros a importação de diversos bens destinados exclusivamente ao apetrechamento das suas instalações ou ao serviço de reportagem.
- **Criada e instalada a Cabo Verde Broadcast (CVB) para dar continuidade ao projeto de implementação da Televisão Digital Terrestre (TDT)**, visando a transição da TV analógica para digital terrestre. Em 2021, foi concluído, com uma taxa de cobertura de 98% (2022), iniciando-se o desligamento do sinal analógico no arquipélago, permitindo maior qualidade e abrangência de todos os canais cabo-verdianos, a nível nacional, todos os cabo-verdianos, de Santo Antão à Brava, num investimento de cerca de 1,3 milhões de contos.

- **Reforço da info inclusão**, com um novo regime de financiamento do serviço público de rádio e televisão e de cobrança da contribuição audiovisual, que estabelece um regime de cariz social mantendo a isenção aos consumidores de energia elétrica com um consumo mensal de até 40 whats e uma redução de 20% para o consumo de energia elétrica entre 40 a 60 KWh e a massificação da implementação da TDT.
- **Incentivos ao uso da TDT** que permitiu o aparecimento de novos canais de televisão em sinal digital aberto.
- **Produção e emissão de conteúdos de alta definição HD (Full HD) na TCV**, com um investimento de 110 mil contos.
- **Lançamento da RTC mobile e RTC Web TV** (novembro 2018), como forma de garantir uma melhor qualidade nas transmissões *live streaming* e no acesso aos conteúdos.
- **Contratação via concurso publico de pessoal para Maio, São Nicolau, Santo Antão e Boa-vista**, passando a TCV a estar presente em todas as ilhas de Cabo Verde.
- **Implementação do projeto de remodelação do estúdio de Informação e da construção técnica** da RCV.
- **Modernização tecnológica e alargamento da cobertura territorial da Inforpress**, com a abertura de mais oito delegações.
- **Assinatura do primeiro Contrato de Prestação do Serviço Noticioso e Informativo** com a Inforpress visando o crescimento e a modernização da agência com consequente aumento da subvenção: em 2015, a Inforpress recebia uma contrapartida financeira anual do Estado de 35 mil contos; em 2022/23 recebe 60 mil contos; e em 2024 receberá 72 mil contos. Além disso, o contrato também prevê que o Estado injetará aproximadamente 9 mil contos em investimentos na agência, ao longo de três anos, com base nos planos de atividades e propostas de investimento apresentados anualmente. O contrato de Prestação do Serviço Noticioso e Informativo formaliza o compromisso entre a Inforpress e o Estado, proporcionando a plena implementação do próximo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS).
- **Celebração de protocolo o Governo e a Agência Lusa** permitindo a realização de estágios curriculares de alunos de curso de Comunicação Social nas Universidades ou Estabelecimentos de ensino equiparados de Cabo Verde, em Portugal; capacitar as Rádios Comunitárias e aumentar as suas competências, assim como na Formação contínua de profissionais de comunicação social e participação em seminários e conferências internacionais.
- **Adesão á Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa (AI-CEP).**
- **Contrato de concessão de serviço público com a RTC** (previsto).

O Governo tem em curso um ambicioso Programa de Ação para a Comunicação Social, que irá contribuir de forma sustentada para o ambiente em que laboram os órgãos da imprensa escrita, rádios, televisões, através, nomeadamente:

- Revisão do quadro de incentivos à imprensa privada.
- Lei da publicidade institucional e código da publicidade.
- Serviço de transporte e difusão de conteúdos.
- Fomento de produção independente de programas audiovisuais.
- Política de acesso a internet em banda larga.
- Regime fiscal.
- Linhas de crédito de apoio ao investimento em transformação digital.
- Ofertas regulares de formação, capacitação e condições de interação com as melhores práticas internacionais.

Reforço da transparência na Administração Pública

Transparência da Administração Pública:

- **SIRS - Sistema de Informação de Recrutamento e Seleção.** Suporta a tramitação digital dos processos de recrutamento e seleção, desde da apresentação das candidaturas, até a homologação do relatório final, e que vai permitir às entidades promotoras, candidatos e serviço central de supervisão, acompanhar e executar todas as etapas do procedimento concursal.
- **SIGD- Sistema de Informação de Gestão de Desempenho.** Suporta a tramitação digital dos processos de gestão de desempenho, nomeadamente a avaliação do desempenho, desde o preenchimento das fichas de avaliação de desempenho até a avaliação final.
- **SIPS- Sistema de Informação de Proteção Social.** Suporta a tramitação digital dos processos de aposentação, pedido de pensão de sobrevivência e subsídio por morte e que vai permitir ao cidadão fazer o seguimento do seu processo através de um código.
- **Plataforma E-Participa** implementada e disponível na vertente web e mobile. Permite e promove a participação dos cidadãos junto às instituições que prestam serviços públicos, podendo estes fazerem elogios, recomendações, denúncias e pedidos de esclarecimento disponível.
- **Aprovação da Lei de Acesso e Reutilização de Documentos Administrativos** que regula o acesso e a reutilização de documentos administrativos e à informação administrativa relativos a atividades desenvolvidas pelos órgãos e entidades públicas.

-
- **Aprovação do Plano Ação Nacional de Governança Aberta de Cabo Verde** para o horizonte 2023 – 2025 (executado).
 - **Criação do Portal da Transparência** (em curso).

Transparência fiscal e financeira:

- **Novo Estatuto do Tribunal de Contas** que passou a permitir a fiscalização de entidades privadas que utilizam o dinheiro público, nomeadamente associações e ONG's, o acesso direto ao SIGOF por parte dos juizes do TC, o controlo concomitante e a realização de auditorias por iniciativa do TC.
- **Novo Estatuto da IGF** que impõe a publicação dos relatórios de auditoria e inspeção e envio com caráter obrigatório à PGR de atos de corrupção ou ilegalidades graves, retratados nos relatórios.
- **Criação Portal do Ministério das Finanças** que permite a qualquer cidadão ter acesso a documentos de prestação de contas orçamentais e informações sobre concursos públicos.
- **Institucionalização da Plataforma Eletrónica de Contratação Pública (e-compras)** visando a transparência, celeridade e eficiência nos processos de contratação pública.
- **Em curso, a criação do Portal da Transparência** com assistência técnica do FMI.
- **Uma metodologia programática que prioriza a afetação dos recursos públicos para a realização das prioridades do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável foi adotada**, orientando as despesas públicas para a entrega de bens e serviços à sociedade e à economia. Esta nova abordagem favorece a capacidade de resposta, a confiabilidade dos serviços públicos, a satisfação do cidadão e das empresas, bem assim a transparência.
- **Institucionalização de mecanismos para gestão mais transparente dos fundos do ambiente e do turismo.** Passaram a ser geridos por órgãos colegiais. Passou a ser obrigatória a aprovação de Diretivas de Investimentos Turísticos (DIT e DIA), publicadas em Boletim Oficial, contendo a programação plurianual da repartição dos fundos para cada município e a respetiva lista de projetos por município e por departamento governamental.
- **Melhoria significativa da transparência e da eficiência na gestão das obras públicas** com a criação da ICV – Infraestruturas de Cabo Verde, com natureza empresarial, sujeita a auditorias e inspeções, a institucionalização de Ato Público Online, a realização regular de inspeções e auditorias pela ARAP e pela IGF e a existência de uma instância administrativa de Recurso, a Comissão de Resolução de Conflitos (CRC) da ARAP.
- **Criação do Conselho de Prevenção da Corrupção** com a missão a deteção e prevenção dos riscos de corrupção
- **Criação do Conselho das Finanças Públicas**, órgão independente que tem por missão

proceder a uma avaliação independente sobre a consistência, o cumprimento e a sustentabilidade da política orçamental, promovendo ao mesmo tempo a transparência.

- **Aprovação do Estatuto do Comité de Relato Financeiro**, serviço central integrado no Ministério das Finanças e Fomento Empresarial, tecnicamente independente, dotado de autonomia, funcional, administrativa e financeira, que tem por missão a emissão e harmonização das normas de contabilidade e relato financeiro.
- **Reforço da confiança macroeconómica e financeira com a aprovação de (1) nova Lei Orgânica do BCV** que elimina a possibilidade de concessão de descobertos ou qualquer outra forma de crédito ao Estado pelo BCV, reforça as exigências de perfil para os cargos de Governador e de Administrador, reforça a legitimidade do Governador através da audição parlamentar e o regime de incompatibilidade e de impedimentos foi reforçado; (2) novo Estatuto do INE que estabelece que a nomeação dos membros do Conselho Diretivo e do Conselho Fiscal é precedida de audição parlamentar; (3) lei da Dívida Pública e nova Lei de Base do Orçamento do Estado, que reforçam os limites à governação económica.
- **No domínio da transparência e cooperação fiscal**, Cabo Verde aderiu ao Fórum Global sobre Transparência e Intercâmbio de Informações Fiscais (OCDE) e assinou a Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Fiscal (MCAA).

Reforma da gestão da Administração Pública

- **Novo instrumento legal de Recrutamento, Seleção de pessoal e dirigentes intermédios na Administração Pública** (Decreto – Lei n.º 57/2019).
- **Novo modelo de gestão de desempenho** (Decreto – Lei n.º 12/2020).
- **Lei de Bases do Emprego Público** (Lei 20/X/2023).
- **Plano de Carreiras, Funções e Remunerações do Regime Geral da Administração Pública** (aprovado no CM de 19 de Dez. 2023).
- **Novo Estatuto de Pessoal Dirigente** (previsto).
- **Programa de Regularização de vínculos precários na Administração Pública** (primeiro programa executado; segundo programa previsto para 2024). Regularização de vínculos precários na Administração Local (previsto)
- **Aprovação do Código do Procedimento Administrativo** (Dec. Legislativo 1/2023, de 2 de Outubro).

BO
RDE

